

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Página inicial

A análise e a crítica da Psicologia Escolar/Educacional permanecem na pauta das atividades do CRP/SP há 30 anos, desde que enfrenta a discussão sobre o modelo (médico) de atuação do psicólogo escolar/educacional, defende o psicólogo como profissional da educação e luta pela democratização da sociedade e da escola. Buscamos, desde então, refletir sobre o compromisso científico, histórico e social dessa área.

É nesta perspectiva que a Comissão de Psicologia e Educação constituída na atual gestão do CRP SP (2007-2010) iniciou seus trabalhos. Originou-se do Grupo de Trabalho Psicologia e Educação constituído na gestão anterior (2004-2007), que se organizou basicamente para a realização das duas Mostras Estaduais de Práticas de Psicologia em Educação e Encontro de Psicólogos da Área da Educação. As Mostras revelaram-se, especialmente, produtivas quanto às discussões de áreas ainda pouco exploradas na formação dos psicólogos, e mesmo nas discussões sobre práticas profissionais já constituídas, indicando a necessidade de aprofundamento da categoria para a construção de novas referências. Estas áreas indicam novos e necessários contratos da Psicologia com as demandas sociais atuais, especialmente na atuação de psicólogos em Fóruns e Conselhos de Educação e de defesa da criança e do adolescente, além das práticas em psicologia da educação em contextos de saúde, cultura e assistência social.

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Página inicial

A análise e a crítica da Psicologia Escolar/Educacional permanecem na pauta das atividades do CRP/SP há 30 anos, desde que enfrenta a discussão sobre o modelo (médico) de atuação do psicólogo escolar/educacional, defende o psicólogo como profissional da educação e luta pela democratização da sociedade e da escola. Buscamos, desde então, refletir sobre o compromisso científico, histórico e social dessa área.

É nesta perspectiva que a Comissão de Psicologia e Educação constituída na atual gestão do CRP SP (2007-2010) iniciou seus trabalhos. Originou-se do Grupo de Trabalho Psicologia e Educação constituído na gestão anterior (2004-2007), que se organizou basicamente para a realização das duas Mostras Estaduais de Práticas de Psicologia em Educação e Encontro de Psicólogos da Área da Educação. As Mostras revelaram-se, especialmente, produtivas quanto às discussões de áreas ainda pouco exploradas na formação dos psicólogos, e mesmo nas discussões sobre práticas profissionais já constituídas, indicando a necessidade de aprofundamento da categoria para a construção de novas referências. Estas áreas indicam novos e necessários contratos da Psicologia com as demandas sociais atuais, especialmente na atuação de psicólogos em Fóruns e Conselhos de Educação e de defesa da criança e do adolescente, além das práticas em psicologia da educação em contextos de saúde, cultura e assistência social.

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo
Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de
Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na
Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Composição da Comissão de Psicologia e Educação

Coordenação

Alacir Villa Valle Cruces (Conselheira - Sede)

Membros

Camila Freitas Teodoro (Gestora - ABC)

Carla Biancha Angelucci (Conselheira - Sede)

Carmem Silvia Rotondano Taverna

Cilene de Aguiar Apolinário (Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte)

Elisabeth Gelli (Gestora - Assis)

Ione Aparecida Xavier (Gestora - Sorocaba)

Juliana Campregher Pasqualini (Gestora - Bauru)

Luciana Stoppa dos Santos (Região de Ribeirão Preto)

Luiz Tadeu Pessutto (Conselheiro - São José do Rio Preto)

Marilene Proença Rébello de Souza

Maria da Piedade Romeiro de A. Melo (Gestora - Campinas)

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso (Gestora - Baixada Santista e Vale do Ribeira)

Colaboradores:

Lineu Norio Kohatsu

Oliver Zancul Prado (ABEP)

Roseli F. L. Caldas (ABRAPEE)

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Ações

- Articular a Comissão de Psicologia e Educação do CRP SP com o CFP - Conselho Federal de Psicologia, para ações nesta área, especialmente na contribuição para a realização do Ano Temático da Educação - 2008/2009 e das Conferências Nacionais de Educação - CONAB 2008 e CONAE 2010.

- Organizar Mostras Estaduais de Práticas de Psicologia em Educação e Encontros de Psicólogos da área da Educação.

- Propor, acompanhar e fazer gestões junto aos Psicólogos e Parlamentares visando a criação e implementação de Projetos de Lei relacionados à Psicologia e Educação; bem como, contrapor-se a Projetos de Lei que apresentem proposições contrárias aos princípios da Psicologia no campo da Educação defendidos pelo Conselho Regional de Psicologia SP.

- Organizar e Publicar Cadernos Temáticos relativos à Psicologia e Educação a partir dos eventos realizados.

- Subsidiar as representações nos Conselhos Municipais de Educação, com o objetivo de aprofundar as ações e as reflexões sobre o controle social na área da Educação.

- Realizar, em conjunto com o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, levantamento dos psicólogos escolares no estado de São Paulo, com vistas a subsidiar as regiões sobre as demandas na área.

- Contribuir na divulgação das ações da Psicologia no campo da Educação, de maneira permanente no Jornal Psi do CRP SP e outros meios de divulgação na imprensa escrita e falada, com temas e notas de relevância para a área.

[Acesse aqui o relatório de Ações](#)

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Psicólogo Escolar/Educacional

O CRP SP, através da sua Comissão de Educação, está mapeando os psicólogos que atuam no contexto ESCOLAR/EDUCACIONAL no Estado de São Paulo. Solicitamos que preencha o formulário abaixo:

Nome completo:

Número do CRP:

CPF:

E-mail:

Endereço residencial

Logradouro:

Bairro:

Município:

UF:

CEP:

Endereço comercial

Logradouro:

Bairro:

Município:

UF:

CEP:

Marque qual é a sua situação ocupacional:

atuo no ensino/escola pública da administração MUNICIPAL (indique o nome da cidade):

atuo no ensino/escola pública da administração do ESTADO

atuo no ensino/escola particular

atuo como autônomo(a)

Atuo no terceiro setor (ONG)

Atuo na formação em Psicologia Escolar/Educacional

não estou atuando no momento

Outros

Telefones

Residencial:

Celular:

Recado:

Senha:

Confirmar senha:

Caso tenha dúvida quanto ao preenchimento deste formulário, solicitamos que entre em contato por e-mail seccomissoes01@crpsp.org.br ou telefone: 11 3061-9494 ramal 122.

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Diretrizes

- Dar visibilidade às práticas psicológicas em Educação, visando ampliar as reflexões e as ações no campo das políticas públicas em Educação;
- Elaborar pauta e calendário político para as ações do Conselho Regional de Psicologia SP no campo da Psicologia e Educação;
- Manter diálogo permanente com o Estado, sociedade organizada e movimentos sociais, visando o avanço da participação da Psicologia nas políticas públicas de Educação;
- Participar das ações do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, bem como de articulações dele decorrentes;
- Estabelecer diálogo com a ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional e a ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, visando ações no campo da formação e da atuação do profissional na perspectiva do compromisso da Psicologia com as demandas sociais em Educação;
- Acompanhar e analisar projetos de lei, em âmbito municipal e estadual, referentes à atuação do psicólogo e de temas relativos à área;
- Manter diálogo permanente com o CFP - Conselho Federal de Psicologia a fim de articular ações conjuntas no campo da Psicologia e Educação.

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Projetos de Lei

- Câmara aprova PL que inclui psicólogos e assistentes sociais nas escolas
- CRP pede alteração de parte do texto do PL 417/07

PROJETOS DE LEIS FEDERAIS DE INTERESSE DO CRP/ 06:

- Maio 2010

PROJETOS DE LEIS ESTADUAIS DE INTERESSE DO CRP/ 06:

- Maio 2010

PROJETOS DE LEIS MUNICIPAIS (CIDADE DE SÃO PAULO) DE INTERESSE DO CRP/ 06:

- Outubro 2009

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Ano da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia

A Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia – Apaf, reunida em dezembro de 2007, elegeu 2008 como o Ano da Educação. O tema foi discutido por todo o Sistema Conselhos. Coube a cada CRP organizar eventos preparatórios e regionais, com o objetivo de levar teses e eleger delegados ao Seminário Nacional, realizado nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2009, em Brasília. A escolha do tema deveu-se a uma das características da Psicologia, que é estar presente na educação de diversas formas, seja como disciplina ou como conteúdo de disciplinas, sendo inspiradora de propostas de formação humana, bem como área de aplicação. Ou seja, existem saberes e práticas psicológicas importantes para a formação das pessoas, de acordo as necessidades que surgem nos diferentes espaços educacionais. Tem-se mostrado cada vez mais necessário, portanto, enfatizar a contribuição da Psicologia, como ciência e profissão, na luta pela consolidação de uma educação para todos, respaldada nos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade como fundamento para uma efetiva inclusão social.

Eventos preparatórios e regionais do Ano da Educação realizados pelo CRP SP

27/09/2008 das 8h30 às 13h30 Local: Subsede Baixada Santista Evento: Debate sobre os eixos: 01, 02 e 04

30/09/2008 às 14h Local: Hotel Vila Rica – Campinas Evento: Debate sobre o eixo 02

02/10/2008 das 8h às 12h Local: UNESP de Bauru Evento: Debate sobre os eixos 01, 04 e 02

09/10/2008 8h às 12h Local: Universidade Sagrado Coração de Bauru Evento: Debate sobre os eixos 1, 4 e 2

11/10/2008 às 9h até 12h Local: Subsede do Grande ABC Evento: Debate sobre o eixo 2

14/10/2008 às 13h Local: Fundação Cultural Cassiano Ricardo (Antiga Câmara Municipal de São José dos Campos) Subsede vale do Paraíba Evento: Debate sobre os eixos 1 e 3

14 e 15/10/2008 Local: Anfiteatro da Unip de Ribeirão Preto Evento: Debate sobre os eixos 1 e 3

20/10/08 das 8h às 17h Local: Unesp – Campus Ibilce Ribeirão Preto Evento: Debate sobre os eixos 1 e 3

21/10/2008 às 13h SENAC – Guaratinguetá

21/10/2008 Local: Subsede de Assis Evento: Debate sobre os eixos 3 e 4

22/10/2008 das 19h às 22h Local: Funepe – Penápolis

24/10/2008 19h às 22h- Local: OAB – Araçatuba

30/10 a 1º/11/2008 Local: Espaço APAS Evento: Debate sobre os eixos 1, 2, 3 e 4

Evento Regional: 28/02/09

• [Veja cartilha com os encaminhamentos para o ano Temático da Educação](#)

• [Conheça os textos geradores que deram suporte às discussões](#)

• [Relatório: Seminário Regional do Ano Temático da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia](#)

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Entrevista

- [Centro do Professorado Paulista entrevista presidente do CRP SP](#)
Em pauta: Educação

- [Rádio Justiça-DF debate bullying com presidente do CRP SP](#)

- Matéria apresentada na [Folha de São Paulo](#), onde Beatriz Belluzzo Brando Cunha e Ana Bahia Bock falam sobre a repercussão do caso *Isabella Nardoni* e suas consequências às crianças.
[Acesse aqui.](#)

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Conferência Municipal de Educação

Contribuições do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo para a Conferência Municipal de Educação

publicada dia 17/08/2009

Sugestões de acréscimo às teses propostas para a CONAE

Eixo III

Tese 119, acréscimo

A efetivação do sucesso escolar depende necessariamente da superação de uma visão que atribui exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade pelo seu desempenho escolar. A garantia do sucesso escolar dar-se-á por meio de ações integradas que impliquem na compreensão do fenômeno educativo na sua dimensão pedagógica, institucional, relacional, cultural e social.

Tese 128, acréscimo

A garantia de direitos inclui o acesso à contribuição de profissionais de vários campos de conhecimento, destacando-se as contribuições da psicologia, na elaboração e execução de programas e projetos visando a formação integral de qualidade, respeitadas as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento da infância e a da adolescência, bem como subsidiando ações no âmbito da Educação Inclusiva e das relações institucionais para professores, funcionários e comunidade escolar.

Tese 145, acréscimo na alínea

g) A elaboração de uma política efetiva no campo da educação que se articule a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente de modo a oferecer educação básica e ou profissional de qualidade a crianças e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em privação de liberdade ou que se encontram institucionalizadas, para que tenham garantido o acesso, a permanência e o sucesso escolar.

Tese 145, acréscimo na alínea

l) Garantindo que as formas alternativas de gestão tenham como princípio práticas democráticas na implementação de políticas públicas, visando à articulação dos planos e projetos educacionais bem como atendendo às necessidades da realidade educacional.

Eixo IV

Tese 154, acréscimo ao texto em negrito

Tanto a formação de profissionais para a Educação Básica, em todas as suas etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades (educação profissional, de jovens e adultos, do campo, escolar indígena, especial, quilombola e em situações de cumprimento de medidas socioeducativas em privação de liberdade)...

Tese 183, inserir a alínea

x) Implementar programas de formação continuada, com ênfase nos conteúdos de educação básica, e profissionalização para professores e profissionais de educação que atuam no sistema prisional e no sistema de medidas socioeducativas de privação de liberdade.

Eixo VI

Tese 254, acréscimo ao texto

Apesar de o eixo agregar número razoável de temas, como questão étnico-racial, indígena, do campo, das pessoas com deficiência, educação ambiental, crianças adolescentes e jovens em situação de risco, educação de jovens e adultos, educação profissional e crianças e jovens com transtornos psíquicos, é importante destacar que (...) educação superior.

CARTA DE BRASÍLIA

SEMINÁRIO NACIONAL - ANO DA EDUCAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA

Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos.

Da necessidade de destacar a contribuição da psicologia – como ciência e profissão – na luta pela consolidação de uma educação para todos, respaldada nos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade, enquanto fundamento para uma efetiva inclusão social, o Sistema Conselhos de Psicologia decidiu pela realização de um ano temático sobre Psicologia e Educação. De maio de 2008 a maio de 2009, dedicou-se a aprofundar as discussões sobre a política educacional brasileira entre os psicólogos e a definir propostas para a categoria, nesta área de atuação.

Para realização dos trabalhos deste Ano Temático, o Sistema Conselhos contou com especialistas

de representação nacional que produziram textos geradores dos eixos temáticos trabalhados – (1) psicologia, políticas públicas intersetoriais e educação inclusiva, (2) políticas educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática, (3) psicologia em instituições escolares e educacionais, e (4) psicologia no ensino médio – que foram distribuídos em todos os eventos. Além disso, contou com diversos profissionais de referência que proferiram palestras e coordenaram debates visando qualificar a categoria, contribuindo para a produção de referências para a prática profissional no âmbito escolar e educacional em consonância com as políticas públicas intersetoriais.

A partir de eventos preparatórios nos diversos municípios que compõem os Conselhos Regionais, o Sistema Conselhos organizou 17 Seminários Regionais, envolvendo portanto todo o País, nos quais foram indicados representantes que trouxeram, para o Seminário Nacional, propostas e princípios norteadores para os psicólogos. Envolveu quase cinco mil participantes, em praticamente todos os Estados da Federação, em torno dos mesmos eixos de debates.

Como princípios fundamentais produzidos neste processo, destacamos: a educação de qualidade para todos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; a necessidade de um projeto educacional, garantindo a horizontalidade nas relações; o compromisso com a reestruturação do sistema educacional com enfoque na diversidade; a participação junto às instituições escolares/educacionais em articulação com os profissionais e demais atores envolvidos no processo educacional; o combate a medicalização, patologização e judicialização dos estudantes e intervir junto ao sistema escolar que produz a exclusão.

A partir deste contexto, foram definidas propostas para a formação do psicólogo: a prática profissional nos diversos âmbitos escolares e educacionais, a identidade e o papel/função do psicólogo na educação, o papel do Sistema Conselhos, a inserção do psicólogo nas políticas públicas intersetoriais, nos documentos normativos e nos órgãos públicos e da psicologia como disciplina no ensino médio, como área de conhecimento que possa contribuir para a formação integral do jovem e do adulto.

Diante do exposto, defendemos: (1) que o psicólogo estabeleça interlocução entre as diversas instâncias e setores, considerando os saberes acumulados por instituições que atendem público específico, como, por exemplo, pessoas com deficiência, sofrimento mental etc.; (2) que o psicólogo participe da construção do projeto político-pedagógico da escola; (3) que o psicólogo atue como mediador nas tensões e conflitos produzidos nas relações entre os atores da escola, fortalecendo pessoas e grupos na promoção de autonomia e na superação das adversidades, considerando as condições objetivas e subjetivas dos processos psicossociais; (4) que o psicólogo atue junto à equipe pedagógica na direção de entender o fenômeno educativo na sua dimensão institucional.

É indispensável a participação efetiva da psicologia na educação. Entretanto, para que possa efetivamente contribuir nos contextos educacionais e escolares, o psicólogo terá que compor o quadro de profissionais da educação, por meio de leis e resoluções que estabeleçam seu provimento e formas de trabalho condizentes com a prática profissional que favoreça a educação de qualidade.

Os signatários desta Carta, conscientes da realidade educacional brasileira quanto ao longo caminho a percorrer para uma educação de qualidade para todos e da necessidade de se avançar na estruturação de políticas educacionais, assumem o compromisso público de colocar a psicologia enquanto profissão na luta por uma educação para todos.

Brasília, 24 de abril de 2009.

CONAE – Site oficial da Conferência Nacional de Educação 2010. Acesse:
<http://conae.mec.gov.br/>

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

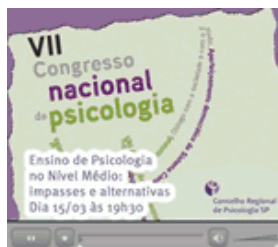
...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Psicologia no Ensino Médio



Vídeo:

[Ensino de Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas](#)

8 RAZÕES PARA APRENDER PSICOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

1. A Psicologia, enquanto ciência, apresenta um conjunto de teorias e estudos contemporâneos voltados para uma formação humanizadora do jovem.
- 2- Os estudos da Psicologia permitem uma relevante leitura das relações sociais e culturais na constituição dos sujeitos sociais.
3. A Psicologia possibilita que o jovem compreenda os fatores constitutivos da subjetividade humana, do desenvolvimento da personalidade, da vida comunitária e das novas organizações familiares.
4. A Psicologia tem contribuições específicas a dar como disciplina ao discutir temas como direitos humanos, humilhação social, preconceitos, processos de desenvolvimento e de aprendizagem.
5. A Psicologia utiliza-se de metodologias interativas e compreensivas de maneira a permitir que os conteúdos tenham sentido e significado para o aluno que deles se apropria.
6. A Psicologia possibilita o uso de estratégias de aprendizagem e de auto-monitoramento do estudo cujo objetivo é o desenvolvimento da autonomia e da aprendizagem auto-regulada.
7. O número de professores licenciados no Brasil, habilitados para ministrar a Psicologia, é suficiente para atender à demanda das escolas de Ensino Médio do País.
8. A psicologia contribui de forma direta para a concretização dos objetivos da LDB para o ensino médio de favorecer a construção de sujeitos autônomos, responsáveis e democráticos.

***Participe desta campanha!
Apóie esta luta!***

ENVIE SUA MENSAGEM PARA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE DO SENADO FEDERAL

MEMBROS DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE DO SENADO FEDERAL

TITULARES

cristovam@senador.gov.br;
gilvamborges@senador.gov.br;
augusto.botelho@senador.gov.br;
flavioarns@senador.gov.br;
fatima.cleide@senadora.gov.br;
paulopaim@senador.gov.br;
ideli.salvatti@senadora.gov.br;
inacioarruda@senador.gov.br;
joaribeiro@senador.gov.br;
renatoc@senador.gov.br;
wellington.salgado@senador.gov.br;
gilvamborges@senador.gov.br;
maosanta@senador.gov.br;

valdir.raupp@senador.gov.br;
paulo.duque@senador.gov.br;
gecamata@senador.gov.br;
heraclito.fortes@senador.gov.br;
virginio@senador.gov.br;
raimundocolombo@senador.gov.br;
marco.maciell@senador.gov.br;
rosalba.ciarlini@senadora.gov.br;
marconi.perillo@senador.gov.br;
marisa.serrano@senadora.gov.br;
papaleo@senador.gov.br;
flexaribeiro@senador.gov.br;
zambiasi@senador.gov.br;
cristovam@senador.gov.br;

SUPLENTES

patricia@senadora.gov.br;
joaopedro@senador.gov.br;
mercadante@senador.gov.br;
antval@senador.gov.br;
francisco.dornelles@senador.gov.br;
crivella@senador.gov.br;
j.v.claudino@senador.gov.br;
magnomalta@senador.gov.br;
j.v.claudino@senador.gov.br;
leomar@senador.gov.br;
romero.juca@senador.gov.br;
siba@senador.gov.br;
valterpereira@senador.gov.br;
simon@senador.gov.br;
jarbas.vasconcelos@senador.gov.br;
neutodeconto@senador.gov.br;
adelmir.santana@senador.gov.br;
demostenes.torres@senador.gov.br;
gilberto.goellner@senador.gov.br;
jose.agripino@senador.gov.br;
katia.abreu@senadora.gov.br;
romeu.tuma@senador.gov.br;
sergio.guerra@senador.gov.br;
eduardo.azeredo@senador.gov.br;
lucia.vania@senadora.gov.br;
jefperes@senador.gov.br;

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Educação Inclusiva

Quando o assunto é Educação em nosso país, predomina a lógica meritocrática, ou seja, se enaltecem aqueles que se destacam nos bancos escolares. Ao mesmo tempo, ecoam os discursos que defendem a Educação para todos e para todas. Cabe, portanto, a nós, psicólogos, refletir qual o sentido que a política de Educação Inclusiva vem assumindo no Brasil. Identificar também qual o papel do psicólogo nesta discussão. O GT de Educação do CRP SP também tem como tarefa criar condições para que os psicólogos possam debater este assunto, com o objetivo de criar estratégias para enfrentar a realidade ainda excludente que predomina no meio educacional.

Conteúdo Relacionado:

- [Relato do Encontro de Entidades "O Direito À Educação Inclusiva"](#)
- [Carta de Princípios do Fórum Permanente de Educação Inclusiva](#)
- [Carta Aberta aos Governos Federal, Estaduais e Municipais. 14 de abril de 2005: Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva](#)
- [Manifesto do Fórum Permanente de Educação Inclusiva em homenagem ao Dia Nacional em Defesa da Educação Inclusiva](#)
- [Acesse o site do Núcleo de Educação Inclusiva da Faculdade de Educação da UERJ](#)
- [Acesse o site do Fórum Permanente de Educação Inclusiva](#)
- [14.04.2010 - O CRP SP comemora o Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva participando de sessão solene na Câmara Municipal](#)
- [Resultado da Pesquisa sobre Atuação Profissional dos Psicólogos que Atuam em Programas de Educação Inclusiva.](#)
- [Jornal Psi 138 \(nov. / dez. 2003\) - Um mundo melhor é possível "Educação inclusiva, uma revolução a caminho"](#)



Vídeo: Diversidade N°86 - "Preconceito"

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Cadernos Temáticos



O sexto Caderno da série tem o tema Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional.



O oitavo Caderno da série apresenta o tema DISLEXIA: Subsídios para Políticas Públicas.



Ensino de Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Mostra de Práticas

Promovidos pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, a II Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação e o V Encontro de Psicólogos da Área da Educação debateram a Política Educacional Brasileira e Paulista para qualificar o psicólogo a fim de que este profissional possa melhor compreender a complexidade do quadro educacional atual. Os eventos enfatizaram as dimensões de Compromisso Social e de Educação Inclusiva em busca de uma escola democrática.

- [Clique aqui e veja a Apresentação na íntegra](#)
- [Clique aqui e veja o Cartaz da I Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação e IV Encontro de Psicólogos da Área de Educação \(2005\)](#)
- [Clique aqui e veja o Cartaz da II Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação e V Encontro de Psicólogos da Área de Educação \(2007\)](#)

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Atuação dos Psicólogos em Políticas Públicas de Educação Básica

Entre março e abril de 2009, o CREPOP realizou uma pesquisa com 302 psicólogos. Eles responderam ao questionário on-line sobre sua atuação profissional na Educação Básica.

[Confira os resultados descritivos deste trabalho.](#)

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo
Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de
Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na
Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

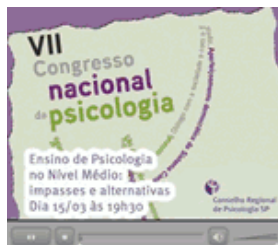
[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

História da Psicologia Escolar

Psicologia no Ensino Médio



Assista ao vídeo "A Psicologia Educacional e Escolar em São Paulo: construção de um novo homem"

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo
Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de
Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na
Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Sites relacionados

PSI Site do CRP SP
<http://www.crpsp.org.br/>

ABEP
<http://www.abepsi.org.br/>

ABRAPEE
<http://www.abrapee.psc.br/>

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo
Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de
Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na
Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Fale conosco

Nome:

E-mail:

Mensagem:

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Relatório de Ações

2010

• 16/01/2010, solicitada reunião com o secretário municipal de Educação Alexandre Schneider, para tratar sobre o PL 280/09, na Câmara Municipal de São Paulo; encaminhado ofício ao prefeito de São Paulo Gilberto Kassab manifestando descontentamento, principalmente a falta de diálogo, em relação aos encaminhamentos do executivo para este PL;

• 29/01/2010, discussão da inclusão de um site da CP&E no portal do CRP SP, sob responsabilidade da conselheira Carmem Taverna;

• 26/02/2010, PL 351208, que regulamenta o exercício da atividade de Psicopedagogia; divulgação do material do Ano Temático da Educação no Sistema Conselho nos eventos das Subsedes.

2009

• Reuniões mensais como representação no Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, no Centro do Professorado Paulista, em São Paulo, tendo como representante o conselheiro Leonardo Lopes da Silva

• Organização do ano Temática da Educação no sistema Conselhos de Psicologia, com eventos preparatórios, evento regional e a participação na Comissão Nacional que sistematizou os relatórios e encaminhamentos, sobre coordenação da conselheira Beatriz Belluzzo. Foram eleitos para a etapa nacional do evento os conselheiros Carla Biancha Angelucci, Leonardo Lopes da Silva e Marilene Proença e os psicólogos Deborah Rosária Barbosa e Beatriz de Paula Souza.

• De 13/05/09 a 21/09/09, Participação na Comissão Organizadora do Seminário que debateu a Dislexia junto à Câmara Municipal de São Paulo, culminando com o evento "Seminário Dislexia: Subsídios para Políticas Pública", tendo como representante do CRP SP a conselheira Marilene Proença.

• Organização de publicação sobre a Medicalização de jovens. O livro vem sendo discutido desde abril de 2009 e conta com a participação de um Grupo de Trabalho sobre Medicalização: conselheiras Carla Biancha Angelucci, Fernanda Bastos Lavarello e Maria de Lima Salum e Moraes; Ariádine Benetom de Campos, Beatriz de Paula Souza e Cecília Collares, do Grupo Interinstitucional "Queixa Escolar" – USP; Cláudia Perrota – Fonoaudióloga; Fabio Souza Santos, do SiPsi; Maria Aparecida Affonso Moysés, do Departamento de Pediatria da Unicamp; e Marilda Nogueira Costa de Almeida, do Instituto Sedes Sapientiae;

• Acompanhamento de Projetos de Lei de interesse da Comissão de Psicologia e Educação, ação constante; os PLs podem ser encontrados na página "Projetos de Lei de Interesse da CP&E";

• 14/04/09, Comemoração do Dia Nacional da Luta pela Educação Inclusiva, com eventos realizados na Sede e nas Subsedes, enfatizando atividades para a discussão do assunto, sob coordenação da conselheira Carla Biancha Angelucci;

• Lançamento do Caderno Temático nº 6: Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional, produzido com o conteúdo das Mostras de Práticas de Psicologia e Educação e Encontros dos Psicólogos na Área da Educação; e do Caderno Temático nº 8: Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas, com as palestras realizadas durante o evento homônimo, na Câmara Municipal de São Paulo;

• 20/08/09, Participação no evento da Apae "Políticas Públicas no Processo de Inclusão", tendo como colaborador Alexandre de Lucca. Representando a CE&P;

• 4 a 6/11/2009, XIX Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em Guarulhos – Promovido pela UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, com a participação da conselheira Beatriz Belluzzo;

• 6/11/2009, Reunião entre o CRP SP e entidades sobre o PL 280/09, na sede do Conselho;

• 1º/12/2009, consulta ao MEC sobre o curso de Psicopedagogia do Amapá e relação dos cursos de Psicopedagogia no Estado de São Paulo;

• 27/11/2009, convite e reunião, em 4/12/2009, oficializando a inclusão da psicóloga Elisabeth Gelli, da Subsede de Assis, como membro da CP&E;

• 23/11/2009, Reunião com Maria Lúcia Prandi, deputada estadual e presidente da Comissão de Educação da Alesp, sobre medicalização, com a conselheira Marilene Proença;

• 18/11/2009, Audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo, sobre o PL 280/09;

• 10/12/2009, Enviado ofício ADP nº 764/09 - Carlos Roberto Cipriano, referente ao PL 105/2007, que dispõe sobre a inclusão da Psicologia no Ensino Médio, pela conselheira Beatriz Belluzzo;

2008

- 19 de fevereiro Audiência com a Secretária da Educação do Estado de São Paulo, na Secretaria de Estado da Educação, com Marilene Proença R. de Souza e Leonardo Lopes da Silva;
- 26 de março, Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Auditório Franco Montoro Assembléia Legislativa, com a conselheira Beatriz Belluzzo Brando Cunha
- 14 a 18 de abril, Conferência Nacional da Educação Básica Centro de Convenções Ulysses Guimarães, participação dos conselheiros Beatriz Belluzzo Brando Cunha e Leonardo Lopes da Silva
- 24 de abril Reunião referente a Psicologia no Ensino Médio com o Senador Cristóvão Buarque Senado, participação do conselheiro Leonardo Lopes da Silva
- 26 de abril, Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde, Secretaria de Educação de Santos, com a participação da conselheira Carmem Sílvia Rotondano Taverna e de Nelson Figueira Junior
- 30 de abril, Audiência com a Secretaria de Educação da Prefeitura do Município de Santos, participação da conselheira Marilene Proença Rebello de Souza
- 4 a 7 de junho, XII Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação, no Centro de Convenções Roberto Palmari
- 6 de junho, Reunião no SinPsi para discussão dos encaminhamentos sobre a Psicologia no Ensino Médio, no Sindicato dos Psicólogos, participação da conselheira Beatriz Belluzzo Brando Cunha
- 10 de junho, Audiência Pública sobre a Psicologia no Ensino Médio, na Câmara dos Deputados, participação da conselheira Beatriz Belluzzo Brando Cunha;
- 20 a 22 de junho, I Simpósio Internacional de Violência e Saúde Mental da População Brasileira, na Unifesp, com a participação das conselheiras Maria Erminia Ciliberti, Mariangela Aoki e Vera Lúcia Fasanella Pompílio e dos psicólogos Rita de Cassia Oliveira Assunção e Sigrid R. C. B. Ancheschi França;
- 17 de julho, Reunião "Reavaliação da Participação das Entidades junto ao segmento de Pessoas com Deficiência" e "Estratégias de Participação", no Conselho Municipal de Deficiência, com a participação dos conselheiros Carla Biancha Angelucci e Leonardo Lopes da Silva;
- 16 a 19 de julho, III Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho; participação dos psicólogos Andréia De Conto Garbin, José Roberto Heloani e Vera Lúcia Fasanella Pompílio;
- 30 de julho, Palestra: "O usuário de Drogas e suas relações no Centro de Integração de Educação de Jovens – CIEJA" Rua Sargento Luis Rodrigues Filho, 40 – Mascarenhas de Moraes – SP, com a participação da conselheira Maria de Lima Salum e Moraes;
- 12 a 15 de agosto, XVIII Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, no Centro de Convenções da UFSC, participação dos conselheiros Leonardo Lopes da Silva e Luiz Tadeu Pessuto;
- 28 de agosto, Parecer sobre a Lei Estadual 12.524/07, na sede do CRP SP, participação da Comissão de Psicologia e Educação;
- 13 de setembro, I Conferência Estadual sobre Educação – 2008, no Auditório do Colégio Madre Cabrini, em São Paulo, com a participação da conselheira Maria de Fátima Nassif;
- 19 de setembro, I Encontro de Saúde Mental e Educação: o espaço do professor. Políticas, Ações e Reflexões Faculdade de Saúde Pública da USP, com a participação da conselheira Marilene Proença Rebello de Souza;
- 20 de setembro, Palestra no Centro Educacional da Penha sobre a importância da Psicologia na Grade Curricular, no Centro Educacional da Penha, em São Paulo, com a presença do conselheiro Leonardo Lopes da Silva;
- 21 de novembro, Congresso Estadual sobre o "Ano Temático da Educação no Sistema Conselhos", em Florianópolis, SC, com a participação da conselheira Beatriz Belluzzo Brando Cunha;
- 10 de julho, Reunião do GT Nacional sobre Psicologia no Ensino Médio, na Faculdade de Educação da Unicamp, com a participação do conselheiro Leonardo Lopes da Silva;
- 1, 2 e 3 de outubro, 16º Encontro de Serviços-Escola de Psicologia do Estado de São Paulo, na PUC-SP, com a participação das conselheiras Marilene Proença Rebello de Souza e Carmem Sílvia Taverna e dos psicólogos Eni de Fátima Martins e Marcio Aloísio de Oliveira;
- Desde maio de 2008, Organização dos Eventos do Ano da Educação, Sede e Subsedes do CRP SP, com a participação da Comissão de Psicologia e Educação.

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Câmara aprova PL que inclui psicólogos e assistentes sociais nas escolas

publicada dia 15/12/2009

Os vereadores de São Paulo, reunidos no último dia 10 de dezembro, aprovaram o PL 280/2009, de autoria do vereador Jamil Murad, que institui o Programa de Assistência social e psicológica nas instituições da Rede Municipal de Ensino da Capital, nos níveis infantil, fundamental e médio. O PL agora irá para a sanção do prefeito Gilberto Kassab.

O site *Vermelho*, órgão com o qual o PCdoB, partido de Jamil Murad, tem parceria, destacou o assunto e o divulgou em sua página de notícias, enfatizando a participação em todos os trâmites do projeto do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, dos Conselhos Regionais de Psicologia e de Serviço Social e do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo.

Entrevistada para a reportagem da conselheira presidente do CRP SP, Marilene Proença Rebello de Souza afirmou que "a função precípua dos psicólogos e assistentes sociais na Educação é o enfrentamento, em conjunto com os demais profissionais da Educação, das dificuldades presentes no processo educacional, expressas de forma tão contundente nos recentes índices de desempenho escolar". Ainda em depoimento para o site, Marilene lembrou que a "aprovação contribuirá de forma inequívoca para a garantia de maior qualidade da oferta do serviço educacional prestado na rede pública municipal de São Paulo".

[Veja reportagem completa.](#)

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Conselho Regional de Psicologia quer alteração de parte do texto do PL 417/07

Portal de Notícias da CMSP – 7.10.2009

Durante a audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo, que discutiu o Projeto de Lei **417/07**, de autoria da ex-vereadora Claudete Alves, que prevê em todas as unidades de ensino do Município a lotação de psicólogo, a conselheira e coordenadora da Comissão de Psicologia e Educação do Conselho Regional (CRP), Beatriz Belluzzo Cunha, solicitou alteração do texto do item IV do artigo 4º do PL. O documento determina que o psicólogo realize a avaliação e dê diagnósticos psicológicos dos alunos. "Nós encaminhamos à Câmara um parecer a respeito desse projeto de lei em nome do CRP de São Paulo, que considera imprescindível a discussão das proposições porque entendemos que o psicólogo tem grandes contribuições a dar para o sistema educacional. Nas relações existentes, que são professores, alunos e familiares, e também na relação ensino-aprendizagem", disse Beatriz. A representante do CRP ressalta que "quando ele focaliza o diagnóstico e tratamento das pessoas envolvidas, isso é do âmbito da Saúde, e seria uma sobreposição ao trabalho no SUS". Beatriz também ressaltou: "Nós entendemos que o psicólogo tem uma atuação na educação, na perspectiva institucional. Quando focalizamos unicamente o indivíduo, estamos fazendo uma patologização de um processo educacional, de uma questão educacional, de uma questão social".

Preocupação

Já o presidente da comissão, vereador Eliseu Gabriel (PSB), vê com preocupação três projetos de lei de autoria do vereador Paulo Frange (PTB): os PLs **356/08**, **357/08** e **359/08** possibilitam a aquisição de merenda escolar, de material escolar e a contratação de transporte escolar com os recursos das associações de pais e mestres (APMs). "Nós precisamos analisá-los com mais cuidado, embora eles tenham um aspecto positivo que é a descentralização das compras. Eu mesmo tenho um projeto de lei que permite a descentralização da compra de uniformes escolares", destacou o vereador Eliseu Gabriel. O parlamentar entende que "os uniformes escolares não deveriam ser adquiridos centralizadamente pela Secretaria Municipal de Educação, mas pelas escolas ou, no mínimo, pelas coordenadorias de ensino, que deveriam comprar os uniformes de pequenas empresas, de cooperativas não só para estimular a economia, mas para permitir uma relação mais direta com a criança e com o local em que ela vive." "Acho correto esses projetos de lei do ponto de vista da descentralização, mas os recursos devem ser destinados pelo poder público para as associações de pais e mestres. Espero que isso não seja uma abertura para permitir que uma fundação tal ou uma ONG tal ou uma coleta de recursos entre os pais com maiores posses colaborem na compra dos materiais. Isso tem de ser feito com dinheiro público, com o repasse dos recursos para as APMs", concluiu Eliseu Gabriel.

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Projetos de Leis Federais

Maio 2010

Nº	Assunto	Local de tramitação	Andamento - inserir tipo (se necessário), número e ano	Posição do CFP
PL 6068/09	Altera a LDB que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional" para acrescentar o § 6º do art. 26 dispondo sobre orientação profissional dos alunos de ensino médio	Câmara dos Deputados	Acesse	
PL 5165/09	Dispõe sobre estágios como componente curricular do curso superior de graduação em Psicologia	Câmara dos Deputados	Acesse	
PLC 196/09	Dispõe sobre o exercício da profissão de Pedagogo	Senado Federal	Acesse	
PL 3512/08	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia	Câmara dos Deputados	Acesse	
PL 2598/07	Obriga os Estudantes de Psicologia e outros, que concluírem a graduação em instituições públicas ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação	Câmara dos Deputados	Acesse	
PL 2238/07	Dispõe sobre a orientação profissional dos alunos do ensino médio regular, técnico-profissional e da educação de jovens e adultos dos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada de educação básica nacional	Câmara dos Deputados	Acesse	
PL 1436/07	Torna obrigatório o teste vocacional na escolarização e profissionalização do menor em regime de semiliberdade	Câmara dos Deputados	Acesse	
PL 105/07	Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	Câmara dos Deputados	Acesse	
PLC 60/07	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica	Senado Federal	Acesse	A favor
PEC 13/07	Acrescenta o inciso VIII ao art. 208 da CF - atendimento ao educando, nos ensinos fundamental e médio, por meio de equipe de avaliação formada por psicólogos e assistentes sociais, em parceria com os professores	Câmara dos Deputados	Acesse	Contra
PL 7500/06	Acrescenta o art. 86-A à Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica	Câmara dos Deputados	Acesse	
PL 7200/06	Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino.	Câmara dos Deputados	Acesse	
PL 6395/05	Acrescenta parágrafo ao art. 46 da Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	Câmara dos Deputados	Acesse	
PLC 94/04	Plano de carreira dos cargos de educação	Senado Federal	Acesse	
PLC 86/02	dispoe sobre a orientação vocacional do adolescente privado de liberdade submetido ao regime de semiliberdade	Senado Federal	Acesse	
PL 3688/00	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica	Câmara dos Deputados	Acesse	Com ABRAPÉE tentando alterar o texto no Senado com Substitutivo
PL 4746/98	Dispõe sobre o exercício da profissão de Pedagogo	Câmara dos Deputados	Acesse	A favor

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Projetos de Leis Estaduais

Maio 2010

Nº	Assunto	Local de Tramitação	Andamento (digite natureza, número e ano)
PL 1239/09	Institui o "Programa de Combate ao 'Bullying'" nas escolas públicas e privadas do Estado.	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 782/09	Dispõe sobre a implantação de centros especializados na Rede Estadual de Ensino a fim de diagnosticar a depressão infantil	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 717/09	Autoriza o Governo Estadual a instituir o Sistema Estadual Integrado de Atendimento a Pessoa com Autismo	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 320/09	Dispõe sobre a criação de Programa de Prevenção, Orientação e Tratamento da Obesidade Infantil nas escolas públicas de ensino fundamental e médio	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 302/09	Dispõe sobre critérios para ingresso em estabelecimentos estaduais de ensino médio, técnico e superior para pessoas com deficiência	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 280/09	Institui, na Rede Pública de Escolas Estaduais, o Programa de Conscientização, Tratamento e Recuperação do Câncer do Colo do Útero e de Mama em adolescentes	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 125/09	Define conteúdos e formas de exposição para os cuidados indispensáveis com a criança e o adolescente nas aulas autônomas de educação sexual	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 07/09	Limita o número de alunos nas salas de aula que matriculam alunos com necessidades especiais	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 824/08	dispõe sobre o desenvolvimento de programas de orientação vocacional e profissional em benefício dos alunos do ensino médio	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 757/08	Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Defesa do Magistério contra a Violência	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 292/08	Cria o "Programa de Diagnóstico de TDAH" na rede de Escolas Públicas do Estado	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 140/08	Dispõe sobre a aplicação gratuita de teste vocacional em alunos do ensino médio da rede pública estadual	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 1350/07	Cria a Campanha de Prevenção à Anorexia na Rede de Ensino do Estado de São Paulo (participação de equipe multiprofissional, incluindo psicólogos)	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 832/07	Inclusão no Programa Estadual para identificação e tratamento da dislexia na Rede Oficial de educação a distribuição e utilização do material didático que especifica	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 442/07	autoriza o Poder Executivo a implantar nos quadros funcionais das escolas estaduais um profissional na área de psicologia e um na área de assistência social	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 441/07	assegura atendimento por psicólogos e assistentes sociais aos alunos das escolas públicas de educação básica	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 145/07	Obriga todas as escolas do Estado a aceitarem alunos portadores de necessidades especiais	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 942/05	Obriga a realização de "testes vocacionais" em todos os alunos das unidades educacionais da rede estadual de ensino.	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 211/06	autoriza o governo do Estado a implantar Programa de Atendimento psicopedagógico para atender as escolas da rede pública de ensino fundamental e médio	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 942/05	Obriga a realização de "testes vocacionais" em todos os alunos das unidades educacionais da rede estadual de ensino	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 172/05	Cria Programa de Acompanhamento para Alunos do Ensino Fundamental da rede pública estadual, com transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e com Transtorno no Déficit de Atenção sem Hiperatividade (TDA)	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 753/04	Implantação do Sistema de Escola Virtual nos presídios do Estado de São Paulo	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 642/04	Implantação de assistência psicológica e psicopedagógica nos estabelecimentos educacionais da rede pública estadual	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
	Obriga as universidades e faculdades públicas		

PL 530/04	estaduais a destinarem, no mínimo, 50% das vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino, a afrodescendentes e a indígenas	Assembleia Legislativa/SP	Acesse
PL 183/04	Torna obrigatória as disciplinas de Sociologia e Filosofia no ensino médio no Estado	Assembleia Legislativa/SP	Acesse

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)
[::: Ações](#)
[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)
[::: Diretrizes](#)
[::: Projetos de Lei](#)
[::: Ano da Educação](#)
[::: Entrevista](#)
[::: Conferência Municipal de Educação](#)
[::: Psicologia e Ensino Médio](#)
[::: Medicalização na Aprendizagem](#)
[::: Educação Inclusiva](#)
[::: Cadernos Temáticos](#)
[::: Mostra de Práticas](#)
[::: Educação Básica](#)
[::: História](#)
[::: Sites Relacionados](#)
[::: Fale Conosco](#)

Projetos de Leis Municipais (Cidade de São Paulo)

Outubro de 2009

Nº	Assunto	Local de Tramitação	Andamento (digite número e ano)
PL 656/09	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO	Câmara Municipal	Acesse
PL 572/09	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTITUIR AVALIAÇÃO VOCACIONAL AOS ALUNOS DO ÚLTIMO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO	Câmara Municipal	Acesse
PL 433/09	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE INICIAÇÃO ARTÍSTICA - EMIA, DO DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, E DE SEU RESPECTIVO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	Câmara Municipal	Acesse
PL 280/09	Dispõe sobre a instituição de Programa de Assistência Social e Psicológica nas instituições da rede municipal de ensino nos níveis infantil, fundamental e médio do Município de São Paulo.	Câmara Municipal	Acesse
PL 69/09	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE MEDIDAS DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE AO 'BULLYING' ESCOLAR NO PROJETO PEDAGÓGICO ELABORADO PELAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO	Câmara Municipal	Acesse
PL 462/08	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO POR PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS A ALUNOS DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO	Câmara Municipal	Acesse
PL 417/07	FIXA EM TODAS AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, A LOTAÇÃO DE PSICÓLOGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	Câmara Municipal	Acesse
PL 355/07	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL PARA OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO	Câmara Municipal	Acesse
PL 328/2007	CRIA O "PROGRAMA ESPECIAL DE DIAGNÓSTICO DA DISLEXIA", NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	Câmara Municipal	Acesse
PL 104/07	CONSOLIDA, SISTEMATIZA E ALTERA A LEGISLAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	Câmara Municipal	Acesse
PL 74/07	DETERMINA AO EXECUTIVO MUNICIPAL REALIZAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DIAGNÓSTICO DE DISLEXIA	Câmara Municipal	Acesse
PL 86/06	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE APOIO AO ALUNO PORTADOR DE DISTÚRBIOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM DIAGNOSTICADO COMO DISLEXIA	Câmara Municipal	Acesse
PL 712/05	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA PERMANENTE DE DETECÇÃO E COMBATE A DISLEXIA NA CIDADE	Câmara Municipal	Acesse
PL 11/05	DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TODA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM O OBJETIVO DE DIAGNOSTICAR, INTERVIR E PREVENIR PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM	Câmara Municipal	Acesse
PL 603/03	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO "PROGRAMA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO" NA REDE REGULAR DE ENSINO DO MUNICÍPIO	Câmara Municipal	Acesse
PL 178/03	INSTITUI A SEMANA DE ORIENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO SOBRE PROFISSÕES REGULAMENTADAS NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL, DA 5A. A 8A. SÉRIES, DO MUNICÍPIO	Câmara Municipal	Acesse
PL 146/03	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTITUIR AVALIAÇÃO VOCACIONAL NOS ALUNOS DA 8ª SÉRIE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	Câmara Municipal	Acesse
PL 741/02	INSTITUI O PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA SAÚDE ALIMENTAR E PREVENÇÃO DA OBESIDADE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	Câmara Municipal	Acesse
PL 676/01	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA E PSICOPEDAGÓGICA EM TODOS OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO BÁSICO PÚBLICO, COM O OBJETIVO DE DIAGNOSTICAR E PREVENIR PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM	Câmara Municipal	Acesse
PL 609/01	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXAME PSICO - DIAGNÓSTICO INFANTIL EM TODAS AS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, DA REDE MUNICIPAL	Câmara Municipal	Acesse

Encaminhamentos

Seminário Nacional do Ano da Educação

Introdução

A sistematização das discussões realizadas nos diferentes eixos temáticos possibilitou a construção de categorias que agregaram as orientações produzidas pelo Sistema Conselhos. Elas se referem às políticas públicas e organização da categoria: Sistema Conselhos, associações e sindicatos, formação profissional, práticas profissionais e ensino médio. Registre-se que a presença do psicólogo, nas diversas áreas, deve resguardar a dimensão do compromisso social e da qualificação técnica e política para o exercício profissional.

Assim, foram apresentadas propostas relativas às inserções e às participações dos psicólogos no âmbito das políticas públicas educacionais e nos espaços consultivos e deliberativos, tais como fóruns, redes sociais, conselhos, e também no âmbito legislativo, acompanhando e propondo ações com os deputados e vereadores, na construção de projetos de lei, visando a contribuir para a democratização da Educação.

Foi registrada a necessidade de investimentos na formação profissional comprometida com a participação democrática para que o psicólogo tenha condições de problematizar e criar tensões capazes de estimular práticas inovadoras nos diversos níveis de ensino, na perspectiva da inclusão social. Como exemplo disso, foi destacada a presença da Psicologia no ensino médio.

O Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb) construiu a campanha nacional *8 Razões para aprender Psicologia no ensino médio*, que objetivava a aprovação do Projeto de Lei nº 107/2007, para a inclusão da Psicologia como disciplina no ensino médio. Nesse espaço, a Abep foi indicada como a entidade responsável pela condução deste trabalho e, no Fenpb, constituiu-se o Grupo de Trabalho Psicologia e Ensino Médio, para promover a discussão nacional sobre esse tema.

O debate realizado sobre a obrigatoriedade e a forma de inserção da Psicologia no ensino médio salientou o potencial formador da Psicologia para a juventude brasileira.

A categoria Práticas Profissionais considerou que as possibilidades de inserção do psicólogo na Educação são amplas, pois englobam vários campos de trabalho: escola de ensino regular, contextos especiais, instituições educacionais, educação popular, etc. A atuação nesses campos se dá a partir de uma pluralidade de formações e pela diversidade teórico-metodológica.

A escola historicamente produziu o fracasso escolar e a exclusão. Nesse contexto, o psicólogo tem legitimado essa prática, patologizando, medicalizando e produzindo diagnósticos classificatórios dos indivíduos. Constitui-se um desafio operar em um sistema escolar que está constantemente produzindo exclusão. Portanto, cabe ao psicólogo potencializar o lugar da Educação, não atendendo ao apelo de produção de diagnósticos e construindo instrumentos políticos de enfrentamento dessa prática. A referência do trabalho do Psicólogo deve ser a de evitar que a política de inclusão venha a reforçar a racionalidade biomédica, que permeia o cenário escolar, sustentada pelo saber-poder.

É importante contrapor-se ao modelo de Educação baseado na lógica de mercado, o qual prioriza apenas a transmissão automática de conhecimentos e a reprodução vazia de sentido, rompendo com concepções e práticas classificatórias, fragmentadas, individualizantes e medicalizantes. Reafirma-se, portanto, neste documento, a perspectiva da “Educação para Todos”, comprometida com os princípios dos Direitos Humanos e consequentemente com a transformação da sociedade.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Esta categoria aglutinou as propostas relativas às inserções e às participações dos psicólogos no âmbito das políticas públicas educacionais e dos espaços consultivos e deliberativos, tais como fóruns, redes sociais e conselhos, além do Legislativo, no acompanhamento e na proposição de ações, juntamente com deputados e vereadores, visando também, por meio de projetos de lei, a contribuir para a democratização da educação. A presença do psicólogo nesse campo deve resguardar a dimensão do compromisso social e da qualificação técnica e política para o exercício profissional. Trouxe, além de contribuições relativas ao campo da Educação, propostas de diálogos das diversas políticas públicas e dos diversos saberes envolvidos tanto no ambiente

escolar quanto em outros espaços de assistência e serviços, na direção da qualidade, da equidade e da universalização dessas políticas.

Proposições:

- ❖ Considerando a necessidade de integração, nas políticas públicas, com diversos profissionais, defendemos:
 - Integração das políticas públicas, da rede de atendimento e dos profissionais das áreas: Saúde, Assistência Social e Educação, Geração de Trabalho e Renda.
 - Parceria entre os municípios, para que possam atender às demandas da Saúde, Assistência Social e Educação das cidades circunvizinhas.
 - Democratização dos conteúdos do controle social – divulgação de conteúdos de debates dos Conselhos Municipais de Direitos e de Educação.
 - Fortalecer os espaços de discussão e trocas mais sistemáticas com os psicólogos escolares/educacionais que atuam nas cidades do interior.

- ❖ Princípios-gerais que devem ser considerados como essenciais para qualquer proposição de ação legislativa/executiva:
 - Dimensão do trabalho do psicólogo na educação escolar é institucional.
 - A formação dos profissionais deve ser permanente.

- ❖ Participação do psicólogo na articulação e na implementação das políticas públicas, garantindo, assim, a interdisciplinaridade e intersetorialidade pelos saberes e pelas competências, a integralidade do atendimento e equidade no acesso, e as finalidades emancipatórias da educação escolar.

- ❖ A Psicologia deverá requerer espaços de atuação profissional na esfera das políticas públicas, ao mesmo tempo que a atividade profissional deverá estar vinculada ao comprometimento com o acesso de todos às políticas públicas, sejam elas de Educação, de Assistência, de Saúde, de Segurança Pública, entre outras.

- ❖ Atuar crítica e propositivamente na construção, gestão e execução das políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, na perspectiva da educação para todos.

- ❖ Os psicólogos que não trabalham diretamente na Educação, mas que estão envolvidos com a área da infância e da adolescência, devem reconhecer a importância da dimensão educacional na prestação de serviços e na produção de documentos escritos.

- ❖ Incentivar a participação dos psicólogos escolares/educacionais em órgãos consultivos e deliberativos.

- ❖ Participar do processo de construção das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Educação.

- ❖ Viabilizar a representação da Psicologia nos movimentos sociais que envolvem a Educação. Criar um grupo representativo para ocupar o espaço existente nos conselhos, que apoiem o aperfeiçoamento da prática desse profissional.
- ❖ Atuar juntamente com as políticas de Educação, com ações mais articuladas, para que os alunos tenham atenção integral a suas necessidades e que professores possam planejar e compor ações permanentes.
- ❖ Fazer gestões nas diversas instâncias de poder e espaços de participação social, visando à legitimidade da função do psicólogo na escola/Educação.
- ❖ Fazer gestões para a inclusão da Psicologia escolar/educacional nas propostas orçamentárias das diversas instâncias governamentais.
- ❖ Fazer parcerias e mobilização juntamente com os conselhos que atuam nos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.
- ❖ Discutir amplamente o papel e o compromisso social do psicólogo no âmbito das políticas públicas de Educação.
- ❖ Viabilizar a participação em audiências públicas.
- ❖ Promover fóruns de discussões com a categoria e autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário para tratar da inserção do psicólogo escolar e educacional na rede pública.
- ❖ Exigir e acompanhar o cumprimento do estabelecido na lei em relação à assistência às crianças e aos adolescentes hospitalizados que necessitam dar continuidade à escolarização, por meio da implementação das classes hospitalares.
- ❖ Reforçar a necessidade de estabelecimento de debate amplo das políticas educacionais e suas formas de implementação por toda a comunidade escolar, em especial pelos profissionais psicólogos.
- ❖ Assegurar na legislação a inclusão do psicólogo como profissional da Educação, possibilitando, assim, que as redes municipais, estaduais e federal contratem esse profissional nas instituições escolares/educacionais e nos institutos de ensino superior.
- ❖ Respeitar o limite máximo de carga horária de 30 horas semanais para a jornada de trabalho do profissional de Psicologia, e estabelecer concurso público para o cargo de psicólogo na escola pública, com plano de carreira (quaisquer proposições de leis federais, estaduais e municipais).

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO ESCOLAR/EDUCACIONAL

A categoria formação profissional reúne um conjunto de aspectos que devem ser considerados na formação profissional, entre os quais a participação, a democracia e o entendimento da legislação relativa à política educacional, com a finalidade de instrumentalizar o psicólogo, de modo que possa problematizar e criar tensões capazes de estimular práticas inovadoras no contexto educacional. Isso nada mais é do que contribuir para a efetivação das políticas educacionais vigentes, sem nos restringirmos a seus aspectos legais.

Proposições:

Diante do exposto, encaminhamos as propostas relativas à formação de professores em diferentes espaços educacionais:

1. Privilegiar, na formação inicial do psicólogo, o reconhecimento da diversidade, da inclusão, da ética e do direito à diferença, seja ela de gênero, raça, etnia, seja de condições físicas e mentais para compreensão do ser humano.
2. Incentivar a interlocução com outros campos de conhecimentos que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico.
3. Promover a articulação teórico-prática para formação do psicólogo na área da Educação. Assim, os cursos de graduação devem realizar estágios supervisionados em Psicologia Escolar e Educacional, visando ao desenvolvimento de habilidades compatíveis com as práticas profissionais nessa área.
4. Incentivar a produção e a construção do conhecimento científico em Psicologia, com autonomia e liberdade de pensamento, como preconizam as diretrizes dos cursos de graduação em Psicologia e de acordo com a legislação que rege a atuação do psicólogo (Lei nº 5.766/1964).
5. Promover debates sobre os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Psicologia, contemplando diferentes abordagens e concepções teórico-práticas, na busca de compreensão da amplitude dos fenômenos biopsicossociais.
6. Propor a inserção de temáticas tais como: História da Educação, Educação Inclusiva, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Saúde e Educação, além do

aprofundamento dos processos de ensino-aprendizagem dos sujeitos nos currículos de Psicologia. Essas são temáticas fundamentais à formação do psicólogo escolar, de modo a ampliar a percepção dos problemas sociais, econômicos, culturais e políticos.

7. Apropriar-se criticamente de documentos, resoluções e convenções internacionais que tratem das diretrizes das políticas educacionais.
8. Reafirmar a defesa por uma formação do psicólogo no âmbito escolar e educacional comprometida com ação ética e democrática, assentada no compromisso social e na formação do cidadão, inserindo-se numa perspectiva crítica que permita a leitura da realidade e a ampliação de ações condizentes com a realidade da educação brasileira.
9. Favorecer, na formação do psicólogo, o conhecimento crítico das políticas públicas como forma de garantir possíveis mudanças estruturais nas relações e práticas sociais, avançando na compreensão dos direitos humanos e sociais.
10. Fazer gestão juntamente com o MEC para incentivar pesquisas, no âmbito acadêmico, na área de políticas públicas de Educação.
11. Construir projeto de formação continuada, com especificidades regionais.

3. ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA: SISTEMA CONSELHOS, ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

Entre os encaminhamentos propostos pelos participantes do Seminário Nacional do Ano da Educação, encontram-se sugestões de ações no âmbito do Sistema Conselhos, da Abep, da Abrapee e dos Sindicatos dos Psicólogos com a finalidade de contribuir para a organização de psicólogos escolares e educacionais. Esses encaminhamentos estão organizados neste documento, em três grandes temas, a saber: Encaminhamentos para o Sistema Conselhos; Ação articulada do Sistema Conselhos com associações, sindicatos de psicólogos e outros parceiros e Diálogo das entidades com o Estado e o movimento social.

1. Encaminhamentos para o Sistema Conselhos

- Fomentar iniciativas como o Ano da Psicologia na Educação, visto que essa discussão nos remeteu a repensar o interesse da categoria sobre as questões legais, de formação profissional e participação democrática que permeiam sua atuação.

- Viabilizar discussões periódicas nos conselhos sobre a profissão na área escolar/educacional.
- Formar ou ampliar Grupos de Trabalhos ou Comissões de Educação, nos Conselhos Regionais de Psicologia, com a participação de psicólogos que atuam na Educação, para troca de experiências e acompanhamento de políticas públicas voltadas para a Educação, viabilizando discussões locais sobre temáticas que se fizerem necessárias e articulando os profissionais em torno das reflexões sobre políticas educacionais.
- Divulgar permanentemente o trabalho das Comissões de Educação para a categoria
- Promover fóruns de discussões com a categoria e autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário para tratar da inserção do psicólogo escolar e educacional na rede pública.
- Fomentar discussões acerca das políticas educacionais e dos indicativos de criação e reformulação de novos textos de lei, combatendo as formas hierarquizadas e pouco democráticas de implementação das políticas educacionais.
- Acompanhar a proposição de projetos de lei, participar de audiências públicas, bem como realizar a análise da legislação vigente relacionada com o fazer do psicólogo escolar/educacional, buscando o afastamento do viés normalizador ou uma prática que silencie as potências dos diferentes agentes envolvidos no processo educacional.
- Fazer proposta, e apresentá-la às instâncias competentes, no sentido de destacar a necessidade de garantir a inserção do psicólogo nos espaços educacionais, a partir da modificação no texto da Lei nº 9.394/96 (LDB).
- Buscar formas de regulamentar a inserção do psicólogo na escola, definindo sua função e seu papel, de modo que esse profissional possa atuar de forma participativa e democrática, desenvolvendo estratégias que envolvam os diversos segmentos presentes no contexto educacional.
- Acompanhar a tramitação do PLC nº 60/2007, que versa sobre a atuação do psicólogo e do assistente social na educação básica, articular ações com vereadores e deputados em suas regiões e mobilizar a comunidade escolar.
- Acompanhar projetos de lei nos âmbitos federal, estadual e municipal, até o desfecho de cada uma das ações, especialmente os projetos de lei que tratam de medicalização, como, por exemplo, o Projeto de Lei nº 86/2006 da Câmara Municipal de São Paulo, que “dispõe sobre o Programa de Apoio ao Aluno Portador de Distúrbios Específicos de Aprendizagem, diagnosticados como dislexia”.

- Acompanhar o andamento do Grupo de Trabalho (GT) designado pela Portaria do MEC/SEE n.º 6, de 5 de junho de 2008, composto a partir da “necessidade de elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino na implementação de políticas direcionadas à educação de alunos com transtornos funcionais específicos, matriculados na rede regular de ensino”.
- Observar, nos estados e municípios que já regulamentaram a inserção do psicólogo escolar, se a legislação em vigor está em consonância com as deliberações do Ano da Educação, indicando alterações e ajustes, quando necessários.
- Contemplar os avanços das discussões teórico-metodológicas na área de Psicologia Escolar e Educacional na prova de especialistas do CFP.
- Fazer discussão ampla sobre um novo papel para a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), que possa abarcar o acompanhamento dos editais – e, dentro desses, a observância das pautas e bibliografias dos concursos públicos –, propor mudanças pertinentes e, quando necessário, acionar o Ministério Público.
- Construir referências para atuação na área, envolvendo aspectos teórico-metodológicos, técnicos, históricos, políticos, éticos, estéticos, conjuntamente com Instituições de Ensino Superior (IES), Sistema Conselhos de Psicologia, Abep, Abrapee, Conep e demais entidades filiadas ao Fenpb envolvidas com o tema, e profissionais que atuam na área.

2. Ação articulada do Sistema Conselhos com associações ou entidades (Abep, Abrapee, Conep), sindicatos de psicólogos e outros parceiros

- Manter a realização de encontros para reflexão sobre temáticas e produções teóricas para o enriquecimento da área.
- Discutir a implementação das diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia, no âmbito do Sistema Conselhos, de forma articulada com as associações e outras entidades interessadas.
- Encaminhar ao MEC, em parceria com a Abep, as reflexões sobre a inclusão das políticas públicas como um dos eixos essenciais para a formação dos psicólogos.
- Realizar debates sobre temas educacionais, visibilizando as contribuições da Psicologia, tais como: progressão continuada, educação inclusiva, educação fundamental – ciclo de nove anos, financiamento da educação pública.
- Discutir amplamente o papel e o compromisso social do psicólogo no âmbito das políticas públicas de Educação.
- Propor revisão do texto do Catálogo Brasileiro de Ocupações, de forma a contemplar redefinição do papel do psicólogo na Educação.

- Apoiar os sindicatos de Psicologia no acompanhamento de editais de concurso público, analisando a descrição do cargo, da carga horária e remuneração, bem como na discussão de planos de cargos e salários para os psicólogos nos sistemas de ensino.
- Promover articulação com a Abep e demais instâncias responsáveis pela formação do psicólogo, no sentido de prepará-los para inserção no contexto educacional brasileiro, tornando-os atuantes em relação às políticas públicas de educação inclusiva.
- Implementar e manter ações com estudantes de Psicologia juntamente com os Conselhos Regionais, em articulação com a Conep.
- Reforçar a necessidade de estabelecimento de um debate amplo das políticas educacionais e suas formas de implementação por toda a comunidade escolar, em especial pelos profissionais psicólogos.

2. Diálogo das entidades com o Estado e o movimento social

- Manifestar-se quanto aos problemas relacionados às políticas públicas de Educação, favorecendo a discussão com as administrações públicas e secretarias municipais e estaduais.
- Fomentar a participação de representantes da Psicologia nos movimentos sociais que envolvem a Educação.
- Fazer gestões para garantir assento nas Conferências de Educação (nacional, estaduais e municipais);
- Fazer gestões para a participação de representantes da Psicologia nos Comitês de Educação e Direitos Humanos (nacional, estaduais e municipais).
- Promover, juntamente com os gestores públicos, discussões acerca da importância do profissional psicólogo atuando nas políticas públicas de Educação.

4. PRÁTICA DO PSICÓLOGO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

A categoria Práticas Profissionais abordou a amplitude de possibilidades de inserção do psicólogo na Educação, englobando os vários campos de trabalho, entre eles a escola de ensino regular e em contextos especiais, instituições educacionais, educação popular, etc. A atuação nesses campos se dá a partir de uma pluralidade de formações e pela diversidade teórico-metodológica.

A escola, historicamente, produziu o fracasso escolar e a exclusão. Nesse contexto, o psicólogo tem legitimado essa prática, patologizando, medicalizando e produzindo diagnósticos classificatórios dos indivíduos. Constitui-se como desafio operar em um sistema escolar que está constantemente produzindo exclusão. Portanto, cabe ao psicólogo potencializar o lugar da Educação, não atendendo ao apelo de produção de diagnósticos, e construindo instrumentos políticos de enfrentamento dessa prática. A referência do trabalho do psicólogo deve ser a de evitar que a política de inclusão venha a reforçar a racionalidade biomédica, que permeia o cenário escolar sustentado pelo saber-poder.

É importante contrapor-se ao modelo de educação baseado na lógica de mercado, o qual prioriza apenas a transmissão automática de conhecimentos e a reprodução vazia de sentido, rompendo com concepções e práticas classificatórias, fragmentadas, individualizantes e medicalizantes. Reafirma-se, portanto, neste documento, a perspectiva da “Educação para Todos”, comprometida com os princípios dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, com a transformação da sociedade.

Proposições:

Os encaminhamentos foram propostos considerando-se as prioridades para a construção de práticas profissionais comprometidas com a inclusão social:

- ❖ Considerar a realidade da escola brasileira, as dimensões psicossociais das comunidades, as redes de apoio, os suportes e equipamentos públicos e privados do território para subsidiar a sua prática de intervenção.
- ❖ Compreender que as deficiências do sistema de ensino são produtoras de fracassos e sofrimentos de educandos e de educadores.
- ❖ Destacar a importância da dimensão institucional do trabalho do psicólogo na educação formal e não formal: coletivização das práticas, colocando em análise o campo de relações sociopolítico-pedagógicas, para a melhoria das condições de trabalho na escola.
- ❖ Comprometer-se com as funções sociais da escola de possibilitar o acesso aos bens culturais construídos pelo homem ao longo de sua história e de promover a autonomia dos indivíduos.
- ❖ Assumir o compromisso com ações voltadas à inclusão escolar.
- ❖ Enfatizar que a avaliação pedagógica, para efeito de atendimento educacional de alunos sujeitos às práticas pedagógicas na perspectiva da inclusão, é de

responsabilidade da escola. A função do psicólogo será de contribuir com a construção dessa avaliação.

- ❖ Ampliar redes de informação sobre os trabalhos e as ações desenvolvidas na escola.
- ❖ Estabelecer interlocução com outros setores, entre eles: Saúde, Trabalho, Movimentos Sociais, Assistência Social e Jurídico.
- ❖ Trabalhar na perspectiva de projetos coletivos e contextualizados com os atores do cenário escolar/educacional.
- ❖ Apropriar-se da dinâmica da escola e intervir de forma interdisciplinar.
- ❖ Estudar e discutir metodologias de trabalho mult disciplinares nos contextos educacionais, produzindo referências sobre essa prática.
- ❖ Exercer a Psicologia Escolar/Educacional como conjunto de práticas fortalecedoras de pessoas e grupos, agregando todos os que fazem parte da comunidade escolar.
- ❖ Construir espaços para trocas de experiências e produção de saberes e conhecimentos no campo educacional.
- ❖ Sistematizar práticas possíveis de intervenção no espaço escolar/educacional, contribuindo com a construção de referências técnicas e políticas e divulgando experiências exitosas.
- ❖ Realizar pesquisas de levantamento de dados sobre o fazer do psicólogo escolar/educacional, de maneira a fortalecer os estudos da área sobre seu campo de atuação e as inovações que apareçam a partir da prática.
- ❖ Participar de entidades e grupos organizados, contribuindo para a articulação de profissionais da área.
- ❖ Participar de órgãos consultivos e deliberativos de controle social ou conselhos setoriais.
- ❖ Contribuir com a formação do psicólogo escolar/educacional, disponibilizando oportunidades de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, em parceria/convênio com as agências formadoras.
- ❖ Compor, juntamente com a equipe escolar, a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola e, a partir dele, construir seu projeto de atuação.
- ❖ Construir projeto coletivo de formação em serviço.

- ❖ Construir, com a equipe da escola, estratégias de ensino-aprendizagem, considerando os desafios da contemporaneidade.
- ❖ Considerar a dimensão subjetiva, sem reduzi-la a uma perspectiva individualizante, afastando-se do modelo clínico.
- ❖ Valorizar e potencializar a produção de saberes nos diferentes espaços educacionais.
- ❖ Buscar conhecimentos técnico-científicos, considerando sua dimensão ética para sustentar atuação potente.
- ❖ Romper com a patologização e a medicalização dos indivíduos nas situações em que as demandas por diagnósticos contribuam para a produção do fracasso, do desvio, do distúrbio.
- ❖ Promover debates de modo a propiciar conhecimento e reflexões aos educadores sobre as polêmicas que envolvem a dislexia e o Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade (TDA/TDAH).
- ❖ Denunciar e discutir sobre o crescimento da medicalização das dificuldades escolares para que o psicólogo, atuando na Educação, na Saúde ou em outro campo, não seja mais um de seus agentes.
- ❖ Promover esclarecimentos aos profissionais da Educação sobre o papel do psicólogo escolar/educacional.
- ❖ Atuar junto com a equipe pedagógica para auxiliar na concretização das finalidades da Educação que estão estabelecidas nos documentos legais, tais como o Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 9.394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Referências Curriculares Nacionais (RCN), entre outros.
- ❖ A ação dos psicólogos na Educação deve pautar-se em práticas críticas, de modo a considerar as necessidades sociais da população envolvida, em parceria com as universidades.
- ❖ Conhecer a diversidade cultural das instituições e seu entorno para subsidiar a prática profissional.
- ❖ Conectar-se com o saber dos alunos, sua vida, suas necessidades, pois é preciso aprender com o aluno, de modo a oferecer uma educação que cumpra sua função social.

- ❖ Preparar-se para trabalhar com os efeitos das novas tecnologias de informação e comunicação (internet, Orkut, MSN e outros), cada vez mais presentes na escola, na perspectiva das Pedagogias Culturais.

5. Ensino de Psicologia no Ensino Médio

A categoria que aborda a inserção da Psicologia no ensino médio expressa a necessidade da inclusão da disciplina Psicologia como obrigatória nesse estágio, em razão do atual modelo curricular e contexto histórico, bem como do potencial formador da Psicologia para a juventude brasileira.

Proposições:

Os encaminhamentos destacam a presença da Psicologia no ensino médio, visando a contribuir para o processo educacional do jovem brasileiro:

- Defender a inclusão da Psicologia como disciplina no ensino médio.
- Apropriar-se do processo histórico da luta pela inclusão da Psicologia no ensino médio.
- Articular o debate sobre a inserção/participação da Psicologia no ensino médio, a partir da Política Educacional, e em diversos espaços, e com diferentes interlocutores.
- Envolver a participação dos estudantes secundaristas no processo de construção da proposta de inserção da Psicologia no ensino médio, articulado com a Secretária de Educação Básica/MEC e o Conep.
- Fortalecer a discussão nacionalmente.
- Discutir a licenciatura para a formação do professor de Psicologia.
- Discutir o ensino de Psicologia na Educação Profissional.
- Discutir as propostas de ensino de Psicologia, tendo em conta as experiências que ocorrem/ocorreram nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

- Realizar seminário para discutir eixos e perspectivas para o ensino da Psicologia no ensino médio.
- Propor que o professor de Psicologia no ensino médio:
 - Discuta as diversas possibilidades de interdisciplinaridade no ensino médio.
 - Diferencie o papel de psicólogo escolar do de professor de Psicologia.
 - Tenha concepção abrangente do processo ensino-aprendizagem.
 - Realize leitura crítica do modelo vigente do Ensino Médio e da opção política que norteia a organização do currículo atual.

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo
Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de
Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na
Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

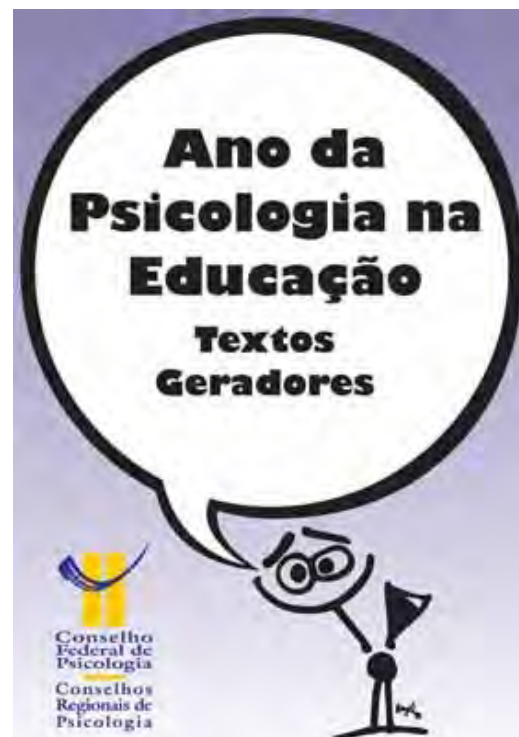
[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Expediente

Apresentação



Eixo Temático 01:

*Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação Inclusiva
Cristina Maria Carvalho Delou*

Eixo Temático 02:

*Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática
Marilene Proença Rebello de Souza e Marisa Lopes da Rocha*

Eixo Temático 03:

*Psicologia em Instituições Escolares e Educacionais
Raquel Guzzo*

Eixo Temático 04:

*Psicologia no Ensino Médio
Ângela Fátima Soligo e Roberta Gurgel Azzi*

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Relatório: Seminário Regional do Ano Temático da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia

Dados de Identificação:

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 06

Equipe que elaborou o relatório:

Beatriz Belluzzo Brando Cunha,
Carla Biancha Angelucci,
Carmem Sílvia Rotondano Taverna,
Leonardo Lopes da Silva

Metodologia

Critério de escolha dos delegados: Ser psicólogo ativo e inscrito no CRP06, atuante na área e/ou ser especialista (pós graduando/graduado *stricto* ou *lato sensu*), que tenha participado das etapas anteriores, e que tenha esclarecimento para defender a posição do grupo no evento nacional. Os membros da Comissão Psicologia & Educação do CRP06, participantes do Seminário Regional, nos respectivos eixos de sua participação, são candidatos à relatoria para o Seminário Nacional. Foram eleitos relatores titulares e suplentes visando à garantia de participação; os suplentes participarão apenas no caso de impossibilidade do titular.

Nomes indicados por eixo temático:

Eixo 01:

Psicologia, Políticas Públicas Intersectoriais e Educação Inclusiva

Titular: Carla Biancha Angelucci
Suplente: Reni R. Silva

Eixo 02:

Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática.

Titular: Déborah Barbosa
Suplente: Liliâne Garcez

Eixo 03:

Psicologia em Instituições Escolares e Educacionais

Titular: Beatriz de Paula Souza
Suplente: Silvana Mussalim Guimarães>

Eixo 04:

Psicologia no Ensino Médio

Titular: Leonardo Lopes;
Suplente: Patrícia Aparecida Nunes e Silva

Organização dos eventos:

Formato:

Os trabalhos referentes ao Ano da Educação do Sistema Conselhos de Psicologia, no CRP-SP, foram desenvolvidos em duas etapas.

1ª Etapa – Eventos na Sede E nas Subsedes

As subsedes e a sede (Assis, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Grande ABC, Baixada Santista e Vale do Ribeira, São José do Rio Preto, Vale do Paraíba e a capital-SP) organizaram eventos preparatórios, conforme a distribuição dos eixos por região, definida em reunião da Comissão Psicologia & Educação, sem prejuízo de realização de eventos que contemplassem outros eixos, também de interesse dos psicólogos da subsede.

Para todos os eventos foram convidados palestrantes, que puderam qualificar as discussões que se seguiram em grupos de trabalho; nestes, utilizou-se os textos geradores, enriquecidos com as reflexões feitas pelas palestras e foram elaboradas propostas encaminhadas para o Seminário Regional. O grupo concluiu os trabalhos, elegendo relatores para o evento Regional.

Alguns eventos preparatórios reuniram atividades de vários eixos em uma única data – como foi o evento da sede nos dias 30, 31 de outubro e 1 de novembro de 2008 – outros realizaram mais eventos de um mesmo eixo em mais de uma data e em cidades diferentes, conforme a demanda da região que abarca cada subsede.

Ao todo foram realizados 15 eventos preparatórios, com 563 participantes.

Distribuição dos eventos preparatórios por eixos:

Região	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4
Assis				

Bauru				
Campinas				
Ribeirão Preto				
Grande ABC				
Baixada Santista e Vale do Ribeira				
São José do Rio Preto				
Vale do Paraíba				
São Paulo				

Número de participantes por eventos preparatórios:

Região	Nº de Eventos	Participantes
Sede	1	147
Assis	1	25
Baixada Santista	1	33
Bauru	5	166
Campinas	1	70
Grande ABC	1	30
Ribeirão Preto	2	49
São José do Rio Preto	1	23
Vale do Paraíba	2	20
TOTAL	15	563

2ª Etapa – Evento Regional

Na segunda etapa, foi realizado o Seminário Regional, organizado na sede do CRP de São Paulo, nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2008.

O evento iniciou no dia 27, com o lançamento do vídeo documentário *A Psicologia Educacional e Escolar em São Paulo – construção de um novo homem*, configurando-se como evento aberto. Na ocasião, contou-se com a participação do presidente do Conselho Federal de Psicologia, de representantes de 33 entidades ligadas à Psicologia, dos representantes eleitos nos eventos preparatórios da sede e subseções do estado de São Paulo, além de outros psicólogos, totalizando 130 participantes.

No dia 28, realizou-se o trabalho nos grupos por eixos temáticos. Deste momento participaram tão somente os relatores eleitos na etapa anterior, os membros da Comissão de Educação do CRP-SP e convidado representante da ABRAPEE (este não poderia eleger-se relator para a etapa nacional).

Obedeceu-se ao seguinte formato:

- Reunião dos relatores e observadores nas salas indicadas para cada um dos eixos temáticos, juntamente com os membros da Comissão Psicologia & Educação do CRP-SP, que atuaram como coordenadores e secretários;
- Leitura do quadro de categorias produzido a partir dos relatórios dos eventos preparatórios de cada subseção e sede. Este material preservou os conteúdos dos relatórios apresentados nos eventos preparatórios, apenas fez uma reorganização por categorias, visando a auxiliar o trabalho em grupo. Na pasta, os participantes encontraram, na forma original, os

relatórios para sua consulta.

- Debate sobre os temas apresentados com o objetivo de produzir um texto objetivo das propostas a serem enviadas para o Seminário Nacional do Ano da Educação.
- Elaboração do texto a partir das discussões do grupo e propostas trazidas dos eventos preparatórios, apresentado na reunião plenária final. Nenhuma proposta poderia ser suprimida ou acrescentada. Assim, o trabalho constou de reorganizar e clarear as propostas realizadas na etapa anterior.
- Indicação dos relatores que participarão do Seminário Nacional do Ano da Educação nos dias 24, 25 e 26 de abril em Brasília.

Ao final, com todos os participantes reunidos, foram apresentados os resultados das discussões por eixo temático e os relatores escolhidos para representação no Seminário Nacional. Nesta ocasião, os presentes referendaram, ainda, moção de repúdio (anexa), apresentada pelo grupo de discussão do eixo IV - *Psicologia no Ensino Médio*, contra a Secretaria de Educação de São Paulo, que retirou a Psicologia da sua grade curricular, tornando 127 professores de Psicologia efetivos em adidos, sem função docente e, simplesmente dispensou, cerca de 1644 professores, contratados como temporários.

Resultados das discussões por eixo temático:

Eixo 01:

Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação Inclusiva

PRINCÍPIOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- É necessário definir o conceito de transformação social no contexto da Educação Inclusiva.
- Os psicólogos devem compreender que o enfrentamento dos desafios vividos na Educação Inclusiva só pode ocorrer se remetido aos desafios da Educação em geral.
- A escola insiste ainda em perpetuar o ensino inflexível, em grandes oposições binárias, tais como: alunos bem comportados e não comportados, aprovados e reprovados, detentores do saber e ignorantes, mais velozes e retardatários, normais e "includos", etc.

Posto isso, questiona-se o modelo atual em que a escola funciona. Esta trajetória implica que o profissional de psicologia tenha uma concepção humanista, e que defenda as relações com o conhecimento e com as pessoas, numa perspectiva sócio-cultural.

- *Educação para Todos*
- É necessário o aparelhamento da educação e o estabelecimento de continuidades entre os diferentes equipamentos educacionais e entes federados.
- Articulação entre estudo e participação efetiva na política pública.
- *A necessidade de construção coletiva do projeto educacional, garantindo a horizontalidade nas relações*
- Discussão de temas da educação de maneira mais abrangente.
- É fundamental que a educação trabalhe com o princípio da universalidade, respeitando os princípios da integralidade e equidade;
- Aprofundamento no estudo das políticas públicas e maior participação na construção das mesmas (articulação com a rede de garantia de direitos, justiça, assistência social, saúde, organizações sociais, órgãos de controle social, de proposição de política pública).
- Para haver diálogo entre os vários setores da política pública é preciso que haja interlocução entre as diversas instâncias da Educação. O psicólogo poderá atuar como mediador na interlocução entre as diversas instâncias e setores.
- Divulgar amplamente os parâmetros definidos pelo CFP, para elaboração de documentos assegurando uma perspectiva mais crítica e comprometida com os pressupostos da inclusão;
- Experiência na escola, fora do contexto organizado da vida escolar (salas de aula e demais estratégias tradicionais), revela a possibilidade de participação e o envolvimento dos educandos na tarefa educativa.
- Que o psicólogo na escola possibilite o diálogo, canais de comunicação entre professores e alunos, construção conjunta do processo pedagógico. Contribuir para que o professor reconheça o aluno como sujeito do processo de aprendizagem.
- Na construção de propostas de intervenção, levar em conta os saberes acumulados por instituições que atendem público específico, como por exemplo: pessoas com deficiências, sofrimento mental, etc.
- *Compromisso com a reestruturação do sistema educacional com enfoque na diversidade;*
- Inclusão como perspectiva política.
- É um desafio discutir a inclusão dado que o sistema político, social e cultural exige a homogeneização do sujeito, não oferece espaço para as diferenças e não considera a singularidade.
- Reconhecimento das especificidades é fundamental.
- Para pensar em inclusão é preciso mudar o paradigma classificatório, abarcando a equidade (considerar propostas como as de Beyer).
- Educação para todos implica em não perder de vista a população que está em situação de vulnerabilidade:
- Atenção às questões de gênero, pertença de classe social e
- Relação com a lei, sujeitos em diferentes ciclos de vida, população que não está se beneficiando da educação;
- Educação de jovens e adultos, tendo a pessoa com diferenças significativas como protagonista do seu projeto educacional e de inserção no mundo do trabalho;
- Necessidade de focar a adolescência, entendendo, inclusive, o processo de criminalização da adolescência no âmbito da educação;
- Educação do sujeito em instituições carcerárias: poucas unidades prisionais oferecem serviço educacional;
- Para que ocorra a inclusão é necessária a interlocução com a família

- *Princípio da equidade.*
- A escola cobra o conhecimento e o trabalho à produtividade:
- Atenção à ética das relações:
 - Como pensar, em todo esse debate, e, uma inclusão social e escolar, a fim de que caibam todos os seres, respeitando e coabitando com as diferenças humanas?
 - De que maneira, então, poderemos transformar visões de mundo habitualmente negativas do que é ser diferente no mundo atual, além de questionar uma ética da igualdade que impõe a destruição da própria diferença?
 - Como configurar a complexa relação entre indivíduos e grupos que compõem a sociedade atual, enfatizando sempre a questão das diferenças?
 - Afinal, não somos todos diferentes? Portanto, como o psicólogo pode contribuir dentro destas discussões?
 - Tratar todos iguais ou todos diferentes?
- Discutiram-se as questões das ponderações e dos radicalismos institucionais: normalidade x deficiência, homogeneização e individualidade. Sendo assim, considera-se que as diferenças precisam ser cuidadas para que se consiga criar mecanismos de acompanhamento e desenvolvam-se políticas públicas adequadas as necessidades destes grupos historicamente excluídos.
- É possível se discutir inclusão dentro de um sistema político, social e cultural que exige a homogeneização do sujeito e não oferece espaço para as diferenças e para se olhar a singularidade?
- Na perspectiva da Educação para Todos, defender a construção de um diálogo contínuo com públicos específicos, de modo a atender suas necessidades e respeitar suas especificidades.
- Direitos de grupos específicos – cuidado para não homogeneizar, sem trazer as populações para discussão.

Políticas Públicas

- Ponderar e refletir sobre a legislação e a proposta atual da SEESP/MEC, que apresentam contradições na concepção de ser humano: ao mesmo tempo em que a proposta afirma que a escola é para todos, exclui, criando salas de atendimento especializado para alunos com deficiência no contra-turno.
- Enfatizar que a avaliação pedagógica das necessidades educacionais especiais é responsabilidade da escola.
- Que os psicólogos participem dos espaços coletivos para a construção de políticas públicas da educação, que o psicólogo não seja apenas um executor de funções, mas alguém que coloque os conhecimentos da psicologia para a construção destas políticas de educação.
- A importância de o psicólogo participar das discussões sobre o sistema educacional (duração da hora-aula, número de alunos por sala, método generalizado de ensino), visando sua reformulação;
- Que o sistema conselhos, junto com a mobilização da categoria, proponha e lute legalmente para espaços de atuação dos psicólogos na Educação.

Diretrizes para atuação do psicólogo

- É dever do psicólogo agir diante de situações de violação de direitos.
- Atenção à reafirmação dos processos de culpabilização da vítima, diante do discurso de inclusão e da prática que não é inclusiva.
- Que durante a formação, e na atuação, o psicólogo busque se apropriar criticamente dos documentos, resoluções, convenções internacionais que tratem das diretrizes da Educação para Todos.
- A importância de lidar com as diferenças - problematizar a junção dos campos teóricos e suas peculiaridades promove a transformação, a mudança. Considerando que a Psicologia é um campo de conhecimentos marcado pela pluralidade de formações e pela diversidade teórica e metodológica, muito tem a contribuir na derrubada dos estereótipos e preconceitos;
- Conceber a atuação do psicólogo escolar como profissional promotor de reflexões teóricas que subsidiem ações inclusivas;
- A atuação do psicólogo dentro da educação não pode estar atrelada a um modelo estanque, ela precisa ser construída, de acordo com a demanda apresentada pelo contexto;
- A Psicologia dentro do sistema educacional deverá contribuir com informações e reflexões sobre: desenvolvimento da criança, preconceito, paradigma da inclusão, os não-desejos dos profissionais da instituição, funcionamento do trabalho multidisciplinar e quadros clínicos.
- A importância de o psicólogo e seu trabalho inteirar-se sobre as legislações relacionadas a educação e as questões da política pública;
- O Psicólogo deverá estar comprometido com os princípios da Educação Inclusiva, tanto nos espaços educacionais formais quanto informais;
- Entender, como competência fundamental do psicólogo no contexto educacional a articulação e facilitação de espaços para reflexão, interiorização e compreensão das questões relacionadas à diversidade humana e seus desdobramentos no processo de ensino/aprendizagem, visando a contribuir para uma educação inclusiva e democrática;
- Necessidade de trabalho interdisciplinar, bem como do conhecimento e do acesso às tecnologias, a fim de poder atender às condições específicas dos sujeitos (por exemplo, conhecimento das e acesso à Língua de Sinais, às formas alternativas de comunicação, etc.);
- Atenção à proposição de modelos pré-estabelecidos no atendimento, que pré-determinam os métodos, as estratégias e os objetivos, sem reconhecer as diferentes condições humanas e os diferentes contextos sócio-culturais. O aprisionamento a modelos pré-concebidos de atendimento acaba reafirmando a abstração das diferentes condições humanas;

O psicólogo deve colaborar na construção do projeto político-pedagógico da escola;

- Nos casos em que houver necessidade de atendimento clínico-individual, que o psicólogo não perca a dimensão institucional, ou seja, que ele entenda os processos/relações que acontecem na escola e que estão facilitando ou dificultando a garantia do direito à aprendizagem;
- Quanto às políticas intersetoriais (P/ex PSF, CRAS, CREAS, entre outros): importante frisar aos profissionais da psicologia que, mesmo não atuando diretamente na educação, é preciso levar em consideração a dimensão educacional, inclusive na produção de documentos escritos, laudos e relatórios;
- Que os Conselhos de Psicologia continuem criando espaços e /ou apoiem outros órgãos da categoria que promovam, por meio de encontros, fóruns permanentes, seminários e congressos, o trabalho efetivo com os profissionais psicólogos para ocuparem os espaços da escola.

Formação

- Necessidade de se reverem os currículos dos cursos de psicologia, no sentido de preparar os psicólogos para inserção no contexto educacional brasileiro, tornando-os atuantes em relação às políticas públicas de educação inclusiva;
- Discutir sobre a formação do psicólogo no âmbito acadêmico, em relação ao currículo mínimo, a fim de que contemple as diversas áreas de atuação, mediadas pela teoria e pela prática;
- Que os psicólogos trabalhem com formadores e formandos objetivando a formação em psicologia escolar ou saúde do escolar;
- Garantir na formação do psicólogo o acesso a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, não só para a população específica, e garantir, também, acesso a formas de comunicação alternativa, como, por exemplo, Braille, Pranchas de Comunicação, etc.

Atuação do Psicólogo:

- *Junto à Formação Docente*
- Que o psicólogo atue na formação do professor como parceiro, como alguém que reconheça e considere os conhecimentos do professor e valorize as experiências deles. Romper com a relação hierarquizada de especialista x profissionais da educação;
- Contribuir para que o docente compreenda sua atuação a partir dos aspectos institucionais, de modo a possibilitar a apropriação e a participação igualitária nas decisões;
- Enfocar o empoderamento desses trabalhadores e da participação igualitária nesse processo;
- Propor a criação de espaços abertos, de livre escolha, a todos os educadores;
- Necessidade também do psicólogo e da psicologia estarem mais presentes na formação, no dia-a-dia da escola;
- Contribuir com a formação dos educadores, considerando os aspectos das relações subjetivas, constituídas nos espaços educacionais;

Em Intervenções Institucionais

- A crítica realizada à atuação tradicional do psicólogo no contexto educacional, historicamente marcada pela psicométrica (utilização de testes) e pela emissão de laudos que situam os problemas de escolaridade no aluno e em sua família, aponta para a necessidade de se construir novos conhecimentos e instrumentos de intervenção que habilitem o psicólogo a atuar nesse campo preservando sua identidade profissional;
 - Acolher a demanda feita pela escola ao psicólogo e, a partir disso, colocar-se a serviço da inclusão;
 - Inserir-se no contexto escolar, não atendendo apenas a demandas pontuais, mas envolvendo o maior número de indivíduos: professor, aluno, família, comunidade e outros.
 - Reconhecer as especificidades das diferentes populações, não focalizando as incapacidades, mas as possibilidades; atuando nesse sentido junto ao professor.
 - Garantir o direito à história por meio da implementação e sistematização dos registros. Apropriar-se dos dispositivos existentes de registro da instituição e da vida escolar do educando, comprometendo-se com a importância de sua utilização e atualização, de modo a promover o acompanhamento do processo educativo (história de escolarização);
 - Compreender os fenômenos individuais não de maneira individualizante;
 - Intervir como mediador das relações escolares com o aluno, com o professor, com os pais, com a comunidade; este poderá ser um dos papéis de parceria do psicólogo na escola;
 - Colaborar com a leitura das relações de sala de aula que impedem o desenvolvimento dos educandos, rompendo com a permanência dos estereótipos;
 - Que o psicólogo entenda os mecanismos de exclusão produzidos pela escola, tendo uma visão ampla, que considere o contexto social e histórico. Questione acerca da construção social das diferentes exclusões (gênero, raça, econômica, religiosa, etc.);
 - Nas instituições especializadas (por exemplo, instituições voltadas a pessoas com deficiência, com sofrimento psíquico, etc.), o atendimento deve estar comprometido com a inclusão;
 - Comprometer-se com o trabalho em equipe, garantindo a horizontalidade no processo de participação, enfatizando as práticas bem sucedidas, ou seja, que avançam no sentido da Educação Inclusiva;
 - Atentar para outras frentes de trabalho para a psicologia intervir na escola;
 - A tutoria poderá ser um instrumento para inclusão (para autistas, grupos de vulnerabilidade social, adolescentes em conflitos com a lei, dentre outros); e o profissional da psicologia pode ser um tutor;
 - Intervir sobre os novos desafios presentes nas chamadas séries iniciais: crianças a partir de 6 anos estão “assujeitadas” à pressão pela escolaridade de 9 anos, levando-as a problemas psicológicos.
- Eixo 02:

- **Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática.**

PRINCÍPIOS GERAIS

Princípios gerais que devem ser considerados como essenciais para qualquer proposição de ação legislativa/executiva:

- Dimensão do trabalho do psicólogo na educação escolar é institucional;
- A formação dos profissionais deve ser permanente;
- As ações profissionais do psicólogo no âmbito da atuação na Educação devem:
- ser desenvolvidas no âmbito institucional que se constituem frente às demandas da escola;
- fortalecer a elaboração de políticas públicas que de fato se articulem com as finalidades emancipatórias da educação escolar;
- ser de cunho interdisciplinar e multiprofissional;
- ampliar a articulação das equipes escolares;

Considerando a abrangência das políticas públicas em educação e a importância do conhecimento delas para as práticas dos psicólogos, propomos que o Sistema Conselhos implemente ações formativas que debatam: progressão continuada, Educação Inclusiva, Educação fundamental – ciclo de nove anos, financiamento da educação pública.

LEGISLAÇÃO

- Considerando que a legislação precisa ser constantemente aperfeiçoada, levando em conta os debates desenvolvidos pela Psicologia enquanto Ciência e Profissão, propomos o acompanhamento de projetos de lei nos âmbitos federal, estadual e municipal até o desfecho de cada uma das ações. Especialmente os projetos de lei que tratam de medicalização, como por exemplo, o Projeto de Lei 0086/2006, que “dispõe sobre o Programa de Apoio ao Aluno Portador de Distúrbios Específicos de Aprendizagem diagnosticado como Dislexia”;
- Considerando a necessidade de uma interlocução entre a escola/educação e o psicólogo, propomos criar um projeto de lei que garanta a participação do psicólogo no contexto escolar.
- Quaisquer proposições de leis (federais, estaduais e municipais), que se refiram às práticas de profissionais da Psicologia, deverão respeitar o limite máximo da carga horária de 30 horas semanais.
- Defendemos que nos cursos de licenciatura a disciplina Psicologia da Educação seja ministrada por psicólogos com formação na área de Educação.
- Acompanhar o andamento do GT designado pela PORTARIA n.º 6, DE 05 de junho de 2008 composto a partir da “necessidade de elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino na implementação de políticas direcionadas à educação de alunos com transtornos funcionais específicos matriculados na rede regular de ensino”.
- Propor um projeto de lei, com vereadores parceiros, em que o psicólogo atuasse na SME e, assim, um por escola. (NÃO CONSENSUAL)

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

Considerando que: a CBO – Classificação Brasileira de Ocupações – ainda está pautada em uma visão do psicólogo como profissional da saúde e em uma concepção clínica de trabalho, propomos:

- Revisar a CBO de forma a contemplar as atribuições do psicólogo no campo da educação.
- Acompanhar especialmente o PLC 56/2008 que propõe “cargos largos” (analistas técnicos), com denominações amplas, que é contrário ao que propomos para a CBO.

Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

Considerando que o psicólogo não é contemplado na LDB como profissional da Educação, propomos a participação nos processos de Revisão da LDB junto às entidades de educação, para contemplar o psicólogo como profissional no campo da educação.

FORMAÇÃO

Considerando a necessidade de melhoria da formação do psicólogo para atuação no âmbito da educação defendemos que a formação abarque:

- Diferentes abordagens e diferentes concepções teórico-práticas;
- Compromisso do psicólogo com o posicionamento ético-político e não somente uma área de saber ou local de intervenção;
- A crítica ao predomínio do modelo clínico no contexto escolar;
- A articulação teórico-prática, para formação do psicólogo na área da educação;
- A realização de estágios supervisionados e aprimoramento na área da Educação;
- O desenvolvimento da capacidade de crítica;
- Condições de proximidade com a realidade escolar para a construção de intervenções a partir da interlocução com a participação dos educadores;
- A perspectiva preventiva na atuação profissional do psicólogo;
- A articulação teórico-prática para que o psicólogo contribua com a formação de professores e atuação junto a gestores;
- O desenvolvimento de uma visão do âmbito social em sua atuação, preparando o profissional para atuar como agente modificador da sociedade;
- O incentivo à produção científica;
- A qualificação para atuar em políticas públicas, em conselhos municipais de direitos, fóruns, órgãos de controle social, para promover a formação política em serviço;
- Autonomia e liberdade de pensamento e conhecimento;

PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

O Sistema Conselhos fará gestões para garantir assento nas Conferências de Educação (nacional, estaduais e municipais) que houver, com direito à voz e a voto.

O Sistema Conselhos fará gestões para garantir a participação nos Comitês de Educação e Direitos Humanos (nacional, estaduais e municipais).

Considerando a necessidade de integração nas políticas públicas, com diversos profissionais,

defendemos:

- Articulação com movimentos sociais da interface saúde, Psicologia e educação;
- O debate e a articulação da Psicologia com os outros profissionais da Educação.
- Integração das políticas públicas, da rede de atendimento e dos profissionais das áreas: Saúde, Assistência Social e Educação;
- Parceria entre os municípios para que possam atender as demandas da Saúde, Assistência Social e Educação, das cidades circunvizinhas.
- Democratização dos conteúdos do controle social - Divulgação de conteúdos de debates dos Conselhos Municipais de Direitos e de Educação.

Eixo 03:

Psicologia em Instituições Escolares e Educacionais

Atuação dos psicólogos junto aos sistemas e instituições escolares

Princípios

- Concepção radical do homem como ser social.
- Compromisso do psicólogo com o cumprimento das funções sociais da escola de possibilitar o acesso aos bens culturais construídos pelo homem ao longo de sua história e de promover a autonomia dos indivíduos.
- Especificidade do trabalho do psicólogo na educação: mediador entre atores da escola e deles com o conhecimento da ciência psicológica.

Diretrizes

- Construir junto às equipes escolares um instrumental crítico que leve em conta a realidade na qual as políticas públicas em educação se inserem;
- Fortalecer o projeto pedagógico-educacional da escola, por meio do trabalho com diferentes atores que fazem parte do cotidiano escolar;
- Considerar, em sua atuação as singularidades de sofrimento dos diferentes atores da escola;
- Socializar o conhecimento científico da psicologia para educadores.

Estratégias

- A partir do conhecimento científico da psicologia, o psicólogo pode auxiliar o professor no planejamento e execução da ação pedagógica.
- Atuará junto com a equipe pedagógica para auxiliar na concretização das finalidades da educação.
- Desvelar junto com os indivíduos envolvidos no processo educativo os fatores que determinam os fenômenos, de modo a instrumentalizá-los para superação das adversidades, considerando as condições objetivas e subjetivas dos mesmos.
- Integrar organicamente os sistemas educacionais públicos, atuando a partir de e nos órgãos centrais e regionais.

Aprofundamento dos modelos teóricos – técnicos sobre a relação entre a Psicologia e a Educação

Princípio

- Superação da representação social do psicólogo escolar como psicólogo clínico.

Diretrizes

- Difundir para além dos limites acadêmicos as práticas do psicólogo na educação que considerem e se comprometam com os fatores sociais;
- O diagnóstico clínico e atendimento de saúde cabem aos Serviços de Saúde.

-

Estratégias

- Manter os espaços para tal (congressos, encontros e seminários) da psicologia escolar e educacional;
- Construir metodologias de avaliação das intervenções da psicologia no campo da Educação.

Articulação política dos profissionais da área de educação, local e nacionalmente

Princípio

- Construção da Psicologia Escolar na luta pela educação de qualidade e pela igualdade social

Diretrizes

- Valorizar ações grupais e intersetoriais, buscando diálogo com outros setores, políticas e atuações, para gerar um contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho;
- Ampliar redes de informação sobre os trabalhos e ações desenvolvidas na escola.

Estratégias

- Fortalecer e apoiar as entidades e grupos organizados de profissionais da área;
- Fortalecer e fomentar a articulação entre os psicólogos da área, inclusive os que atuam nos diferentes contextos e de forma interdisciplinar;
- Participar dos Conselhos Municipais de Educação para articulação política local.

Não à Patologização

Princípio

- Não à Medicalização.

Diretrizes

- Denunciar e discutir sobre o crescimento da medicalização das dificuldades escolares, para que o psicólogo, atuando a partir da educação, da saúde ou de outro campo, não seja mais um de seus agentes.
- Voltar o olhar para as deficiências do sistema de ensino, produtoras de fracassos e sofrimento de educandos e educadores.

Estratégias

- Cabe à psicologia e aos psicólogos promoverem debates de modo a propiciar conhecimento e reflexões aos educadores sobre as polêmicas que envolvem o Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade (TDA/TDAH) e Dislexia.

Inserção qualificada do Psicólogo na Educação em instituições escolares e educacionais.

Diretriz

- Inserção oficial e nacional do Psicólogo na Educação em instituições escolares e educacionais.

Estratégias

- Propor discussões públicas (com psicólogos, professores da rede, pedagogos, usuários do sistema educacional) sobre os projetos de lei, em tramitação na ALESP (assembleia legislativa do estado de São Paulo), acerca do psicólogo na educação e em instituições escolares e educacionais.
- Luta pela aprovação do projeto de lei proposto pela ABRAPEE e ABEP com o CFP, que está tramitando na câmara federal.

Inserção do Psicólogo em outros campos de interface com a Psicologia Escolar

Princípio

- O espaço de trabalho do psicólogo escolar não se limita à instituição escolar, e que se define as atribuições e contribuições do profissional psicólogo.

Diretriz

- Inserção do Psicólogo em outros campos de interface com a Psicologia Escolar e Educacional, como: Saúde, Direitos da Criança e Adolescentes, Assistência Social, Justiça, Cultura e Hospitalar.

Formação Profissional

Princípio

- A dimensão educativa é central na constituição da subjetividade contemporânea.

Diretrizes

- Avaliação da formação: pensar numa metodologia de avaliação do impacto das intervenções realizadas pelos estudantes de psicologia nas instituições educativas, para avaliar sua formação.
- Educação continuada: ampliar e qualificar a formação profissional em psicologia escolar e educacional;
- Que a psicologia escolar migre para um lugar mais central nos cursos de graduação e de formação continuada em psicologia, proporcional ao lugar que os processos de escolarização passaram a ocupar na estruturação da subjetividade contemporânea.

Estratégias

- Repensar (em conjunto com a ABEP) o currículo de psicologia, ampliando, na formação do psicólogo, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao trabalho do psicólogo escolar e educacional;
- O Sistema Conselhos, ABEP e ABRAPEE deverão criar indicadores, a partir de consulta à categoria, que auxiliem na avaliação das intervenções. Uma das formas de avaliação que pode ser utilizada é, por exemplo, a construção de consensos.
- Que os currículos de graduação em psicologia abordassem mais extensamente aspectos de conhecimento na área de educação, tais como: legislação, processos de aprendizagem, políticas públicas de educação, formando psicólogos com mais conhecimentos e oportunidades de vivência no ambiente escolar e suas dinâmicas.

Divulgação de pesquisas e práticas

Diretrizes

- Que as Instituições de Ensino de Psicologia divulguem, para além de seus limites, suas pesquisas e práticas que incluem fatores sociais na atuação do psicólogo na Educação;
- Difundir para além dos limites acadêmicos as práticas do psicólogo na Educação que considerem e se comprometam com os fatores sociais;
- Divulgar práticas transformadoras.

Estratégias

- Que o sistema Conselhos divulgue e promova encontros, mostras e eventos que demonstrem experiências exitosas envolvendo o trabalho da Psicologia Escolar, em várias regiões e cidades. (regionalização, interiorização).

Eixo 04:

Psicologia no Ensino Médio

A situação de exclusão da Psicologia no Ensino Médio no estado de São Paulo apresenta-se hoje

como um resultado de políticas educacionais descompromissadas com a qualidade da formação no ensino público que já vem de longa data.

O que se segue são propostas de aprofundamento em discussões de temas primordiais para a construção de uma Educação de qualidade. Entendemos que a Psicologia é uma área de conhecimento que tem muito a contribuir e pode participar ativamente na transformação da Educação e da sociedade. Dessa forma, defendemos o retorno qualificado da Psicologia no Ensino Médio.

Formação

Discutir amplamente a Formação do Psicólogo, enfatizando:

- A reintegração das licenciaturas nos cursos de psicologia onde ela foi desvinculada, e reinserção nas ies onde ela deixou de ser oferecida.
- A qualificação dos cursos de formação e licenciatura.
- O papel da psicologia na educação: psicólogo clínico x escolar x professor de psicologia.
- A investigação dos princípios que norteiam a formação do psicólogo nas IES públicas e particulares.

Articulação da Categoria

Realizar ações conjuntas entre Sistema Conselhos, ABEP, IES, Sindicato dos Psicólogos, Sindicato de Professores e outros, com objetivo de:

- Incentivar e qualificar a participação de psicólogos nos conselhos de educação
- Fazer articulações políticas, principalmente para exigir processos de contratação transparentes, priorizando concursos públicos e condições de trabalho decentes.
- Promover eventos (atividades, fóruns, debates) visando o envolvimento e a mobilização dos psicólogos para as questões ligadas ao ensino médio.

Práticas transformadoras

Necessidade de transformação nas práticas de ensino da psicologia no Ensino Médio, enfocando:

- A realização de ações integradas no contexto escolar, visando a interdisciplinaridade e a não fragmentação do processo ensino-aprendizagem.
- O respeito às demandas da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, gestores, pais), superando a dicotomia teórico-técnica e conteudista.

Metodologias de Ensino de Psicologia no Ensino Médio

Implementar mudanças no currículo e no processo de ensino-aprendizagem, contemplando:

- A construção coletiva de material de apoio para professores de psicologia.
- Discussões sobre metodologia de ensino de psicologia em consonância com a realidade regional de cada comunidade escolar.
- Discussão da desigualdade social e das possibilidades de micro-políticas no campo educacional.

Construção de espaços de atuação

Articular a reinserção da Psicologia no Ensino Médio, tendo como base:

- A discussão do projeto de governo para a educação como um todo.
- Abertura de vagas para os psicólogos lecionarem no ensino médio público e privado.

Dificuldades encontradas para organização e execução dos eventos:

A principal dificuldade apontada pela organização dos eventos preparatórios relaciona-se à divulgação e o envolvimento dos psicólogos, mesmo considerando o envio de folder para todos, cartas direcionadas e telefonemas.

No evento regional o CRP providenciou o deslocamento e hospedagem dos representantes do interior para a sede e contamos com a participação de dois representantes por eixo. Nesta etapa, a organização avalia o trabalho como bastante produtivo, não havendo nenhuma dificuldade maior a ser apontada.

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Entrevista

publicada dia 04/11/2009

Em Outubro, o *Jornal dos Professores*, órgão do Centro do Professorado Paulista -- CPP, apresentou uma entrevista com a conselheira presidente do CRP SP, Marilene Proença Rebello de Souza. O pingue-pongue teve o comando do psicólogo Eduardo Viana Junqueira, que atende no Instituto de Estudos Educacionais "Sud Mennucci", do CPP. Em pauta, questões relativas à Educação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente -- ECA, a saúde do profissional da Educação e a violência no meio escolar.

Entre outros depoimentos, Marilene Proença rebateu críticas feitas por educadores ao ECA, quando afirmam que o estatuto exige do professor o seu cumprimento, mas o governo não garante a segurança na escola daqueles que trabalham e estudam: "O fato do Estado não cumprir sua tarefa precisa ser exigido coletivamente pelos professores, por meio de suas organizações e sindicatos, ao poder público e não penalizando o ECA", defendeu Marilene.

Confira a entrevista completa [aqui](#).

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo
Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de
Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na
Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Entrevista

publicada dia 04/11/2009

A Rádio Justiça FM, emissora do STF, de Brasília, apresentou, no último dia 28 de maio, no programa Espaço Forense, um debate sobre bullying. Entre os entrevistados, esteve a conselheira presidente do CRP SP, Marilene Proença. A Rádio Justiça opera em 104,7 e pode ser acessada também pela internet.

[Clique aqui.
1ª Parte](#)

[Clique aqui.
2ª Parte](#)

[Clique aqui.
3ª Parte](#)

Acompanhe este e outros programas no endereço <http://www.radiojustica.jus.br/> .

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Relato do Encontro de Entidades "O Direito À Educação Inclusiva"

Data: 14/04/05 às 19h00

Local: Auditório do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região

O Sistema Conselhos de Psicologia instituiu por meio da APAF - Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos ocorrida no mês de dezembro de 2004 - o dia 14 de abril de 2005 como o Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva que, a exemplo do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, pretendeu articular ações em todo o território nacional em torno do tema. Esse primeiro dia foi marcado pela diversidade das atividades desenvolvidas nas várias regiões do país e pela participação das entidades, instituições e escolas que trabalham com a educação inclusiva fortalecendo ou criando parcerias importantes para o movimento.

Em São Paulo, a opção do Conselho Regional foi de reunir representantes de conselhos gestores das subseções e entidades que discutem e atuam na perspectiva da inclusão educacional para uma mesa redonda objetivando uma (re)aproximação e uma ampliação da rede de entidades parceiras bem como o fortalecimento da luta pela Educação Inclusiva.

A composição da mesa do evento contou com a psicóloga Liliane Garcez, membro da Comissão Executiva do Fórum Permanente de Educação Inclusiva e a psicóloga Marilene Proença Rebello de Souza, conselheira e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP-06.

A conselheira Marilene Proença projetou aos presentes uma estatística elaborada pela Secretaria da Educação Especial - SEESP com demonstração de vários dados importantes, dentre eles a evolução de matrículas e de política de atendimento na educação especial, a distribuição de matrículas por modalidade de ensino, bem como condições de infra-estrutura nas escolas públicas da educação básica, ano de 2004.

Na seqüência a psicóloga Liliane Garcez expôs sobre a trajetória do Fórum Permanente de Educação Inclusiva desde sua criação no ano de 1999, apresentando seus objetivos e sua carta de princípios e convidando a todas os presentes a comparecerem nas reuniões que ocorrem nas primeiras terças-feiras de cada mês, bem como a se cadastrarem no fórum de discussões, no endereço <http://br.groups.yahoo.com/group/foruminclusao>.

Todos os representantes das entidades manifestaram-se de forma contundente em defesa do fortalecimento da luta pela inclusão de todos na educação e relataram quais as ações que vêm sendo desenvolvidas em seus locais de atuação. Assim, os encaminhamentos do encontro foram na direção de fortalecer o diálogo entre todos os parceiros presentes nesse encontro. Foram eles:

- o Ampliar a participação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo no Fórum Permanente de Educação Inclusiva;
- o Trazer informações do Fórum Permanente de Educação Inclusiva para o interior do CRP;
- o Fortalecer o evento regional do Fórum Permanente de Educação Inclusiva na cidade de Santos que acontecerá no dia 07 e 08 de julho de 2005;
- o Inclusão de link do Fórum Permanente de Educação Inclusiva no sitio do CRP;
- o Participar da disputa do Plano Estadual de Educação - proposta da Sociedade Paulista;
- o Elaborar ata da atividade com os respectivos encaminhamentos para posterior divulgação.

É importante mencionar ainda que tanto a Carta Aberta elaborada pelo Conselho Federal de Psicologia, o Manifesto redigido pelo Fórum Permanente de Educação Inclusiva para marcar o evento, além de sua Carta de Princípios estão disponíveis na página do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

COORDENAÇÃO DO ENCONTRO:

Marilene Proença Rebello de Souza
Liliane Garcez

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Carta de Princípios do Fórum Permanente de Educação Inclusiva...

1. Defendemos a inclusão total e incondicional de todas as pessoas em todos os contextos sociais e o direito de serem beneficiárias dos bens públicos e privados.
2. Defendemos o processo de transformação da sociedade para atender a singularidade humana e a pluralidade cultural, o que implica em rupturas e mudanças políticas, econômicas e sociais.
3. Defendemos a cultura da diversidade em oposição a cultura do preconceito, com base nos direitos humanos fundamentais de igualdade, participação, solidariedade e liberdade.
4. Defendemos a cultura da diversidade na educação não como busca do melhor modelo educativo individual ou de adaptações curriculares, mas da construção de sistemas educacionais inclusivos que assegurem o acesso e a permanência de todos como resultado da qualidade social da educação.
5. Defendemos a educação como um direito de todos e dever do Estado, seja esse o provedor dos serviços educacionais ou o fiscalizador dos serviços prestados por entidades privadas.
6. Defendemos a gestão democrática e controle social em todas as instâncias dos sistemas de ensino e nas unidades escolares.
7. Defendemos que a educação escolar é o instrumento fundamental de desenvolvimento individual, social, cultural, político e econômico do país para garantir o exercício da cidadania.

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Carta Aberta aos Governos Federal, Estaduais e Municipais...

14 de abril: DIA NACIONAL DE LUTA PELA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste 14 de abril, quando realizamos, pela primeira vez, um Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva, queremos que a nossa voz, somada às vozes de um amplo conjunto de entidades parceiras, segmentos profissionais e organizações de usuários do sistema educacional do país, possa alcançar a todos os dirigentes governamentais que têm responsabilidades relativas à obrigação de garantir o preceito constitucional da educação como um direito de todos, exigindo dos mesmos um compromisso claro com a agenda da Educação Inclusiva. É necessário que a Educação inclusiva saia dos planos e projeções teóricas e torne-se fato real no cotidiano da vida de quem aguarda ansiosamente por estas medidas.

A constatação da presença de alguns avanços ocorridos nos últimos anos, com a adoção de leis, decretos e portarias que estabelecem direitos e políticas de educação que visam atender às pessoas portadoras de necessidades especiais, não deve ocultar o caráter extremamente limitado das iniciativas práticas efetivamente existente de forma a garantir a inclusão educacional de todos os necessitados.

Se os dados do Censo Escolar (INEP/MEC/2004) mostram que há um crescimento de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em classes do ensino regular - dos 337.326 alunos matriculados na educação especial em 1998, 13% estavam matriculados em escolas regulares e, em 2004, este número já está no patamar de 34,4% dos 566.753 alunos matriculados na educação especial - sabemos que, apesar deste avanço, os processos de inclusão educacional não têm se dado de forma plena, com a garantia da universalização do acesso, característico de uma verdadeira cultura de inclusão de todos os portadores de necessidades especiais.

Exemplo desta afirmação, os dados oficiais informam que, hoje, no Brasil, apenas 4,8% das 174.894 escolas públicas da educação básica possuem sanitários adequados aos alunos com necessidades especiais e que apenas 3,7% dessas escolas possuem adaptações nas dependências e vias de acesso especiais, em apenas dois exemplos de transformações não realizadas, para que a inclusão realmente aconteça. Tal dado significa que a acessibilidade ao sistema encontra-se comprometida, com um maior número de necessitados fora do sistema dos que estão sendo atendidos. E, o que é mais grave, este crescimento, em muitos casos, tem se dado sem que seja garantido às escolas o necessário investimento em recursos humanos, pedagógicos e técnicos compatíveis com as novas responsabilidades que têm sido a elas atribuídas. Como resultado disso, o ônus da falta de qualidade da política educacional recai exclusivamente sobre os trabalhadores do ensino.

Por isso, neste dia de luta queremos reafirmar que é necessário intensificar esforços para produzir transformações, na direção de uma sociedade realmente inclusiva. Assim, é fundamental ampliar as práticas inclusivas, englobando os profissionais, os espaços físicos, as políticas e concepções que fundamentam o sistema educacional. No dever de implementar estas mudanças, encontra-se o Estado, como agente de efetivação das políticas públicas, em seus três níveis de governo.

Ao tomarmos a defesa dos portadores de necessidades especiais, alguns deles dentre os mais frágeis no universo dos excluídos do sistema educacional, não queremos amesquinhar a luta por uma educação que efetivamente possa incluir a todos: a luta real pelo direito à educação dos segmentos sociais excluídos, tais como as crianças que estão nas ruas, os pobres, os negros, os encarcerados, as pessoas da terra, os povos indígenas, os idosos e todas as mulheres e homens, cidadãos deste país.

Como psicólogos, acreditamos que a educação para a inclusão deva perpassar por todas as políticas públicas e sociais que incluam os ditos diferentes, qualquer diferença seja esta. Que preveja o direito à educação formal, o direito à mobilidade humana, ao ir e vir pleno, o direito a ser aceito em sua integralidade, a ser efetivamente incluído.

Reafirmando o tema da Campanha Nacional de Direitos Humanos que nós, do Sistema Conselhos de Psicologia, temos desenvolvido desde 2004, Por uma escola mundo onde caibam todos os mundos!, neste 14 de abril queremos também abrir uma discussão com toda a sociedade, no sentido de produzir a necessária sensibilidade social com relação à indigna condição a que estão submetidas milhões de crianças brasileiras, que são privadas de contextos de desenvolvimento adequado e saudável e sofrem com a marca do abandono e da exclusão. Entendemos que a transformação das expectativas sociais em relação à escola e seu papel inserem-se nas mudanças culturais que podem, e devem, ser incentivadas pelos governos, por intermédio de suas políticas e campanhas.

Entendemos que a mobilização de recursos econômicos, humanos e técnicos na concretização dessa escola democrática e produtora de vida deve resultar do cumprimento das vossas responsabilidades governamentais. É com esta concepção que nos manifestamos, para reivindicar esforços verdadeiros na efetivação de uma educação realmente inclusiva para todos.

Brasília, 14 de abril de 2005

Sistema Conselhos de Psicologia

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Manifesto do Fórum Permanente de Educação Inclusiva Em homenagem ao dia nacional em defesa da educação inclusiva

NÓS NÃO QUEREMOS MIGALHAS

Nós, que estamos envolvidos em um movimento que busca a inclusão, temos como perspectiva atuar na direção da construção de uma sociedade que não se contenta em aceitar as migalhas do poder, mas luta para que o produto social seja dividido igualmente com todos. Dessa forma:

- Não queremos o favor do transporte público gratuito, queremos ônibus, trens e metrô que sejam acessíveis a todos.
- Não queremos isenção de impostos, queremos uma distribuição de renda mais justa que permita todos participarem do mercado de consumo.
- Não queremos cotas que nos concedam vagas em universidades, queremos uma educação de qualidade que nos dê as mesmas chances e oportunidades que as classes privilegiadas.
- Não queremos cotas que obriguem as empresas a nos empregar (coitadinhos de nós...), queremos formação profissional para nos candidatar de forma digna aos empregos.
- Não queremos filas especiais, queremos atendimento decente para todos.
- Não queremos educação especial que segregue aqueles que a sociedade prefere fingir que não vê. Queremos uma educação que seja especialmente qualificada para atender cada ser humano.
- Não queremos beneficência. Queremos respeito e acesso aos bens e serviços.

Manter um discurso de comisseração tem feito com que uma grande parte da sociedade continue a rogar por migalhas e uma minoria venha se sentindo cumpridora de seu dever cívico ao concedê-las. A ideologia subjacente a essa relação rejeita sistematicamente a diversidade como valor humano e reforça a perpetuação das diferenças entre cidadãos de primeira e segunda classes, ressaltando, de forma determinista, que suas diferenças são insuperáveis e, ainda que dividam o mesmo ônibus, a mesma mesa e a mesma cadeira, seguem caminhos diferentes e, às vezes, opostos, pois têm papéis sociais distintos.

Nós do Fórum Permanente de Educação Inclusiva trabalhamos na luta por uma sociedade que sempre pode aprimorar o acolhimento a todos seus cidadãos sem a preocupação de estabelecer quantos e quais são os desviantes e os ideais de acordo com os padrões ditos hegemônicos. Nossa meta é não deixar ninguém fora de qualquer atividade humana, seja na escola, seja no trabalho, ou em qualquer outro espaço de convívio social onde os direitos individuais são materializados.

Atuamos sob a égide do respeito incondicional a todos os seres humanos, pois esse não deveria estar atrelado à mobilidade, falta de visão ou audição, tão pouco do tônus muscular, ou de competência cognitiva de cada um. Respeitamos o fato de todos aprenderem e construírem conhecimento das mais diversas maneiras - em congruência com o potencial de cada ser humano, de suas capacidades e de suas limitações - que não podem nunca estarem catalogadas ou padronizadas em receituários e normatizações.

O que queremos é poder daqui a algum tempo não precisar mais usar palavras como inclusão e exclusão quando nos referirmos à pessoas e para atingir esse objetivo lutamos por uma utopia social onde todos sejam protagonistas.

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

O CRP SP comemora o Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva participando de sessão solene na Câmara Municipal

O CRP SP comemorou o Dia Nacional de Luta pela Educação inclusiva, 14 de abril, participando de uma sessão solene na Câmara Municipal de São Paulo, na qual foi celebrada também a aprovação da lei 15.034, que oficializou a data no município. O evento contou com as presenças, pelo Conselho, da conselheira presidente Marilene Proença, que fez um pronunciamento na abertura sobre o tema (veja texto abaixo), da conselheira Carla Biancha Angelucci e do técnico responsável pelo Crepop Marcelo Bitar. Os trabalhos foram coordenados pelo autor do projeto de lei, o vereador Floriano Pesaro.

A data não é simplesmente comemorativa. Foi consenso entre os presentes ao encontro que existe uma demanda na Educação, representada principalmente pelas pessoas com deficiência, ainda não atendida e cuja solução não pode continuar sendo adiada. A iniciativa, no entanto, tem vários aspectos positivos. Primeiro porque demonstra que o poder público está atento a este problema. Também acena para o fato de que o assunto passa a ter presença obrigatória na agenda de projetos da cidade: investimentos na melhor preparação dos professores, na adequada metodologia de ensino e na acessibilidade total em todas as escolas.

A mesa de abertura contou com as presenças, além de Floriano Pesaro e Marilene Proença, da secretária estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência Linamara Rizzo Battistella, do secretário municipal de Educação Alexandre Schneider, do secretário municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida Marcos Belizário, da deputada estadual Célia Leão e do presidente da Comissão de Educação da Câmara vereador Claudinho.

A sessão solene prosseguiu com duas mesas. A primeira teve por tema “Os desafios da educação” e contou com as palestras dos professores Lino de Macedo e Maria Cristina Machado Kupfer, do Instituto de Psicologia da USP. Logo em seguida, houve o debate “As Experiências Escolares”. A mesa contou com Silvana Drago, representando a Secretaria Municipal de Educação; Maria Elizabete da Costa, diretora do Serviço de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação; e Claudinei Radica, da Empresa Municipal de Transportes Urbanos – EMTU.

Dando continuidade às comemorações do dia 14, o CRP SP promoveu um debate no dia 16 de abril, durante apresentação do Videoclube. O filme apresentado foi Banhos, do diretor chinês Zhang Yang, produzido em 1999. O filme retrata o dia-a-dia de uma família, que tem, entre seus filhos, um deficiente mental. Os convidados foram Lineu Norio Kohatsu, professor do Instituto de Psicologia da USP e Luiz Alberto David Araújo, professor de Direito Constitucional da PUC-SP. O debate ocorreu no auditório do Conselho.





Fotos divulgação ver. Floriano Pesaro

**CÂMARA DOS VEREADORES DE SÃO PAULO
DIA MUNICIPAL DA LUTA PELA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
14 DE ABRIL DE 2010**

**Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª. Região
Marilene Proença Rebello de Souza
Conselheira Presidente**

É com grande satisfação que, neste dia 14 de abril, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo participa dessa sessão solene de comemoração do Dia Municipal de Luta pela Educação Inclusiva, por iniciativa do Vereador Floriano Pesaro e da Vereadora Mara Gabriilli.

Essa satisfação é maior ainda, pois, desde 2004, o Sistema Conselhos de Psicologia, constituído pelo Conselho Federal de Psicologia e os 18 Conselhos Regionais em todo país, instituiu o dia 14 de abril como o Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva. Portanto, ao recebermos o convite, sentimo-nos honrados pelo fato dessa data, a partir de hoje, ampliar-se também para o Município de São Paulo, agregando a esta luta, esta Casa, entidades e todos aqueles que trabalham por uma educação inclusiva.

Gostaríamos de parabenizar os nobres Vereador e Vereadora pela iniciativa.

O panorama da Educação, ainda hoje, exorta-nos a pensar nos grandes desafios que temos pela frente quando se toma a educação a partir dos princípios da inclusão.

Encontra-se, ainda, fortemente presente na sociedade brasileira e na educação o pensamento que valoriza as aquisições realizadas individualmente pelo alunado e as relações de competição entre os sujeitos. O fator principal continua sendo a valorização da performance individual frente a situações de disputa entre alunos e entre professores.

São também inúmeros os documentos governamentais e publicações científicas afirmando que os objetivos da educação estão concentrados, tão somente, no desenvolvimento de habilidades e competências dos sujeitos individuais. Autores da Educação, da Psicologia e da Sociologia da Educação, em seus estudos, têm enfatizado que o sistema educacional organiza-se a partir de uma lógica que imputa ao indivíduo a responsabilidade por seu próprio percurso, sem questionar a sociedade e a qualidade do sistema escolar em que a educação se dá.

A Declaração de Salamanca (1994), documento-base para todas as diretrizes e resoluções governamentais sobre a Educação Inclusiva, questiona a lógica excludente a partir da qual se constituem os sistemas de ensino, reafirmando a importância de considerarmos a diversidade humana. Assim, entende que a Educação deve reestruturar-se de modo a poder ofertar um processo de escolarização com qualidade e, preferencialmente, no mesmo espaço educacional, a todo e qualquer cidadão.

Cabe, então, perguntarmos sobre qual o sentido que a política de Educação Inclusiva vem assumindo em nosso país, pois estamos sob a égide de um ideário educacional em que predomina a lógica meritocrática e ao mesmo tempo defendemos diretrizes de uma Educação para Todas e Todos. Assim, refletir sobre os sentidos da política de Educação Inclusiva é indispensável para que criemos estratégias de enfrentamento da realidade excludente predominante em nosso país.

Podemos evidenciar, inicialmente, dois aspectos no que tange à questão da deficiência:

1º - Atualmente, preconiza-se a matrícula educacional de crianças que antes definimos como não escolarizáveis, porém, esta medida não se faz acompanhar de mudanças significativas na lógica ou nos objetivos educacionais. A análise dessa aparente contradição é fundamental se desejamos compreender o panorama em que se encontra a Educação para Todas e Todos;

2º - A inclusão tem significado aumento de matrículas de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Porém, seus princípios fundamentais, apontados desde Salamanca (1994), têm sido reiteradamente desconsiderados, quais sejam: equidade, reconhecimento da diversidade humana, da Educação como direito de todo e qualquer sujeito humano.

Também tem sido ignorados: a lógica excludente da Educação; o comprometimento com a reestruturação dos sistemas de ensino de maneira que o processo ensino-aprendizagem realize-se **a partir** das diferentes características culturais, individuais, étnicas, religiosas, sócio-econômicas, etc., e não **a despeito** delas.

Transformações na infra-estrutura, nos conteúdos, nas avaliações, na didática; também são discutidas, e sempre há quem pergunte: "Mas eu vou mudar tanta coisa por conta de um. E os outros? Para beneficiar um, eu terei que desassistir todos os outros alunos? Se ouvirmos com atenção, perceberemos que se mantém a lógica do alguém vai ter que ficar de fora, a pergunta é quem?. Persiste a certeza de que nunca todos serão beneficiados, porque não é possível. Assim, na base de todas essas transformações, é preciso que haja reflexão sobre quais as condições de trabalho para que todos possam participar de maneira digna. Há a necessidade de participação política, do direito à fala e à ação, e não apenas à reprodução; direito à aparição das diferenças, das contradições, e direito a um espaço de debate, de circulação de experiência, de ideias, para que se possa pensar conjuntamente em caminhos a serem seguidos. Na escola de hoje as diferenças pouco comparecem. Homogeneizam-se as ideias, as práticas e as avaliações. Homogeneizam-se as pessoas, educadores e alunos.

O Sistema Conselhos de Psicologia entende a escolarização no arco de um projeto de socialização em que cada um de nós possa estar presente, com direito a pensar, expressar-se e participar da decisão sobre os rumos de nossa sociedade.

Não estamos defendendo a proposição de uma Educação igual para todos, pelo contrário: é absolutamente necessário discutir, em conjunto, sobre quais as condições imprescindíveis que devem ser ofertadas a fim de que se garanta o direito à Educação para todo e qualquer sujeito humano, tomado como necessariamente plural.

Assim, cabe ressaltar nossa diretriz política: a Educação para Todas e Todos realizada conjuntamente, respeitando-se as diferentes necessidades. Isto aponta para um projeto político-educacional mais abrangente e mais radical que aquele que vem sendo compreendido como Educação Inclusiva: trata-se de um compromisso coletivo com a mudança de um modo de pensar e agir, que vise à garantia irrestrita ao direito à Educação.

Como o psicólogo pode contribuir?

A construção do conhecimento científico na área da Psicologia, fruto da articulação profunda entre discussões teóricas e experiências profissionais, afirma a especificidade do psicólogo na Educação, a partir da articulação entre Política Pública Educacional, vida diária escolar, relações indivíduo-sociedade e condições individuais – sejam elas orgânicas ou não.

A especificidade da contribuição da Psicologia na Educação está na mediação entre os inúmeros aspectos que constituem a vida humana e os processos educacionais, a fim de garantir a apropriação crítica dos saberes acumulados historicamente ao longo de nossa história.

Há, hoje, na Câmara dos Vereadores do Município de São Paulo, bem como em outras instâncias legislativas, Projetos de Lei tramitando, que contrariam os princípios do Sistema Único de Saúde e que desconhecem a especificidade do psicólogo na Educação, posto que prevêm diagnóstico e tratamento de crianças e adolescentes no interior das unidades escolares ou até a formação de docentes para o diagnóstico de possíveis transtornos. Observa-se nesses Projetos soluções de caráter individual e patologizante. Servimo-nos dos conhecimentos da Ciência Psicológica e dos profundos debates acerca da intervenção do psicólogo junto às questões educacionais, para reiterar a posição de que não se trata de criar dispositivos de diagnóstico e atendimento de possíveis transtornos de aprendizagem, principalmente daqueles que sequer estão comprovados.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em acordo com os princípios do Sistema Conselhos de Psicologia, reafirma o compromisso em cooperar com a construção de projetos que reconheçam a especificidade da atuação do psicólogo na Educação, cujo objetivo está sempre referido à dimensão educacional do processo formativo dos sujeitos e coletividades, devendo, para tanto, necessariamente contemplar a compreensão do contexto sócio-político a partir do qual se organiza a Educação; a dinâmica institucional do equipamento educacional; as relações entre alunos, familiares e profissionais da educação naquele determinado território, características individuais do alunado.

Pudemos nestes dois últimos anos realizar algumas ações no estado de São Paulo na direção de uma Sociedade Inclusiva. O Conselho Regional de Psicologia oferece números regulares do Jornal PSI, de tiragem bimensal, aos psicólogos com deficiência visual, em Braille. Inserimos no Programa TV Diversidade, veiculado pelo Canal Universitário e pelo site do CRP-SP, mensalmente, a janela de intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Além disso, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP realizou em todo o Brasil o georreferenciamento de psicólogos na área da Educação Inclusiva, produzindo um conjunto de

dados importantes para subsidiar ações da Psicologia no campo da política de educação inclusiva.

Sabemos que ainda temos muito a construir a partir destes princípios norteadores, mas acreditamos que as ações devam se somar, permitindo assim que, de fato, possamos contribuir para uma sociedade mais inclusiva e para todos e todas.

Em nome do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, agradecemos pela oportunidade e parabenizamos a Câmara de Vereadores do Município de São Paulo pela importante iniciativa.

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Um mundo melhor é possível Educação inclusiva, uma revolução a caminho

Escolas se adaptam e recebem crianças com comprometimento orgânico, que antes só tinham direito às classes especiais.

A educação inclusiva deixou de ser um projeto para entrar nas salas de aula das escolas comuns de ensino regular. Este conceito ganhou forma em 1994 com a Declaração de Salamanca, Espanha, que analisou as mudanças fundamentais de políticas necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas no atendimento a todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais. O documento da Unesco foi inspirado na idéia de integração e no reconhecimento da necessidade de ação para conseguir escolas para todos, no reconhecimento das diferenças, na promoção da aprendizagem e no atendimento às necessidades de cada um com vistas à universalização do ensino e à eficácia educativa. Mais de 90 países, entre eles o Brasil, assinaram a Declaração de Salamanca e seus princípios estão sendo adotados por algumas administrações públicas, como a da cidade de São Paulo.

Adriana Marcondes, psicóloga do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP, revela que as Sub-prefeituras da capital estão se instrumentalizando para atender as demandas que a prática inclusiva exige. "A inclusão escolar produz necessidades que só podem ser atendidas por uma rede de apoio", diz. "Quando uma criança com comprometimento orgânico é matriculada, a Sub-prefeitura reúne as coordenadorias de educação, saúde e cultura da região para discutir como adequar a escola e o coletivo frente a este aluno", esclarece ela. Segundo Adriana Marcondes, a Coordenadoria do Patrimônio da Prefeitura é, então, acionada para providenciar condições materiais e estrutura física que atendam as mudanças, seja na construção de rampas de acesso ou de uma escrivaninha de estudos adaptada às condições da criança.

Ao mesmo tempo, são realizadas reuniões de professores que se dedicam a trabalhar o planejamento pedagógico. Adriana Marcondes conta que é nesse momento que entra o psicólogo da área de educação, que, junto ao corpo docente, estabelece estratégias para equacionar situações novas de naturezas diversas.

Para Maria Teresa Mantoan, professora dos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp/SP e coordenadora de um grupo de pesquisa da Universidade, o Laboratório de Estudos e Pesquisa em Ensino e Diversidade - LEPED, o acesso, a permanência e o prosseguimento à escola é um direito de todos os alunos com e sem deficiência. Na Constituição de 1969, os alunos com deficiência eram sujeitos da Educação Especial. Os avanços da Constituição de 1988 asseguram a esses alunos o direito de frequentar as escolas comuns, especialmente no Ensino Fundamental, quando a escolarização é obrigatória. "A educação especial, sendo uma modalidade", complementa, "não pode substituir os níveis de ensino, em classes especiais de escolas comuns, ou em escolas especiais de instituições governamentais e não governamentais".

Esse fato já demonstraria por si só o caráter inclusivo da educação, segundo ela. Para a professora Mantoan, para que a inclusão deixe de ser uma intenção e se concretize é preciso mudar as escolas, que ainda reagem às diferenças dos alunos com medidas excludentes, admitindo em suas turmas alunos, classificados por desempenho acadêmico, sujeitando-os a avaliações de caráter meramente classificatório e a uma organização curricular que elege a instrução, por meio de um ensino transmissivo, meritocrático, elitista, que segrega e/ou exclui os que não correspondem ao ideal do escolar em programas compensatórios, como os "reforços, acelerações, turmas especiais e de adaptação".

Trabalhando há mais de 10 anos em sistemas de ensino paulista e de outros estados, ela coordena os projetos escolares que "viraram a escola do avesso", reorganizando-os pedagogicamente, de modo que pudessem atender às diferenças. Na opinião da professora Mantoan, os professores resistem à inclusão porque é impossível conciliar o discurso inclusivo das redes de ensino com as velhas práticas de ensino. Ela diz que há de existir coerência conceitual, de princípios, competência e vontade para que a inclusão aconteça plenamente, pois até então, grande parte das iniciativas que se dizem inclusivas não atendem aos requisitos dessa inovação educacional.

O que existe, no geral, na constatação da professora Mantoan, são escolas que desenvolvem projetos de inserção parcial, que não estão associados à transformações de base e que restringem os seus excluídos aos alunos com deficiência.

O Ministério Público tem assumido papel importante na conscientização de prefeitos, escolas especiais públicas e filantrópicas, secretários de educação e conselhos de educação. "Alguns procuradores e promotores estão se empenhando muito, no sentido de esclarecer os pais de alunos excluídos, com e sem deficiência, sobre a importância de todas as crianças estudarem em uma escola única, em que as gerações aprendam a reconhecer e valorizar as diferenças, desde as primeiras experiências educacionais. O MP está participando conosco da luta em favor da observância do direito de ser, sendo diferente, nas escolas", concluiu a profa. Mantoan.

Adriana Marcondes é igualmente incisiva ao condenar a individualização da questão. Ela reinventa o conceito de "direitos para todos" e diz que na educação inclusiva este princípio deveria receber outro tratamento: "direitos para qualquer um". Para ela, não adianta universalizar a cidadania se não se criam ferramentas para exercê-la. "Qualquer criança tem que aprender no espaço escolar", afirma.

Marcondes reconhece que a educação inclusiva é um território com grande potencial para produzir fracassos. "É onde se costumam tratar as diferenças como questões individuais", ressalta. "Como a cegueira consegue atravessar o território escolar?", questiona ela. "Transformando a escola onde se caiba a cegueira", esclarece. "Devemos devolver ao coletivo o que não é individual, adotando práticas, currículos escolares, estrutura física, sistema de avaliação, horário de recreio que comportem todas as crianças", acrescenta.

Para ela, passou da hora de o coletivo aprender a compartilhar seu espaço com a cegueira e outras limitações sejam de ordem física, mental, social ou cultural. Adriana Marcondes acredita que a educação inclusiva só vai ter sucesso se se partir da idéia de que fazemos parte de um mesmo grupo onde não se ressaltam as particularidades, a começar por conceitos com conotações individualistas. "Criança tem que ser chamada de criança, não de portadora de deficiência, portadora de necessidades educativas especiais ou de criança inclusiva", adverte.

Ela explica que a convivência no coletivo de uma criança com comprometimento orgânico não é só socialmente justo. Há o aspecto pedagógico. A interação fora do ambiente familiar traz muitos benefícios no aprendizado dessas crianças. "Elas passam a ser valorizadas culturalmente pela sociedade e pela escola", afirma. Adriana Marcondes assegura que a educação inclusiva tem o papel de tornar a vida destas crianças melhor. "A coisa mais gostosa é quando os amigos vêm, fazem bagunça, colocam-na num lugar importante, o que para a família, porque a superprotege, é difícil", conclui.

"Devemos devolver ao coletivo o que não é individual, adotando práticas, currículos escolares, estrutura física, sistema de avaliação, horário de recreio que comportem todas as crianças"

Adriana Marcondes

CFP lança campanha pela educação inclusiva em 2004

O tema da campanha que o Conselho Federal de Psicologia vai lançar em 2004 é "Educação Inclusiva, os Direitos na Escola". A campanha é nacional e todas as Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais estão discutindo o tema. Dentro do contexto da campanha, será debatido o lema "Por uma Escola Mundo, onde Caibam Todos os Mundos". Maria da Graça Marchina Gonçalves, coordenadora da Comissão de DH da Regional de São Paulo, diz que a temática foi escolhida, porque é uma área sobre a qual os psicólogos têm muito a dizer. "Queremos que a campanha chame a atenção para a necessidade de se trabalhar o respeito à diversidade e também para a necessidade de que a escola se modifique para incluir a diversidade", explica.

Mas observa que a psicologia, ao ter valorizado as diferenças, pode ter trabalho pela exclusão. "Precisamos fazer uma reflexão do que produzimos na nossa história dentro dessa área e verificar qual o direcionamento que estamos tomando", sugere. "Queremos discutir a educação inclusiva que está na lei e nos projetos de políticas educacionais do país", acrescenta.

A campanha está sendo divulgada (no dia 22 de novembro foi realizado um debate no CRP-SP) e serão organizadas programações regionais, assim como foi com a campanha do preconceito racial. "A gente pretende fazer uma série de debates, na linha da discussão do preconceito, e levantar informações sobre a verdadeira realidade da educação inclusiva, de como estão se desenvolvendo os projetos", diz Maria da Graça. Ela adianta que não se tem uma noção clara de como está a educação inclusiva no país. "Há algumas estatísticas que mostram que boa parte da população, aquela que precisa de um atendimento especial, está excluída da escola", revela. Ela diz que esta parcela da sociedade não tem acesso à escola e quando tem é para as chamadas "classes especiais". "Uma dupla exclusão. Ou pelo não-acesso ou pelo acesso que acaba por não incluir", condena.

Ela explica que a campanha se propõe a apropriar-se dessas informações, mapear esta realidade, fazer um diagnóstico da situação e colocá-la à disposição de pesquisas da psicologia para propor soluções para a inclusão na educação.

Embedded Secure Document

The file [http://www.crsp.org.br/educacao/II Mostra 081.pdf](http://www.crsp.org.br/educacao/II_Mostra_081.pdf) is a secure document that has been embedded in this document. Double click the pushpin to view.

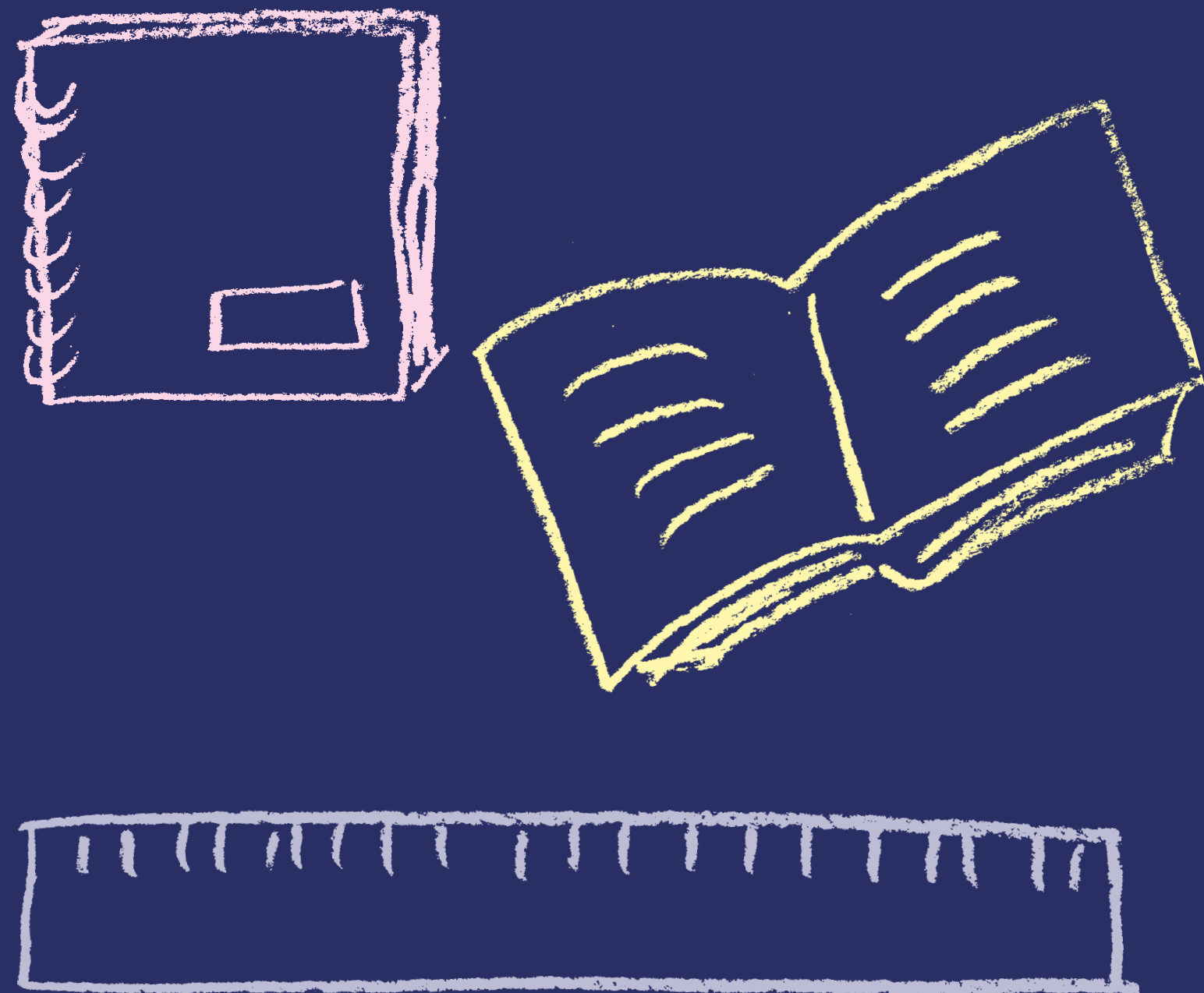


Embedded Secure Document

The file <http://www.crsp.org.br/educacao/cartaz071.pdf> is a secure document that has been embedded in this document. Double click the pushpin to view.



II Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação e I Encontro de Psicólogos da Área de Educação



Data 16 e 17 de março de 2007

Local Auditório do CRP SP,

Rua Arruda Alvim 89, Jd América, São Paulo, SP

Público alvo psicólogos e estudantes

de Psicologia que atuem na área de educação

Objetivos

- Aprofundar as discussões sobre a política educacional brasileira e paulista, qualificando o psicólogo para melhor compreender a complexidade do quadro educacional atual, visando melhorias na atuação profissional na área da educação.
- Realizar amplo levantamento das práticas atualmente realizadas por psicólogos que atuam no campo educacional/escolar e que enfatizem as dimensões de compromisso social e de educação inclusiva em busca de uma escola democrática.
- Evento preparatório para o VI Congresso Nacional da Psicologia, proporcionando debates e discussões visando à construção de proposições na área da psicologia educacional/escolar na direção da participação efetiva da psicologia na transformação da sociedade brasileira, ampliando a inserção social e a possibilidade de formular respostas para as necessidades sociais urgentes do Brasil, mais especialmente no campo da educação.

Eixos temáticos sugeridos para organização dos trabalhos

- Psicologia e educação inclusiva.
- Psicologia em instituições escolares voltadas à infância.
- Psicologia em instituições escolares/educacionais voltadas para jovens e adultos.
- Políticas públicas intersetoriais: Educação, Saúde e Ação Social.
- Psicologia, Educação e Direitos Humanos.

Programação

Sexta-feira, 16 de março de 2007

18:30 às 19:30 horas Credenciamento

19:30 às 21:30 horas Mesa-redonda: Psicologia, Educação e Políticas Públicas: desafios na direção do compromisso social.

Sábado, 17 de março de 2007

8:00 às 8:30 horas Afixar pôsteres

8:30 às 9:30 horas Exposição dos pôsteres

9:30 às 12:30 horas Debate dos trabalhos expostos, em grupos, por eixo temático.

12:30 às 14:00 horas Almoço

14:00 às 15:30 horas Trabalho em grupo – o mesmo da manhã – elaboração de teses.

15:30 às 16:00 horas Café

16:00 às 18:00 horas Plenária

18:00 horas Encerramento

Inscrições

www.crpsp.org.br/mostra até o preenchimento de 120 vagas

Apresentação de trabalhos

Inscrições de pôsteres através do site www.crpsp.org.br

Encerramento para inscrições dos pôsteres 16 de fevereiro de 2007

Os pôsteres deverão apresentar: autor(es), título, eixo, palavras-chave (3) e resumo com até 3.000 caracteres (contendo objetivos, descrição das atividades e avaliação dos resultados). Trabalhos de estudante de graduação deverão vir acompanhados do nome do supervisor/coordenador do trabalho.

Informações Depto. de Eventos do CRP SP, tel. 11 3061-9494 ramais 317 e 151

Estacionamento Rua Cardeal Arcoverde 201

Para obter o desconto, retire o selo na recepção do CRP SP

Evento Gratuito

Organização



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Ano da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia

Textos Geradores

Expediente

Conselho Federal de Psicologia XIV Plenário

Diretoria do CFP

Humberto Cota Verona
Presidente
Ana Maria Pereira Lopes
Vice-presidente
Clara Goldman Ribemboim
Secretária
André Isnard Leonardi Tesoureiro

Conselheiros Efetivos

Iolete Ribeiro da Silva
Maria Christina Barbosa Veras
Alexandra Ayach Anache
Elisa Zaneratto Rosa
Deise Maria do Nascimento

Conselheiros Suplentes

Maria da Graça M. Gonçalves
Andréa dos Santos Nascimento
Aparecida Rosângela Silveira
Henrique J.L. Ferreira Rodrigues
Jureuda Duarte Guerra
Anice Holanda Nunes Maia
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Acácia Aparecida A dos Santos
Marcos Ratinecas

Psicólogos Convidados

Aluizio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

Grupo de Trabalho do Ano da Educação

Conselho Federal de Psicologia

Alexandra Ayach Anache
Clara Goldman Ribemboim
Iolete Ribeiro da Silva

Conselho Regional de Psicologia – 1ª

Região: Cristina Martins Siqueira
Sérgio Fernandes Senna Pires

Conselho Regional de Psicologia – 3ª

Região: Carlos César Barros
Lygia de Sousa Viégas
Maria Izabel Ribeiro

Conselho Regional de Psicologia – 4ª

Região: Dinacarla Gonzaga Piermatei

Conselho Regional de Psicologia – 5ª

Região: Francisca de Assis Rocha Alves

Conselho Regional de Psicologia – 6ª

Região: Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Conselho Regional de Psicologia – 9ª

Região: Alba Lucinia da S. Magalhães de Sensi
Márcia Freire Ribeiro

Conselho Regional de Psicologia – 10ª

Região: Dorotéa Albuquerque de Cristo
Sônia Eli Cabral Rodrigues

Conselho Regional de Psicologia – 11ª

Região: Fernanda Freita Santos
Georgina Albuquerque de Toledo Pinto

Conselho Regional de Psicologia – 13ª

Região: Maria das Graças Teles Martins

Apoio:

Coordenadoria Geral do CFP

Yvone Magalhães Duarte

Coordenadoria Técnica do CFP

Polyana Marra Soares
Queli Cristina do Couto Araújo

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Apresentação

A psicologia está presente na educação de diversas formas, seja como disciplina ou como conteúdo de disciplinas, sendo inspiradora de propostas de formação humana, bem como área de aplicação. Há, portanto, saberes e práticas psicológicas que têm sido relevantes para a formação dos seres humanos mediante as suas necessidades que emergem nos diferentes espaços educacionais.

Diante disso, o Sistema Conselhos de Psicologia decidiu, na Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2007, que o ano de 2008 será dedicado à Educação. Essa escolha surgiu da necessidade de enfatizar a importante contribuição da Psicologia, enquanto ciência e profissão, na luta pela consolidação de uma educação para todos, respaldada nos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade enquanto fundamento para uma efetiva inclusão social.

A inserção dos psicólogos em diferentes espaços educacionais, a sua participação na construção das Políticas Públicas de Educação e de outras políticas intersetoriais, bem como a organização da categoria para atuar em movimentos de controle social, deve estar contemplada por esses princípios.

O aprofundamento das discussões sobre a política educacional brasileira visa qualificar o psicólogo, técnica e politicamente, para melhor compreender a complexidade do sistema educacional atual, visando o aperfeiçoamento da atuação profissional na área da educação na perspectiva da inclusão social.

Diante da demanda, é imprescindível debatermos os trabalhos desenvolvidos por psicólogos em escolas ou em outras instituições de educação que abordem a temática da educação inclusiva e sua interface com políticas públicas, em especial as de educação, saúde e assistência social.

Entendemos como educação inclusiva as práticas que fortaleçam a luta por uma educação que cumpra seu caráter público, universal e de qualidade para todos, que tenha como referência aqueles que têm sido reiteradamente excluídos dos sistemas de ensino - negros, meninas, homossexuais, pessoas com deficiência, índios, populações em situação de rua, adolescentes autores de ato infracional, crianças e jovens com dificuldades no processo de escolarização vinculadas ou não a causas orgânicas, superdotados.

Enfatizamos também a necessidade de inserções e participações de psicólogos no âmbito das políticas públicas em espaços consultivos e deliberativos tais como Fóruns, Redes Sociais e Conselhos; junto ao Legislativo, acompanhando e propondo ações junto a deputados e vereadores, visando, também por meio de Projetos de Lei, contribuir para a democracia na Educação. A presença do psicólogo nesse campo deve resguardar a dimensão do compromisso social e da qualificação técnica e política para o exercício profissional.

É imperioso ainda lembrar a existência de práticas desenvolvidas por psicólogos em instituições escolares e educacionais (por exemplo, abrigos, centros sócio-educativos, instituições comunitárias), nos seus diversos contextos formais (educação infantil, ensino fundamental, médio, superior, ensino profissionalizante e educação continuada) ou informais. A atuação dos psicólogos nesses espaços junto aos alunos e suas famílias, educadores e demais profissionais ligados à educação contribui para que a escola ou instituição educacional seja um espaço democrático de acesso ao saber, culturalmente instituído e de produção de novos saberes. Aborda-se a inserção da psicologia atravessada pelo diálogo, por intervenções multiprofissionais, pela promoção do desenvolvimento e da aprendizagem, pela inclusão social de crianças, jovens e adultos à sociedade da qual fazem parte e pelo respeito aos Direitos Humanos.

Além disso, é importante registrar as experiências de professores de Psicologia focalizadas em novas propostas curriculares, projetos ou ações institucionais comprometidas com a democratização das relações escolares e do Ensino. Ratificamos a sua importância ao oferecer para os estudantes fundamentos que lhes permitam compreender as diferentes dimensões da subjetividade e os processos de constituição do sujeito em uma sociedade, ampliando e consolidando assim, uma educação humanizada e com compromisso social.

Para a concretização do Ano da Educação, o Sistema Conselhos de Psicologia promoverá Seminários Regionais e Nacional, com a finalidade de se construir espaços de discussões coletivas entre psicólogos e demais profissionais que atuam na educação e em outros setores da sociedade. Para subsidiar as discussões que serão realizadas, foram produzidos quatro textos geradores que contemplam os conteúdos dos eixos temáticos definidos como norteadores do debate: 1) Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação Inclusiva; 2) Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática; 3) Psicologia e Instituições Escolares e Educacionais e 4) Psicologia no Ensino Médio. Os textos apresentados neste documento foram elaborados por profissionais especialistas nos diferentes temas e seus conteúdos têm por objetivo fomentar os debates no âmbito regional visando contribuir para o processo de construção de referências técnicas e políticas sobre a atuação do(a) psicólogo(a) no contexto escolar/educacional.

Humberto Verona
Presidente do Conselho Federal de Psicologia

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Eixo temático 01:

Psicologia, Políticas Públicas Intersectoriais e Educação Inclusiva

Serão debatidos temas desenvolvidos por psicólogos, em escolas ou em outras instituições de educação, que abordem a temática da educação inclusiva e sua interface com políticas públicas, em especial as de educação, saúde e assistência social. Por educação Inclusiva entendemos como práticas que fortaleçam a luta por uma educação que cumpra o seu caráter público, universal e de qualidade para todos, que tenha como referências aqueles que têm sido excluídos dos sistemas de ensino.

EIXO 1 – TEXTO BASE:

Psicologia, Políticas Públicas Intersectoriais e Educação Inclusiva

Cristina Maria Carvalho Delou(1)

Reafirma-se que:

[...] a importante contribuição da Psicologia, enquanto ciência e profissão, na luta pela consolidação de uma educação para todos, respaldada nos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade enquanto fundamento para uma efetiva inclusão social (CFP, 2008).

1. Psicóloga, Doutora em Educação, Professora associada I da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Constata-se:

[...] a inserção dos psicólogos [e das psicólogas] em diferentes espaços educacionais, a sua participação na construção das Políticas Públicas de Educação e de outras políticas intersectoriais, bem como a organização da categoria para atuar em movimentos de controle social" (CFP, 2008).

Nossa luta tem sido pela inclusão de todos, embora, ainda não esteja plenamente consolidada a presença de psicólogos e de psicólogas nos diferentes setores de ensino, saúde e assistência social na sociedade brasileira.

Assim, é justo que, no ano de 2008, dedicado às questões da Educação, voltemos nossos esforços para a construção de:

espaços de discussões coletivas entre psicólogos e demais profissionais que atuam na Educação e em setores da sociedade, objetivando, a partir desses seminários, a construção e divulgação de referências técnicas e políticas para a atuação do psicólogo no campo escolar/educacional. O aprofundamento das discussões sobre a política educacional brasileira visa qualificar o psicólogo, técnica e politicamente, para melhor compreender a complexidade do sistema educacional atual, visando o aperfeiçoamento da atuação profissional (CFP, 2008).

Historicamente, a educação inclusiva chegou ao Brasil com o compromisso de oferta de "Educação para Todos", assinado em 17 Jomtien, na Tailândia (UNESCO, 1990), durante o primeiro ano do governo Collor de Melo (1990-1992). Anos turbulentos pelas importantes questões econômicas decorrentes do confisco das poupanças do povo, veio o impeachment do Presidente da República, levando o vice à Presidência. Quando, no início da década de 90, a política financeira do Banco Mundial assinalava possibilidades para a inclusão de alunos com uma diversidade maior na escola regular, o Brasil extinguiu o órgão responsável pela Educação Especial. Segundo Matos:

[...] pela reforma do Ministério da Educação em 1990. As atribuições relativas à Educação Especial foram transferidas para a Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb, criada com amplas competências. Em 1992, uma reorganização ministerial possibilitou a recriação da Secretaria de Educação Especial – SEESP, vinculada ao Ministério da Educação, no qual permanece até hoje (MATOS, 2003, p. 7).

Dez anos depois, o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (BRASIL, 2000) fez o Balanço da Implementação dos Compromissos de Jomtien. Neste contexto é possível perceber o universo das políticas públicas implementadas:

Programa de Garantia de Renda Mínima, Educação de Qualidade para Todos, Programa Acorda Brasil, Aprendizagem, Ensino Superior, Combate ao Analfabetismo, Educação de Jovens e Adultos. E os alunos com Necessidades Educacionais Especiais(2)? Por que não foram incluídos nessas políticas?

2. A expressão Necessidades Educacionais Especiais surgiu na tentativa de diminuir os estigmas que outras expressões carregavam em si mesmas para referir-se aos alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

[...] reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (UNESCO, 1994, p. 9).

Assim, reendossando a Estrutura de Ação em Educação Especial como meio para se atingir a educação inclusiva. O novo compromisso foi firmado por meio da “Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial” (UNESCO, 1994).

Desde então, o Brasil vem se organizando para cumprir esse importante acordo internacional, e, mais do que isso, para garantir os direitos de cidadãos historicamente excluídos. A Declaração de Salamanca é um marco na definição dos alunos que têm direito à escolarização de qualidade como qualquer cidadão. São as:

crianças com deficiência e crianças bem dotadas;
crianças que vivem nas ruas e que trabalham;
crianças de populações distantes ou nômades;
crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais
e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos
ou marginalizados. (UNESCO, 1994, pp. 17-18).

Isso significa que a escola deve receber alunos “independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras” (UNESCO, 1994, p. 17). Nesse contexto, a expressão Necessidades Educacionais Especiais “refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem” (UNESCO, 1994, p. 18).

Mais recentemente, no início do ano 2008, a Secretaria de Educação Especial apresentou ao Ministro da Educação o documento elaborado por um Grupo de Trabalho, para apresentar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva(3), [...] que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos (BRASIL, 2008).

O documento define o “alunado da inclusão” como sendo aqueles que apresentam deficiência, transtorno do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Eles devem ser matriculados na rede regular de ensino e receber apoio em salas de recursos multifuncionais por meio de professores capacitados e/ou especializados. Prevê o trabalho com alunos em parceria com a escola, a família e a comunidade, onde estão os parceiros intersetoriais (saúde, trabalho, assistência social, jurídico, entre outros), as universidades e os centros de pesquisa, produtores de conhecimento científico. Nos referenciais bibliográficos da nova Política encontra-se o rol dos documentos mais importantes, que fundamentam a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no Brasil.

Assim, é importante ressaltar que, passados dezoito anos de Jomtien, quatorze anos de Salamanca e doze anos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), ainda encontram-se:

3. Disponível no site <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>

1- Práticas pedagógicas integradoras em concomitância às novas práticas inclusivas (OMOTE, 2004; GLAT & FERREIRA, 2003; STAINBACK & STAINBACK, 1998, apud. NUNES, 2008);

2- Questões diversas apontadas pelas pesquisas sobre inclusão (ROMSKI & SEVCKI, 1998; SALEND & DUHANEY, 1999; KOCHHAR ET AL., 2000; FISHER & MEYER, 2002; VOLKMAR ET AL., 2005; STAUB & PECK, 1995; CARNEIRO, 1999; SALEND, 2001; FORE ET AL. 2002; GLAT & NOGUEIRA, 2003; VOLKMAR ET AL., 2005 (apud. NUNES, 2008).

As principais questões apontadas nas pesquisas foram:

- Adaptação Escolar (GLAT & FERREIRA, 2003; CUCCOVIA & ALMEIDA, 2003; apud. NUNES, 2008);
- Acessibilidade e Material Didático (GLAT & FERREIRA, 2003; PELOSI, & NUNES, 2008; NUNES & NUNES SOBRINHO, 2008; apud. NUNES, 2008);
- Capacitação Profissional (GLAT & FERREIRA, 2003; FORE ET AL., 2002; CARNEIRO, 1999; PELOSI, & NUNES, 2008; apud. NUNES, 2008);
- Orientação (GLAT & FERREIRA, 2003; FORE ET AL., 2002; apud. NUNES, 2008);
- Superlotação (GLAT & FERREIRA, 2003; FORE ET AL., 2002; apud. NUNES, 2008);
- Estresse do Professor (LIPP, 2004; FORE ET AL., 2002; apud. NUNES, 2008);

Entre 9 a 10 % dos professores de Educação Especial abandonam a escola e 6% da educação regular por burnout (MCKNAB, 1995; apud. NUNES, 2008).

Professores precisam refletir sobre sua prática com ajuda, tomar consciência de suas crenças e valores sobre aprendizagem, tornarem-se pesquisadores de suas ações, aprimorar o ensino de sua sala, compreender que cada aluno é diferente, mesmo que com tipos de Necessidades Educacionais Especiais iguais.

Os princípios da educação inclusiva precisam ser estudados, pesquisados amplamente, em níveis de formação profissional (graduação), aperfeiçoamento e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado, acadêmico ou profissional, presencial ou a distância). Novos fomentos precisam ser

criados para que as pesquisas nessa área se ampliem.

Este é um novo conhecimento, na cultura cristalizada das salas de aulas com muitos alunos, homogeneizados pelos baixos resultados escolares, numa sociedade que resiste em reconhecer os direitos e a diversidade dos seres humanos, que possui professores desobrigados da realização do curso superior para a formação em magistério nas séries iniciais, onde chegam os alunos com deficiência, transtorno de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e que necessitam de professores com a melhor formação possível para favorecer o desenvolvimento de estruturas superiores do pensamento de modo a torná-los cidadãos produtivos e escolarizados com qualidade. Como os direitos que a LDB garante serão cumpridos?

Todos os direitos estão baseados nos seguintes diplomas legais:

- Constituição Federal (1988);
- Lei nº 7.853/89 - CORDE - Apoio às pessoas portadoras de deficiência;
- Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei nº 10.098/94 - Acessibilidade;
- Lei nº 8.899/94 - Passe Livre;
- Lei nº 10.845/04 - Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência; 22
- Lei nº 9.424/96 - FUNDEF;
- Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nº 10.216/01 - Direitos e proteção às pessoas acometidas de transtorno mental;
- Lei nº 10.436/02 - Libras, o Plano Nacional de Educação.

Decretos:

- Decreto nº 5.626/05 - Regulamenta a Lei nº 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;
- Decreto nº 2.208/97 - Regulamenta Lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto nº 3.298/99 - Regulamenta a Lei nº 7.853/89;
- Decreto nº 914/93 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- Decreto nº 2.264/97 - Regulamenta a Lei nº 9.424/96;
- Decreto nº 3.076/99 - Cria o CONADE;
- Decreto nº 3.691/00 - Regulamenta a Lei nº 8.899/96;
- Decreto nº 3.952/01 - Conselho Nacional de Combate à Discriminação;
- Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade).

Portarias:

- Portaria nº 976/06 - Critérios de acessibilidade os eventos do MEC;
- Portaria nº 1.793/94 - Formação de docentes;
- Portaria nº 3.284/03 - Ensino Superior;
- Portaria nº 319/99 - Comissão Brasileira do Braille;
- Portaria nº 554/00 - Regulamenta Comissão Brasileira do Braille;
- Portaria nº 008/01 - Estágios;

Resoluções:

- Resolução CNE/CEB nº 1 - Estágio; 23
- Resolução CNE/CP nº 1/02 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores;
- Resolução CNE/CEB nº 2/01 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
- Resolução CNE/CP nº 2/02 - Institui a duração e a carga horária de cursos;
- Resolução nº 02/81 - Prazo de conclusão do curso de graduação;
- Resolução nº 05/87 - Altera a redação do Art. 1º da Resolução nº 2/81)

Pareceres(4):

- Parecer nº 17/01.

Grande parte da legislação está apoiada em documentos internacionais, tais como: Carta para o Terceiro Milênio; Declaração de Salamanca; Conferência Internacional do Trabalho; Convenção da Guatemala; Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes; Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão.

A LDB garante aos educandos com necessidades especiais:

- atendimento educacional especializado gratuito, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, Art. 4º, III);
- ao acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo as capacidades de cada um (BRASIL, 1996, Art. 4º, V);
- a escola poderá se organizar de diferentes formas para atender ao interesse do processo de aprendizagem (BRASIL, 1996, Art. 23);
- a escola deve definir o nível de escolaridade do aluno e classificá-lo para efeitos de matrícula por meio de avaliação escolar que defina o grau de desenvolvimento e sua experiência (BRASIL, 1996, Art. 24, II, c);
- a escola pode organizar turmas com séries distintas (BRASIL, 1996, Art. 24, IV);
- o avanço escolar deverá ser efetivado mediante verificação do aprendizado (BRASIL, 1996, Art. 24, V, c).

4. Embora o Parecer não seja considerado "diploma legal", trata-se do documento que apresenta toda a fundamentação legal e a lógica argumentativa para a elaboração da Resolução CNE/CEB Nº 02/2001.

Na LDB, a Educação Especial foi definida como modalidade de educação escolar para alunos com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1996, Art. 58), e que:

- haverá serviços de apoio especializados, na escola regular (BRASIL, 1996, Art. 58, Parag 1º);
- poderá haver classe, escola ou serviço especializados (BRASIL, 1996, Art. 58, Parag 2º);
- a oferta de Educação Especial começa na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, Art. 58, Parag 3º);
- os sistemas de ensino assegurarão: currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas (BRASIL, 1996, Art. 59, I);
- terminalidade específica e aceleração de estudos(5) (BRASIL, 1996, Art. 59, II);
- professores especializados (BRASIL, 1996, Art. 59, III);
- educação especial para o trabalho (BRASIL, 1996, Art. 59, IV);
- benefícios dos programas sociais suplementares (BRASIL, 1996, Art. 59, V).

Até aqui, a nossa legislação contempla apenas os alunos com deficiência, transtorno de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. Contudo, o Conselho Federal de Psicologia entende por Educação Inclusiva:

5. Já regulamentados em diversos Estados, Municípios e no Distrito Federal.

Por educação inclusiva entendemos práticas que fortaleçam a luta por uma educação que cumpra seu caráter público, universal e de qualidade para todos, que tenha como referência aqueles que têm sido reiteradamente excluídos dos sistemas de ensino – negros, meninas, homossexuais, pessoas com deficiência, índios, populações em situação de rua, adolescentes autores de ato infracional, crianças e jovens com dificuldades no processo de escolarização vinculados ou não a causas orgânicas, superdotados (CFP/2008).

Tal conceito é histórico e encontra-se alinhado com a legislação mais recente para a realização da educação escolar na perspectiva da educação inclusiva e mostra como ainda é preciso trabalhar pela a inclusão de todos, verdadeiramente todos.

Contudo, a mudança é muito drástica e a escola reagiu de diferentes formas. Alunos estigmatizados pelas práticas de medicalização passaram a ser matriculados e excluídos dentro da escola. Alunos que optaram pela escola inclusiva decidiram retornar para a escola especial, mesmo que dois anos mais atrasado do que a série que iria cursar, reconhecendo perdas escolares pela aprovação automática, entre outros. A inclusão prevê a participação da família e da comunidade, mas as parcerias ainda não estão bem definidas. Assim como o estabelecimento de novos parceiros intersetoriais para o atendimento das demandas de saúde, trabalho, assistência social, jurídico, entre outros, superando equívocos, desconhecimento, preconceitos, mitos, que prejudicam os que não têm acesso natural à escolaridade de qualidade.

Psicólogos e Psicólogas, é hora de construirmos e divulgarmos referências técnicas e políticas para a nossa atuação no campo escolar/educacional. Nosso aperfeiçoamento profissional depende de compreendermos a complexidade do sistema educacional brasileiro para atuarmos em prol da inclusão social de todos.

Referenciais Bibliográficos:

- BRASIL. Educação para todos: avaliação da década. Brasília: MEC/INEP, 2000.
- . Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Distrito Federal: MEC/SEESP, 2008.
- . Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394. Distrito Federal: MEC/SEESP, 1996.
- CFP. Carta 0019-08/DIR-CFP. Brasília, 2008.
- MATOS, Simone Rocha. Educação, Cidadania e Exclusão à luz da Educação Especial - Retrato da Teoria e da Vivência. RBC_RevDez2003_Artigo_2.rtf.
- NUNES, Débora Regina de Paula. Teoria, pesquisa e prática em Educação: a formação do professor-pesquisador. Educação e Pesquisa. v. 34, p. 1517-9702, 2008.
- UNESCO. Declaração de Educação para Todos. Distrito Federal: MEC, 1990.
- . Declaração de Salamanca. Distrito Federal: MEC/SEESP, 1994.
- GLAT, Rosana & FERREIRA, J. R. Reformas Educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no contexto da municipalização. In: SOUZA, D. B. & FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

psicologia e Educação

...: [Coordenadoria e Membros](#)

...: [Ações](#)

...: [Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

...: [Diretrizes](#)

...: [Projetos de Lei](#)

...: [Ano da Educação](#)

...: [Entrevista](#)

...: [Conferência Municipal de Educação](#)

...: [Psicologia e Ensino Médio](#)

...: [Medicalização na Aprendizagem](#)

...: [Educação Inclusiva](#)

...: [Cadernos Temáticos](#)

...: [Mostra de Práticas](#)

...: [Educação Básica](#)

...: [História](#)

...: [Sites Relacionados](#)

...: [Fale Conosco](#)

Eixo temático 02:

Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática.

Trata de temas relacionados à inserções e às participações de psicólogos no âmbito das políticas públicas em espaços consultivos e deliberativos, tais como fóruns, redes sociais e conselhos, além do Legislativo, acompanhando e propondo ações junto a deputados e vereadores, visando, também por meios de projetos de lei, contribuir para uma democracia participativa na educação.

A presença do psicólogo nesse campo deve resguardar a dimensão do compromisso social e da qualificação técnica e política para o exercício profissional.

EIXO 2 – TEXTO BASE:

Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática

Marilene Proença Rebello de Souza(6)

Marisa Lopes da Rocha(7)

Políticas Educacionais: desafios para a Psicologia no campo da educação escolar.

A discussão referente à temática das políticas públicas em educação é recente no campo da Psicologia Escolar e Educacional. Podemos dizer que tal discussão remonta, no caso brasileiro, pouco mais de 20 anos. Essa discussão só tem sido possível à medida que a Psicologia e mais especificamente a Psicologia Escolar passaram a ser questionadas nas suas bases epistemológicas e nas suas finalidades.

6. Doutora em Psicologia Escolar, Professora do Departamento de Psicologia Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

7. Doutora em Psicologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Tal discussão é introduzida no Brasil com a tese de doutorado de Maria Helena Souza Patto(1984), defendida em 1981 e publicada em livro com o título "Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar". Neste trabalho, Patto desnuda as principais filiações teóricas das práticas psicológicas levadas a efeito na escola, os métodos que os psicólogos vinham empregando, destacando o fato de as explicações sobre as dificuldades escolares estarem centradas nas crianças e em suas famílias, e a forma restrita como a Psicologia interpretava os fenômenos escolares. A autora discute a serviço de que e de quem estariam a Psicologia e a Psicologia Escolar, bem como a prática psicológica a ela vinculada e conclui que a atuação profissional do psicólogo no campo da educação avançava pouco a serviço da melhoria da qualidade da escola e dos benefícios que esta escola deveria estar propiciando a todos, em especial, às crianças oriundas das classes populares, ressaltando a presença da carência cultural como a teoria que embasava as explicações para o mau desempenho escolar das crianças das escolas públicas.

Iniciava-se, portanto, na trajetória da Psicologia e da Psicologia Escolar, um conjunto de questionamentos a respeito:

a) do papel social da Psicologia enquanto Ciência e Profissão e da Psicologia Escolar, enquanto campo de atuação do psicólogo e

b) dos pressupostos que norteavam a construção do conhecimento no campo da Psicologia e da Psicologia Escolar, bem como suas finalidades em relação à escola e àqueles que dela participam.

Este processo de discussão no interior da Psicologia vai tomando corpo em um momento político nacional bastante propício para a discussão teórico-metodológica em uma perspectiva emancipatória e enraizada na realidade social. Pois, naquela mesma década, intensificaram-se os movimentos sociais pela redemocratização do Estado brasileiro, tais como movimentos de trabalhadores 28 metalúrgicos(8), movimentos de professores(9), movimento pelas eleições diretas em todos os níveis e cargos de representação política e rearticulação dos partidos políticos. Além disso, no plano político, lutava-se por uma nova Constituição que retirasse do cenário legislativo o que se denominava de "entulho autoritário", oriundo de mais de vinte anos de Ditadura Militar no Brasil. A Constituição de 1988, denominada "Constituição Cidadã"(10), abre caminhos para a institucionalização dos espaços democráticos, na recuperação de direitos civis e sociais, centrada em dois princípios básicos: a descentralização do poder do Estado e a participação social ampla da sociedade civil nas decisões políticas. A ela seguem-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Declaração de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, apenas para citar algumas das mais importantes iniciativas institucionais de introduzir mudanças estruturais nas relações sociais e civis no campo dos avanços dos direitos sociais e humanos. Portanto, é no bojo da redemocratização do Estado, da descentralização do poder para os Municípios e Estados, que a educação passa a ter autonomia para planejar, implementar e gerir suas políticas educacionais (NENEVÉ & SOUZA, 2006).

A partir das discussões e críticas presentes no campo da Psicologia, na sua relação com a educação escolar, a Psicologia Escolar e Educacional inaugura uma década de pesquisas que se voltam para o novo objeto de estudo da psicologia: **o fracasso escolar**. Discussão iniciada ao

final dos anos 80, o tema do fracasso escolar passa a centralizar questões que envolvem os estudos sobre a escola, tanto no campo da Psicologia, quanto no campo da Educação (PATTO, 1990; ANGELUCCI, KALMUS, PAPARELLI & PATTO, 2004). Temas, tais como: vida diária escolar, práticas educacionais, relações institucionais na escola, processos de estigmatização escolares (COLLARES & MOYSÉS, 1998), diferenças de classe social na escola e de gênero (NEVES & ATHAYDE, 1998), papel das avaliações psicológicas para as crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem (MACHADO, 1996), instrumentos de diagnóstico e de avaliação dos processos escolares, papel do psicólogo, identidade profissional (ANDALÓ, 1993) e o lugar da Psicologia enquanto ciência, em uma sociedade de classes, foram pesquisados e problematizados pelos psicólogos e estudiosos da área (BOCK, 2002). Portanto, a discussão crítica no campo da Psicologia Escolar insere um novo eixo de análise do processo de escolarização: o papel das políticas públicas educacionais na constituição do dia-a-dia escolar e do aluno que aprende, na relação do professor com a sua tarefa docente, nas condições objetivas que permitem que a escola realmente possa cumprir as suas finalidades sociais.

8. Destacando-se o Movimento de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) descrito pelo livro de Eder Sader, intitulado "Quando novos personagens entraram em cena", 1988, Ed. Paz e Terra.

9. Um dos destaques aconteceu em São Paulo, por meio da APEOPESP - Associação de Professores do Ensino Oficial Público do Estado de São Paulo, organizando mais de 150 mil professores.

10. Trabalho importante de discussão desse período foi realizado por MINTO, C.A. Legislação Educacional, cidadania virtual, anos 90.1996. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Assim, pesquisar a escola, as relações escolares, o processo de escolarização a partir dos anos 80 significou pesquisar uma escola que foi e está sendo atravessada por um conjunto de reformas educacionais(11), fruto de políticas públicas no campo da educação escolar. Se a crítica à Psicologia Escolar tradicional levava-nos a compreender a escola e as relações que nela se constituem a partir das raízes históricas, sociais e culturais de sua produção, mister se fazia pesquisá-las no contexto das políticas públicas educacionais. Entender as políticas públicas é compreender como os educadores, alunos e gestores vivenciam sua implantação e participam de sua concepção.

11. Entre os primeiros trabalhos de pesquisa sobre as temáticas das políticas públicas do estado de São Paulo a partir das discussões postas pela Psicologia Escolar estavam os de: Cunha, 1988; Souza, 1991; Souza, 1991; Cruz, 1994; Serroni, 1997.

Atualmente, os primeiros trabalhos sobre o tema estão sendo publicados e as pesquisas têm mostrado algumas dificuldades que precisam ser enfrentadas principalmente quanto à implantação de políticas públicas em educação tais como: a) a manutenção de formas hierarquizadas e pouco democráticas de implementação das políticas educacionais; b) a desconsideração da história profissional e política daqueles que fazem o dia-a-dia da escola; c) a implantação de políticas educacionais sem a necessária articulação com a devida infra-estrutura para sua real efetivação; d) a manutenção de concepções a respeito dos alunos e de suas famílias, oriundos das classes populares, que desqualificam parcela importante da população para a qual estas políticas são dirigidas; e) o desconhecimento das reais finalidades das políticas educacionais implementadas pelos próprios educadores; f) o aprofundamento da alienação do trabalho pedagógico e a busca quase desumana de significado e de sentido pessoal (SOUZA, 2006).

Portanto, conhecer como as políticas são implantadas, as questões postas pelos educadores com relação às concepções e perspectivas e as condições de trabalho para sua implementação são fundamentais para que o psicólogo atue no campo da educação. É importante ressaltar ainda que, em muitos casos, embora denominadas de políticas públicas, muitas das ações no âmbito dos estados e municípios não passam de programas de governo ou até mesmo de uma parcela do governo eleito e que, em muitos casos, apresentam solução de continuidade.

Questões referentes à profissão

Do ponto de vista da profissão, podemos dizer que as críticas oriundas dos anos 80 contribuíram, sobremaneira, para uma retração da presença do psicólogo no campo da educação. A constatação de práticas adaptativas da criança em uma escola que não correspondia às necessidades educativas postas por sua finalidade, fez com que muitas redes de ensino retirassem psicólogos da área de atuação educacional para o campo da saúde(12). O argumento que fortaleceu esta transferência, de maneira geral, centrou-se no fato de que tais profissionais atuavam em uma prática clínica e diagnóstica e não educacional.

No plano da educação, as lideranças políticas educacionais, entidades representativas e acadêmicas do Magistério, incorporaram as críticas dos anos 80 feitas pela Psicologia, identificando o psicólogo enquanto pertencente à área de saúde tão somente e, soma-se a isso, com uma noção de saúde vinculada à perspectiva médico-assistencial, considerando-o um profissional que atuaria na mesma esfera de dentistas, fonoaudiólogos, pediatras e, portanto, não devendo compor o quadro de profissionais da escola.

Assim sendo, a hegemonia que foi fortalecida nas práticas do psicólogo do pensamento de que o profissional de psicologia pertencia somente à área da saúde e com uma abordagem que não contempla o âmbito da complexidade do processo institucional, enfraqueceu outras áreas de atuação existentes, como por exemplo a área educacional. Este fato se materializa, no campo da educação, mais especificamente na promulgação da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, ao afirmar no artigo 67, § 2º que:

Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e

assessoramento pedagógico.

12. No estado de São Paulo, o psicólogo foi transferido da área da educação para saúde nos principais municípios, tais como São Paulo, Campinas, Santos, São José do Rio Preto, dentre outros. No município do Rio de Janeiro, a partir da década de 1990, o psicólogo também foi transferido para a área da saúde, ficando na educação apenas os contratados pelo estado, vinculados à educação especial.

E no ponto de vista da Psicologia, a opção por descrever a atuação do psicólogo enquanto um profissional da área da Saúde revela-se na atualização feita pelo Conselho Federal de Psicologia na descrição presente no CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, revista em 2002, em que o verbete Psicólogos aparece juntamente ao termo Psicanalistas, e tem como descrição geral da ocupação de psicólogo o seguinte texto:

Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins (CBO, 2002, s.p.). Os termos utilizados para descrever a profissão centram-se em uma visão de diagnóstico, tratamento e cura, avaliação e de pesquisa, cujo aspecto individual e emocional é a tônica. Conforme analisam Barroco e Souza:

As novas descrições nos preocupam, pois ao longo de sua história, a Psicologia Escolar e Educacional disponibilizou um dado corpo teórico e uma dada forma de intervenção que acabou por fortalecer uma compreensão biologizante ou medicalizante da constituição e do desenvolvimento do psiquismo humano e, em consequência, dos motivos que levam à não-aprendizagem (2008, Mimeo).

Portanto, as discussões que os psicólogos vêm realizando no campo da educação, as questões postas para a atuação profissional em uma perspectiva que critica a visão medicalizante da psicologia não são contempladas nos descritores referentes à profissão de psicólogo, tampouco naqueles que atuam no campo da educação. Temos, portanto, um desafio pela frente: resgatar as finalidades da profissão no que tange às relações com o campo educativo.

Questões referentes à formação profissional

As discussões a respeito da formação profissional no campo da Psicologia se mantiveram durante a década de 90 (ANDALÓ, 1993; SOUZA, 1996; MACHADO, 1996; TANAMACHI, 1997; MEIRA, 1997; YAZZLE, 1997) fortalecidas pela busca de outros modos de subjetivação dos profissionais, articuladas com os novos desafios sociais.

Mais especificamente, essas discussões desembocaram na articulação nacional que norteou a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia, cujas idéias são discutidas no bojo da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Sobre tais discussões destacam-se o livro organizado por Guzzo (2002, 2ª ed.), fruto de debates construídos no interior do Grupo de Trabalho em Psicologia Escolar da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia e o trabalho de Yamamoto (2000).

As Diretrizes comparecem no cenário nacional oficialmente em 2004, trazendo mudanças bastante significativas em relação ao Currículo Mínimo, em seus princípios, objetivos e metas, circunscritas ao modelo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, centradas na concepção construtivista de aprendizagem. Nesta perspectiva teórico-metodológica, o currículo deverá ser construído tendo em vista a aquisição de competências e habilidades para a formação e o exercício profissional. Dentre as inovações previstas, destaca-se a ruptura com a concepção de áreas de atuação profissional no interior da formação. As áreas tradicionais (Psicologia Clínica, Escolar e Organizacional) deveriam ser substituídas por ênfases curriculares, a ser escolhida por alunos nos últimos períodos do curso e tais ênfases poderiam ter inclusive aspectos de duas ou mais áreas interligadas.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Psicologia, o que se espera de uma formação profissional em psicologia pelas Instituições de Ensino Superior do Brasil é que esteja voltada para a atuação profissional, pesquisa e ensino de Psicologia, assegurando determinados princípios e compromissos, a saber: a) construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia; b) compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais; c) reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico; d) compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão; e) atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades; f) respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações na área da Psicologia; g) aprimoramento e capacitação contínuos.

No que tange à atuação do psicólogo no campo da educação, as discussões iniciadas nos anos 80 tiveram excelentes resultados e muitos se articulam com as questões postas pelas novas Diretrizes Curriculares, como procuramos apresentar a seguir. A Psicologia Escolar e Educacional tem suscitado inúmeras reflexões acerca da formação e da prática dos profissionais que nela atuam, sobretudo, a necessidade de redefinição do papel do psicólogo na escola e de reestruturação de sua formação acadêmica (BALBINO, 1990; 2007; BOCK, 2002; WITTER 1997, 2002; MALUF, 1994; JOBIM e SOUZA, 1996; WECHSLER, 1996; ALMEIDA, 1999; DEL PRETTE 2001, 2002; GOMES, 2002; GUZZO, 1996, 2002; NOVAES, 2002; JOLY, 2000; SOUZA, 1996; CHECCHIA & SOUZA,

2003; MARINHO-ARAÚJO, 2007; YAZLLE, 1990; MARTINS, 2002, MEIRA, 2002; MACIEL, 2001; MARASCHIN, FREITAS & CARVALHO, 2003; MARCONDES, FERNANDES & ROCHA, 2006; ARAGÃO, BARROS E OLIVEIRA, 2007, CRUCES & MALUF, 2007).

Segundo Novaes:

o surgimento de novos espaços e tempos educativos provocará, sem dúvida, mudanças não só no próprio sistema educacional e social como nas práticas profissionais do psicólogo escolar (2002, p. 98).

Afirma a autora que não podemos continuar vislumbrando o futuro como uma mera continuidade do passado ou até mesmo do presente, pois nos encontramos diante de uma crise histórica que “exige novas soluções para novos problemas”. Neste sentido, afirma que “o psicólogo escolar terá que procurar caminhos outros para ajudar a construir esse novo século que já está em nossas portas” (p.101).

Para Gomes, a Psicologia Escolar também precisa acompanhar a realidade atual: “Considerando que a sala de aula reflete a sociedade, é urgente que a Psicologia Escolar transforme cada vez mais o foco de interesse [...], (2002, p. 50), para isto:

[...] será necessário repensar a Universidade que, por um lado desenvolve pesquisas e aprimora os conhecimentos na área e por outro não prepara profissionais capazes de enfrentar o desafio de promover Educação e Saúde no ambiente escolar (p. 71).

Checchia & Souza consideram ainda que a formação profissional deva, nesta área, favorecer:

a realização de uma prática de atendimento psicológico que busque a ruptura do fracasso escolar, [...] considerando a complexidade das práticas envolvidas na vida escolar (2003, p.125).

Para as autoras, a Psicologia no campo da dimensão educativa do trabalho do psicólogo tem construído os elementos constitutivos para uma atuação e uma formação em uma perspectiva crítica. Analisam que tal construção baseia-se no tripé: a) compromisso da Psicologia com a luta por uma escola democrática e com qualidade social; b) ruptura epistemológica relativa à visão adaptacionista de Psicologia; e c) construção de uma práxis psicológica frente à queixa escolar (p.126).

Mas como aproximar as questões postas na área da Psicologia Escolar e Educacional e os desafios das Diretrizes Curriculares em Psicologia? Marinho-Araújo tenta fazer esse exercício de análise e de aproximação entre as discussões instaladas na área e os desafios das Diretrizes Curriculares. Um primeiro aspecto destacado pela autora é a necessidade de clareza em relação ao perfil profissional esperado do egresso do Curso de Psicologia. Ou seja, que psicólogo desejamos formar?

Segundo a autora:

a implantação das Diretrizes requer a construção de um perfil crítico e comprometido com a transformação das condições sociais e de trabalho que permeiam o contexto escolar e educacional, articulando-se coletivamente e defendendo a utilidade das intervenções, como suporte ao reconhecimento social da profissão (2007, p.20).

Portanto, quando articulamos o perfil indicado com as questões postas pela área, conforme analisa a autora, estaremos nos comprometendo com uma formação que se encontra implicada com as concepções que estarão na direção da busca pela cultura de ampliação das condições de acesso e permanência da população no âmbito escolar, por novas concepções sobre o desenvolvimento humano, pela direção da complexidade de sua definição, substituindo paradigmas como o da doença e do tratamento pelo da saúde nas relações e pela construção de estratégias que favoreçam políticas públicas vinculadas à experiência concreta de coletivos.

Redimensionando a formação e as práticas da Psicologia no campo da Educação para uma participação democrática

A escola é um modo de organizar a formação, de pensá-la e de fazê-la – escola é uma organização possível entre outras ainda não pensadas, não realizadas. Ela se apresenta como estrutura, previsibilidade, organograma que estabelece como deve ser, porém quando falamos de escola, falamos de padrões, de hábitos de papéis a desempenhar que não são neutros, são escolhas, mesmo que isso não seja discutido e escolhido com clareza porque as tradições, os interesses políticos já naturalizaram uma rotina institucional. Uma organização é atravessada por instituições, por práticas e valores que servem de referência aos atos que a atualizam diariamente.

Uma escola quando organiza seu cotidiano de trabalho, afirma referenciais de normalidade, de certo e errado, de “quem sabe” e de “quem não sabe e deve aprender”, de “como deve se comportar”. Afirma valores, modos, tempos e marca lugares, classifica e impõe uma certa ordem ao mesmo tempo que cria o que escapa, o que é avesso, o que é desordem. Quase nunca problematizamos isso na escola, dificilmente se dá visibilidade às instituições que estão em jogo nas relações. As equipes da educação trabalham cada vez mais de forma acelerada, vivendo os efeitos das práticas coletivas que tecem as tramas, sem conseguir entender o que se passa e como criar alternativas às impotências cada vez maiores para muitos professores, alunos, familiares e psicólogos.

Então, quando dizemos que o psicólogo quer trabalhar a favor da vida, da cultura e da melhoria

de condições de trabalho, isso diz respeito ao enfrentamento das adversidades, às tentativas de colocar em análise coletiva o que é produzido no cotidiano da sala de aula, da escola, favorecendo a experimentação de um outro tempo menos acelerado, mas talvez mais inventivo para dar conta do que não conhecemos, do que é imprevisível.

Se os rituais da escola se constroem a partir de modelos do bom aluno, do ritmo adequado para a aprendizagem, do comportamento disciplinado, quando nos deparamos com a diversidade de vidas, de modos de inserção das famílias e de seus arranjos para sobreviver, da composição das turmas, dos diferentes estágios em que os alunos chegam e de seus modos de compreensão das matérias.... o que fazer?

Quem é o especialista que vai fazer a mágica de transformar o diverso em homogêneo? O múltiplo em "um", caminho contrário aos das práticas democráticas. Este é o lugar que nos aguarda quando chegamos ao mercado de trabalho, às instituições que guardam tradições, mesmo com a vigência de legislações mais favorecedoras aos processos menos centralizadores e verticais. O desafio é produzir um deslocamento desse lugar (lugar impossível!) já marcado para nós. A perspectiva é a de deslocar as demandas já existentes, ou seja, de produzir outras demandas.

A luta do psicólogo, então, é a de sustentar um campo de indagações que dê tempo para que os educadores possam se deslocar também dos seus lugares marcados de quem sabe, de quem está impotente, de quem já desistiu, contribuindo para a produção de novas perguntas que coloquem em foco às relações entre "um" e "outro", tirando de cena a exclusividade dos corpos "em si" em situação de isolamento – que paralisa o trabalho –, para poder perguntar sobre as situações, as circunstâncias, os valores, as práticas que constroem o cotidiano – que movimenta o trabalho.

Certamente não faremos isso se não ampliarmos nossa cultura educacional, se não procurarmos nos inteirar das polêmicas da formação, se ficarmos parados em um certo "enquadre clínico" que só fala de "um corpo" ou de "humano" como generalidade da espécie. Como estabelecem Benevides e Passos é preciso reavaliar e criticar o conceito de humanização:

A humanização como política pública deveria criar espaços de construção e troca de saberes, investindo nos modos de trabalhar em equipe. Isto supõe, é claro, lidar com necessidades, desejos e interesses destes diferentes atores. A humanização se apresenta para nós como estratégia de interferência no processo de produção da saúde levando em conta que os sujeitos, quando mobilizados, são capazes de transformar realidades, transformando-se a si próprios neste mesmo processo (2005, p.4-5).

Do mesmo modo, podemos dimensionar o conceito de democracia entendendo-o como política pública, ou seja, de interferência coletiva, de ação de todos que se exerce nos movimentos sociais, nas organizações de representação de classes e também no cotidiano de vida e trabalho nas instituições sociais, possíveis campos de fermentação das lutas como é o caso das escolas.

Rocha (2001, p. 213-229) evidencia que a demanda por psicólogos para o atendimento das crianças na escola só se dá quando prepondera a luta por mecanismos de controle: o especialista só entra em cena quando a escola se cristaliza em uma pluralidade de leis e abandona o enfrentamento do coletivo nas suas divergências, enfraquecendo a capacidade de negociação e os vínculos que tecem a rede social. É importante perceber que tensões e conflitos estão sempre presentes e representam o investimento dos sujeitos na vida daquela coletividade, obrigando a lidar com as turbulências que se produzem a cada momento. É do difícil convívio com as inquietações e com as diferenças que a solidariedade se engendra enquanto sentido e ação comum que rompem com o isolamento.

Assim, evitando os riscos de reducionismos quando se trata das discussões que atravessam as políticas públicas, consideramos que a formação e o exercício profissional do psicólogo escolar/educacional que trabalhe a favor de uma participação democrática junto à comunidade escolar, implicam na polêmica da questão da diferença. E, no que tange às dimensões de análise e de luta, Veiga-Neto introduz importantes relações:

[...] diferença não é antônimo de igualdade. Nós queremos a igualdade, mas ao mesmo tempo nós queremos manter as diferenças. O contrário de diferença é a mesmice, o contrário de igualdade é a desigualdade. Isso pode ser fácil de compreender; mas não é uma coisa simples de executar (2005, p.58).

Ainda segundo o autor, os discursos e as ações hegemônicas vinculadas às políticas públicas caminham no sentido de equalização do diverso, e a escola não entra em discussão. Veiga-Neto ressalta que qualidade, nessa perspectiva, será entendida e avaliada como o interesse e o esforço 'do diferente' em chegar lá, reafirmando o modelo. O que é o diferente? A princípio poderíamos dizer que é "o esquisito", "o aluno especial", "o que foge muito ao padrão estabelecido" como "o bom". Diríamos "o diferente" e não a diferença porque a educação e a psicologia tradicionalmente olham para "um".

Todavia, podemos também, divergindo desse olhar instituído, ao invés de falar "do esquisito" falar de esquisitices e aí estaríamos falando de cada um de nós, de todos nós. Quando a escola é um lugar para qualquer um? Quando o psicólogo pode contribuir para que a intensificação da luta diária, permanente para acolher nossas esquisitices? Tais perguntas não podem sair de cena, pois elas nos auxiliam a sustentar polêmicas e análises sobre a prática pedagógica e também sobre as condições sócio-históricoinstitucionais que a circunscreve.

A sociedade contemporânea sofreu um encolhimento da organização pública, passando a ser vivida na ampliação do mundo privado. Em muitas escolas a sala de professores virou um corredor de passagem ou mais uma sala de aula, o tempo do recreio diminuiu, ou seja, os locais e tempos de

encontro “fora de controle”, estão sendo suprimidos em função da quantidade de alunos e de aulas e isso traz efeitos que não podem estar fora de foco.

O trabalho nas instituições implica atenção e cuidados não diretamente nos corpos, mas nas redes interna e externa que tensionam os corpos. Isso para os psicólogos, implica em conhecer mais de educação, dos ciclos, das histórias das lutas por mudanças e dos modos como essas mudanças ganham forma de leis e afetam os educadores que muitas vezes não mais se identificam com a luta na forma que ganhou corpo na conquista da lei. Isso porque compreender e atuar na complexidade do cotidiano escolar, não tem sido tarefa fácil se a criança e o adolescente são vistos isoladamente, sendo considerados na qualidade de portadores de diferentes carências e patologias, o que se acentua, nos casos das classes populares, com as questões sobre violência e riscos.

Se vivemos mal o espaço público, as misturas, as diferenças, como trabalhar com coletivos, acentuando o caráter público das ações? Público não é ser espectador, mas refere-se a abertura de espaço polêmico para as práticas, o que implica um outro tempo, é publicização do que se faz, trocas que fazem circular boas idéias e potencializam outras idéias? Isso é uma questão para todos implicados com a formação.

Diferenças não são características, mas efeitos de diferenciação envolvendo, portanto, o que resulta em outro modo de pensar e de fazer formação. Fala de movimento, do que vai se modificando no percurso em nós e nas relações a partir de nós (Rocha, 2006).

Conforme analisa Dallari, a cidadania está intimamente relacionada com o processo participativo:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (1998, p.14).

Formar não é moldar o informe, é criar um território favorável à cooperação, a curiosidade, a indagação, a provisoriedade e a permanente produção de sentidos – o que é permanente é a luta pela produção de sentidos que nos faz coletivo e que nos ampara para suportar o provisório, as mudanças necessárias para acolher nossas esquisitices.

Deste modo, pensar em mudar a formação não é só trazer mais um recurso tecnológico, é possibilitar a produção de políticas públicas, que ponham atenção sobre os efeitos de diferenciação, ou seja, de como o percurso produzido por todos vem ganhando corpo, mas um corpo em múltiplas formas.

A participação da Psicologia na discussão das contradições e dificuldades do sistema escolar hoje vigente é, portanto, vital nesse momento em que se encontra a escola brasileira, sob o risco de continuarmos formando gerações de excluídos, de adolescentes e jovens que, por não se apropriarem do conhecimento socialmente acumulado, estarão a mercê das ideologias e do avanço do capital, e cada vez mais distantes dos direitos sociais, da melhoria da condição de vida e da construção de uma educação emancipatória e cidadã (NENEVÉ & SOUZA, 2006).

Legislação e práticas sociais

Considerando o contexto apontado anteriormente, vislumbra-se que a participação de psicólogos no campo legislativo, seja propondo projetos de lei ou acompanhando aqueles que estejam em tramitação, deve considerar alguns princípios importantes que a área vem construindo em sua trajetória, quer no campo das concepções sobre a ciência, quer sobre a profissão, tais como:

a) a dimensão do trabalho do psicólogo na educação escolar é institucional, o que significa trabalhar a partir de propostas de coletivização das práticas, envolvendo os diversos setores e protagonistas da escola, em articulação com as demais instâncias sociais e tendo como perspectiva colocar em análise o campo de relações sócio-políticopedagógicas para a melhoria das condições de vida e trabalho na escola;

b) as atividades que envolvem a atuação são de cunho interdisciplinar e multiprofissional, articulando várias esferas a partir da escola com a comunidade e redes sociais de apoio e de produção de saúde e cultura. Para tanto, um aspecto a ser destacado é a importância da construção de espaços de produção e circulação de conhecimentos entre educadores, diferentes profissionais da escola e especialistas do sistema de saúde, de assistência social e socioeducativo no sentido de intensificar as trocas e favorecer ações conjuntas.

c) as práticas desenvolvidas no âmbito institucional se constituem frente às demandas da escola, definidas coletivamente e nas instâncias que elaboram o projeto político-pedagógico escolar. Partimos da idéia de que o projeto político pedagógico explicita os anseios e as perspectivas da escola por ser construído com a participação de todos os segmentos, ou seja, de professores, comunidade, alunos e funcionários;

d) as ações buscam fortalecer a elaboração de políticas públicas que de fato se articulem com as finalidades emancipatórias da educação escolar; cabe aos educadores e demais segmentos da escola definirem os seus princípios educacionais à luz das questões postas no campo da Educação e ao psicólogo colaborar com o conhecimento da área para sua elaboração;

e) a formação dos profissionais que atuam na educação é permanente e requer o conhecimento e atualização no campo das contribuições da área, do conhecimento construído academicamente e profissionalmente;

f) a ação profissional tem como perspectiva ampliar a articulação das equipes escolares, criando novos possíveis na luta pela qualidade de vida e condições de trabalho e levando em conta a construção coletiva e consecução do projeto político pedagógico como instrumento, entre outros, de democratização das práticas escolares. Esse é um grande desafio, tendo em vista a heterogeneidade da(s) escola(s) e dos interesses nela presentes: em sua atuação institucional, o

psicólogo poderá avaliar a cada momento os limites e possibilidades do desenvolvimento de seu trabalho a fim de estabelecer estratégias pertinentes a sua consecução.

Tais aspectos a respeito da relação da Psicologia com o campo da educação, sob os eixos mencionados neste texto, estão articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de psicólogos. Dentre vários princípios, as Diretrizes defendem: a) o reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico; b) a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão e c) uma atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades. Portanto, temos um desafio que tem início na formação de psicólogos de conceber um currículo alicerçado nestes pilares, bem como propiciar a continuação dessa formação para além da formação inicial, atualizando o profissional nas discussões técnicas e políticas de seu campo de trabalho. Podemos considerar que a Educação Escolar é um campo em movimento, articulado com o movimento social e das políticas vigentes, com todas as suas contradições e dimensões. E estamos em um momento privilegiado pois estamos sendo chamados para construir uma Psicologia enraizada nas questões sociais, cujos referenciais propiciam uma análise crítica da realidade e articulada com as políticas públicas.

Referências

- ALMEIDA, M.J. Educação Médica e Saúde: Possibilidades de Mudança. Londrina/Rio de Janeiro: UEL/ABEM, 1999.
- ANDALÓ, C. S. A. O psicólogo escolar na busca de uma identidade. *Jornal do Conselho Federal de Psicologia*. Ano VIII (34), 5, 1993.
- ANGELUCCI, C.B; KALMUS, J.; PAPARELLI, R. & PATTO, M.H.S. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e Pesquisa*, 2004, v.30, n.1, p.51-72.
- ARAGÃO, E. A., BARROS, M. E. B. & OLIVEIRA, S. P. A (re)invenção da escola. Vitória: FACITEC, 2007.
- BALBINO, V. R. Psicólogos escolares em Fortaleza: dados da formação, da prática e da contextualização da atividade profissional. *Revista Psicologia, ciência e Profissão*, 1990, n. 2-3-4, p. 50-56.
- BALBINO, V.R. *Psicologia e Psicologia Escolar no Brasil*. São Paulo: Summus Editorial, 2007.
- BARROCO, S.MS; SOUZA, M.P.R. A formação e a atuação de psicólogos escolares e educacionais em contexto de defesa da educação inclusiva: aspectos legais e contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. 2008, Mimeo.
- BENEVIDES, R. & PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência & saúde coletiva*, v. 10, n. 3, p. 1-21, 2005.
- BOCK, A.M.B. As influências do Barão de Münchhausen na Psicologia da Educação. In: TANAMACHI, E.R., PROENÇA, M., ROCHA, M. (Orgs.). *Psicologia e Educação: Desafios teórico-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p.11-34.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei de 05 de outubro de 88. Disponível em https://www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 08 out. 05.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em 08 out. 2005.
- BRASIL. Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos. Disponível em www.unesco.org.br/publicacoes/copyofpdf/decnovadelhi/mostra_padrao. Acesso em 08 out. 2005.
- BRASIL. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das necessidades Educativas Especiais. Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em 08 out. 2005.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/index2.php?option=content&do_pdf=1&id=63&banco=. Acesso em 08 out. 2005.
- CHECCHIA, A.K. A.; SOUZA, M.P.R. Queixa escolar e atuação profissional: apontamentos para a formação de psicólogos. In: MEIRA, M.E.M; ANTUNES, M. *Psicologia Escolar: teorias críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p.105-138
- COLLARES, C.A. L. & MOYSÉS, M.A.A. Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez, 1998.
- CRUCES, A.V.V. & MALUF, M.R. Psicólogos recém-formados: oportunidades de trabalho e atuação na área educacional. In: CAMPOS, H. (Org.). *Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas*. Campinas: Alínea, 2007, p.163- 210.
- CRUZ, S.H.V. O Ciclo Básico Construído pela Escola. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.
- CUNHA, B.B.B. Classes de educação especial: para deficientes mentais? Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- DALLARI, D.A. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.
- DEL PRETTE, Z. A. P. Psicologia, educação e LDB: novos desafios para velhas questões? IN R. S. L. GUZZO (org.) *Psicologia Escolar: LDB e Educação Hoje*. Campinas: Alínea, 2002, 2. ed.
- DEL PRETTE, Z. (Org.). *Psicologia Escolar e educacional: Saúde e qualidade de vida*. Campinas: Alínea, 2001.
- GOMES, V. L. T. A formação do psicólogo e os impasses entre a teoria e a prática. IN GUZZO, R.S.L.(org.) *Psicologia Escolar: LDB e Educação Hoje*. 2. ed.

- Campinas: Alínea, 2002.
- GUZZO, R.S. Formando psicólogos escolares no Brasil: dificuldades e perspectivas. In: WECHSSLER, S.M. (org). Psicologia Escolar: Pesquisa, formação e prática. Campinas: Alínea, 1996, p. 75-92.
- GUZZO, R. S. L. Novo paradigma para formação e atuação do Psicólogo escolar no cenário educacional brasileiro. IN GUZZO, R. S. L. (org.) Psicologia Escolar: LDB e Educação Hoje. 2. ed. Campinas: Alínea, 2002.
- JOBIM e SOUZA, S. O psicólogo na educação: identidade e transformação. Coletâneas da ANPEPP, 7, 37, 45,1996.
- JOLY, M.C.A. A formação do psicólogo escolar e a educação no terceiro milênio. In: Psicologia Escolar e Educacional, v.4, n.2, Campinas, dez 2000, p. MACHADO, A. M. Reinventando a avaliação psicológica. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da USP, 1996.
- MACIEL, I. Psicologia e educação: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001. p.213-229.
- MALUF, M.R. Formação e atuação do Psicólogo na educação: dinâmica de transformação. In: CFP Psicólogo Brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a formação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994, p. 157-200.
- MARASCHIN, C., FREITAS, L. B. L. & CARVALHO, D. C. Psicologia e educação. Multiversos sentidos, olhares e experiências. Porto Alegre: UFRGS, 2003
- MARCONDES, A., FERNANDES A. & ROCHA, M. L. Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- MARINHO-ARAÚJO, C.M. A Psicologia Escolar nas Diretrizes Curriculares. In: CAMPOS, H.(Org.). Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas. Campinas: Alínea, 2007, p.17-48.
- MARTINS, J.B. O disciplinamento escolar e a prática do psicólogo escolar. In: Martins, J.B. (Org.) Psicologia e Educação: tecendo caminhos. São Carlos: Rima, 2002, p.95-120.
- MEIRA, M.E.M. Psicologia Escolar: Pensamento crítico e práticas profissionais. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da USP, 1997.
- MEIRA, M.E.M. Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In: TANAMACHI, E.R., PROENÇA, M., ROCHA, M. (Orgs.). Psicologia e Educação: Desafios teórico-práticos. (pp. 73-104). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p.35-72.
- MINTO, C.A. Legislação Educacional, cidadania virtual, anos 90. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
- NENEVE, M.; SOUZA, M.P.R. A educação para cidadania: intenção e realidade. In: Revista Educação & Cidadania, v.5., n.1, pp. 75-84, jan.-junho, 2006. ISSN 1519-6194.
- NEVES, M.Y. E ATHAYDE, M. Saúde, gênero e trabalho na escola: um campo de conhecimento em construção. In: BRITO, J., ATHAYDE, M. & NEVES, M. Y. (Orgs.). Saúde e Trabalho na Escola. Rio de Janeiro: CESTEH/ENSP/FIOCRUZ, 1998. p.p 23-36.
- NOVAES, M. H. A convivência em novos tempos e espaços educativos. In: R. S. L. GUZZO (org.) Psicologia Escolar: LDB e Educação Hoje. 2. Campinas: Alínea, 2002
- PATTO, M. H. S. Psicologia e ideologia: reflexões sobre a psicologia escolar. Tese (Doutorado) Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.
- PATTO, M. H. S. Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.
- PATTO, M.H.S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.
- ROCHA, M. L. Educação e saúde: coletivização das ações e gestão participativa. In: MACIEL, I. (Org.). Psicologia e educação: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001. p.213-229.
- ROCHA, M. L. Psicologia e as práticas institucionais. A pesquisaintervenção em movimento. Psico, v. 37, n.2, p.169-174, 2006.
- SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- SERRONI, P.G. Formação docente e fracasso escolar. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- SOUZA, D.T.R. Conquistando o espaço escolar: a estruturação do trabalho pedagógico em numa classe de Ciclo Básico. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.
- SOUZA, M.P.R. Construindo a escola pública democrática: a luta diária de professores numa escola de primeiro e segundo graus. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.
- SOUZA, M.P.R. A queixa escolar e a formação do psicólogo. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
- SOUZA, M.P.R. Políticas Públicas e Educação: desafios, dilemas e possibilidades. In: VIEGAS, L.S; ANGELUCCI, C.B. (Orgs.). Políticas públicas em Educação. Uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, pp. 229-243. ISBN 85-7396-492-8
- TANAMACHI, E. de R. Visão crítica de Educação e de Psicologia: Elementos para a construção de uma visão crítica de Psicologia Escolar. Tese (Doutorado). Marília: UNESP, 1997.
- VEIGA-NETO, A. Quando a inclusão pode ser uma forma de exclusão. In:

- A. M. Machado e cols. (Orgs.). Psicologia e Direitos Humanos. Escola Inclusiva. Direitos Humanos na escola (pp 55-70). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- WECHSLER, S. M. Psicologia Escolar: Pesquisa, Formação e Prática. Campinas: Alínea, 1996.
- WITTER, G. P. O Psicólogo Escolar: Pesquisa e Ensino. Tese de Livre Docência. IPUSP. São Paulo, 1997.
- WITTER, G. P. Psicólogo no ensino superior e a Lei de Diretrizes e Bases. IN, R. S. L.
- GUZZO (org.). Psicologia Escolar: LDB e Educação Hoje. 2. ed. Campinas: Alínea, 2002.
- YAMAMOTO, O. H. A LDB e a psicologia. Psicol. cienc. prof. [online]. dic. 2000, vol.20, no.4 [citado 13 Marzo 2008], p.30-37. Disponível em: http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000400004&lng=es&nrm=iso - ISSN 1414-9893.
- YAZLLE, E. G. A formação do psicólogo escolar no estado de São Paulo - subsídios para uma ação necessária. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC/SP, 1990.
- YAZZLE, E.G. A atuação do psicólogo escolar: alguns dados históricos. In: CUNHA, B.B.B. at al Psicologia na escola: um pouco de história e algumas histórias. São Paulo: Arte Ciência, 1997.

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Eixo Temático 3:

Psicologia e Instituições Escolares e Educacionais

Inclui temas oriundos de práticas desenvolvidas por psicólogos em instituições escolares e educacionais, nos seus diversos contextos formais ou informais. Envolve a atuação do psicólogo junto aos alunos, suas famílias, educadores e demais profissionais ligados à educação que recorreram à Psicologia como forma de contribuir para que a escola ou instituição educacional seja um espaço democrático de acesso ao saber culturalmente instituído e da produção de novos saberes.

EIXO 3 – TEXTO BASE:

Psicologia em Instituições Escolares e Educativas: Apontamentos para um Debate

Raquel Guzzo(13)

A presença do psicólogo em instituições escolares e educativas, servindo à construção de melhores possibilidades de desenvolvimento das crianças e adolescentes no Brasil, vem sendo há décadas motivo de debates em diferentes espaços de decisões, tanto científicas quanto profissionais. A produção de conhecimento que pode propiciar a prática de acompanhamento integral à criança e sua família ao lado do professor torna-se inócua em situações em que o profissional da psicologia não esteja presente no cotidiano das instituições. Dito de outra forma, o conhecimento produzido pela psicologia para a atuação em contextos educativos somente servirá para a realidade brasileira se for construído pela inserção dos profissionais nestes contextos.

13. Psicóloga, Doutora em Psicologia Escolar e do desenvolvimento humano, Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo.

A formação cada vez maior de psicólogos no país, ainda preponderantemente para a atuação clínica, dificulta a inserção efetiva do profissional nestes espaços e acaba por impedir que a relação – teoria e prática – deixe de produzir avanços para a realidade de uma maioria de crianças e adolescentes que vivem sua escolaridade na rede pública.

O Sistema Conselhos de Psicologia toma a iniciativa de provocar um debate nacional sobre esta temática com a finalidade de pensar, formular e propor referências para este espaço de exercício profissional e, ao mesmo tempo, criar possibilidades de transformação da realidade pela mudança estrutural das escolas públicas brasileiras. Esta iniciativa parte do debate sobre este texto, que tem o objetivo de situar a psicologia brasileira no contexto educativo, identificar alguns de seus problemas e apontar posições e possibilidades para que esta iniciativa resulte em uma ferramenta de transformação social. Por isso, de forma bastante resumida, este texto está estruturado em alguns eixos:

1. O papel do psicólogo em contextos educativos – para que serve este profissional?

Os contextos educativos são espaços onde crianças e adolescentes deveriam se desenvolver de maneira formal ou não, livre ou organizadamente, na presença de adultos responsáveis ou em interação com outras crianças e adolescentes. Este processo é permeado por diferentes influências e condições objetivas nem sempre identificadas e trabalhadas pelos professores, sobretudo pela situação precarizada da escola – muitas crianças por sala, método generalizado de ensino, falta de acompanhamento individualizado, ausência de técnicos, dentre outras – que acabam por produzir sérios problemas.

A presença do profissional de psicologia nestes contextos propicia o acompanhamento do desenvolvimento de crianças e adolescentes em seus espaços de vida, procurando relacionar elementos dos diferentes contextos, como familiares ou comunitários que favorecem ou dificultam este processo. Trata-se de um papel relevante, na medida em que estando inserido na dinâmica do contexto, pode contribuir para construir um entendimento mais integrado sobre o que acontece com a criança e sua família. Tem sido muito difícil programar qualquer intervenção com os problemas gerados nos contextos educativos quando se avalia a situação sem estar participando do cotidiano destes espaços. Pertencer ao quadro de profissionais das escolas e outros espaços não-formais de educação coloca para o psicólogo um outro nível de exigência profissional que nem sempre tem sido desenvolvido na sua própria formação. O papel de diagnosticar e encaminhar ou tratar, caso a caso, em um modelo de atuação que prioriza o indivíduo isolado de seu contexto de desenvolvimento, traz consequências desastrosas na satisfação das necessidades da população em relação a este serviço, sejam professores, equipe de direção da escola pais ou estudantes.

Muito se tem questionado sobre a importância do psicólogo no contexto educativo, com argumentos de que o psicólogo é profissional da saúde e, portanto, deve se alocar em espaços da saúde e não educativos, que a escola é de educadores, que não há recursos na Educação para contratar mais técnicos, que os psicólogos atrapalham o trabalho dos professores e orientadores educacionais e pedagógicos, dentre outros. Há diferentes fundamentos para estes questionamentos. Alguns deles contundentes se referem diretamente ao próprio perfil de formação do profissional: 1) os psicólogos não sabem como agir nas escolas, seja porque não aprenderam ou não vivenciaram esta realidade em seu tempo de formação, seja porque diante de uma realidade difícil e bastante complexa, os conhecimentos psicológicos e ferramentas profissionais

têm pouco a contribuir – a psicologia tem servido à uma realidade que não dá conta dos problemas sociais presentes em uma sociedade como a nossa; 2) a população espera do profissional de psicologia – expectativa construída ideologicamente – que ele atue no modelo médico, culpabilizando o indivíduo pelo seu problema e tratando-o de preferência longe do seu contexto de desenvolvimento. Outros abordam questões mais amplas ligadas ao sentido, papel e posição política da profissão. Desde seu nascimento, a psicologia como ciência tem se constituído ao lado de uma sociedade dominante – capitalista e burguesa. Pensar, portanto, em uma psicologia que se construa como elemento de uma parcela excluída da população, oprimida e explorada exige dos profissionais um tempo de questionamento sem efetivas respostas em uma prática que se consome em meio a tragédias e barbáries.

Por esta razão, pensar politicamente o sentido e o papel do psicólogo em contextos educacionais é uma tarefa de imensa importância que não somente deve afetar a posição dos profissionais nos postos de trabalho, mas, prioritariamente, contribuir para o avanço da construção de uma ciência e uma profissão comprometida com as massas.

2. O desenvolvimento desta área de atuação no Brasil – dificuldades e perspectivas

A história da Psicologia no contexto educacional no Brasil ainda não foi totalmente escrita. Há trabalhos que descrevem eventos, nem sempre associados a uma cronologia política que marca nossa história e conseqüentemente nossa profissão. Sob o lema “separar para dominar” o legado da ditadura militar trouxe para nós psicólogos a falsa idéia de que nossa profissão estaria mais protegida e avançaria em gênero, número e grau dentro do modelo de formação e atuação clínica, até porque certas práticas profissionais e conceitos psicossociais e comunitários, políticos, portanto, estariam associados a este tempo, como uma prática subversiva a qual deveria ser expurgada da sociedade brasileira. Assim, pouco mais de 4 anos de regulamentação da profissão já eram vistas, no cenário brasileiro, as mais nefastas conseqüências para a formação e atuação profissional. Com muito esforço de poucos, a semente revolucionária da psicologia não desapareceu por completo. A psicologia social, comunitária, política e escolar, e outras áreas mais novas, contudo também voltadas para o entendimento do sujeito psicológico em contexto histórico e social, refletem hoje a necessidade de uma radicalização na área, sobretudo na formulação de diretrizes de formação profissional e abertura de campos de trabalho que se voltem para as maiorias. Este desafio ainda não foi cumprido. Dados oficiais que retratam o perfil do psicólogo brasileiro mostram o conservadorismo da profissão, seu posicionamento apolítico e a quase total inoperância diante dos problemas sociais vividos pela população brasileira. O consultório particular, o atendimento individualizado, e a idéia de que o problema é centrado no indivíduo e não focado nos seus contextos imediatos e mediados de relações, ainda são a marca da profissão e da área do conhecimento.

Com estas dificuldades, nossos limites se acentuam. Não estamos nas redes públicas de educação, a não ser em raríssimas exceções e de forma ainda bastante precarizada. Não conhecemos a fundo as políticas educacionais que despencam sobre o teto das escolas de forma absolutamente autoritária e que têm impactos evidentes sobre professores, gestores e comunidade de pais e estudantes. Não participamos dos fóruns políticos em que a comunidade de educadores em esforço vigilante, porém com desgastes enormes, empreendem para a tentativa de melhorar a dinâmica destes espaços. Não participamos, enfim da vida que pulsa dentro dos espaços educativos. Isto tem uma conseqüência – mantemos o ciclo de formação e profissionalização dos psicólogos fora destes espaços de trabalho!

3. As possibilidades de mudança

O processo de inserção dos psicólogos nas redes de ensino, especialmente municipais e estaduais, tem se caracterizado por avanços e retrocessos. Há municípios e estados que já incluíram o profissional na equipe da escola e podem, com mais propriedade, contribuir para uma avaliação desta inserção. Apesar disso, ainda tem sido difícil congregarmos educadores, psicólogos e comunidade para um debate sobre o que vem sendo o trabalho neste campo.

É preciso que uma avaliação profunda destas experiências transpareça para a rede de ensino e aponte os caminhos mais contundentes para este exercício profissional no sentido de construir uma nova sociedade por meio de uma transformação radical.

Para que isso seja possível, é preciso buscar fundamentos críticos para a construção de um conhecimento psicológico comprometido com a realidade da escola brasileira, avaliar dimensões psicossociais de comunidades e indivíduos em situados historicamente, compreender as redes de apoio, suportes e equipamentos públicos e privados que sustentam as ações comunitárias e a dinâmica dos movimentos sociais presentes em determinados espaços geográficos – quem são e como vivem estudantes, professores, pais e gestores das instituições de ensino e sua comunidade. Sem um conhecimento profundo e fundado na realidade qualquer intervenção resultará na manutenção do estado das coisas e revelará a cada dia um antagonismo crescente sobre a presença do psicólogo nas escolas.

Caminhando na direção da transformação social

A idéia de que caminhamos na direção da transformação social vem da constatação de que a história da humanidade tem sido construída em bases sociais e econômicas anti-humanitárias. Enquanto pensamos em cuidar do desenvolvimento de crianças e adolescentes para que possam viver em paz e com saúde, precisamos incluir nesta proposta a compreensão de que pouco adianta uma ação que não leve em conta, o contexto político e social em que estas crianças se desenvolvem.

A compreensão, portanto, da história do capitalismo como sistema econômico que determina a qualidade de relações sociais, que tem profundos impactos na produção e distribuição de riqueza, na ocupação do solo, na conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, na produção da miséria e da desigualdade social, na formulação de políticas sociais e na manutenção dos direitos fundamentais para a vida em sociedade, como educação, saúde, habitação e trabalho, passou a integrar as questões essenciais de formação dos psicólogos para atuarem nestes contextos psicossociais.

Não há como desenvolver a cidadania, prevenir e proteger o desenvolvimento de crianças e

adolescentes em um sistema que, pela sua estrutura não permite o direito à igualdade e à liberdade, portanto nossa posição, a partir desta constatação torna-se extremamente vulnerável, se não construirmos um modelo teórico e prático que estabeleça a relação possível da psicologia com o desenvolvimento da consciência que torna o sujeito ativo em sua própria história. Diante disso, uma análise da realidade concreta, do modo de viver capitalista traz uma dimensão de importância para o conhecimento dos contextos onde crianças, adolescentes e suas famílias vivem.

A Psicologia como ciência e profissão esteve por muito tempo, desde sua origem até hoje, a serviço de um projeto político de sociedade e que, se quisermos, de fato, contribuir para a transformação social será preciso reescrever, redefinir, reconstruir fundamentos e ações profissionais a partir de uma perspectiva crítica, silenciada por interesses dominantes de um imperialismo cultural que nos impõe uma formação profissional desprovida de reflexão e análise da realidade, mantida por reprodução mimética de técnicas que pouco contribuem para fazer avançar os propósitos de desenvolvimento pessoal e social na direção da libertação e da emancipação.

Diante desta constatação, cada vez mais evidente seja pela inserção do psicólogo em contextos educativos e comunitários ou pelas dificuldades presentes nos processos de construção de efetivas propostas de prevenção e que provoquem mudanças sociais, o caminho a ser percorrido passa a ser, prioritariamente, aquele que compreende o ser humano como constituído a partir de sua condição social e histórica.

Esta maneira de pensar caminhos para a mudança social assume uma perspectiva materialista da realidade, em que a vida é síntese das condições criadas pelos homens e não somente daquelas existentes na natureza. O desenvolvimento de ações transformadoras, tanto no plano pessoal quanto coletivo, está intrinsecamente ligado à análise da realidade em sua totalidade concreta.

Alguns indicadores mostram que, no mundo, têm se acentuado grandes diferenças entre ricos e pobres, entre aqueles que possuem os meios de produção e outros que vivem na miséria, entre os que acumulam riquezas e os que mendigam o que comer entre os que trabalham para construir as riquezas sem desfrutar delas e os que concentram as riquezas produzidas explorando o trabalho de outros. A desigualdade pode ser evidenciada por meio de diferentes indicadores. No entanto, pouco adianta um conjunto de índices numéricos, se a análise sobre como estes elementos atingem a vida dos indivíduos concretos não é realizada.

A questão que se coloca para o trabalho do psicólogo está relacionada ao sofrimento de pessoas e grupos, manifesto por respostas de violência, sentimentos de impotência, fatalismo e alienação diante de mecanismos de exploração e opressão que, sob diferentes formas, estão presentes e nem sempre percebidos no cotidiano, também da escola.

Por esta razão, pensar a psicologia como uma ferramenta para o fortalecimento de pessoas e grupos, e a Psicologia Escolar como alternativa para a compreensão dos processos psicossociais presentes no contexto educativo, são propostas que ajudarão a construir os processos de transformação qualitativa da escola, na promoção do bem-estar das pessoas e comunidades.

psicologia e Educação

[::: Coordenadoria e Membros](#)

[::: Ações](#)

[::: Pesquisa: Psicólogo Escolar/Educacional](#)

[::: Diretrizes](#)

[::: Projetos de Lei](#)

[::: Ano da Educação](#)

[::: Entrevista](#)

[::: Conferência Municipal de Educação](#)

[::: Psicologia e Ensino Médio](#)

[::: Medicalização na Aprendizagem](#)

[::: Educação Inclusiva](#)

[::: Cadernos Temáticos](#)

[::: Mostra de Práticas](#)

[::: Educação Básica](#)

[::: História](#)

[::: Sites Relacionados](#)

[::: Fale Conosco](#)

Eixo Temático 4: Psicologia no Ensino Médio

Este eixo refere-se às experiências de professores de Psicologia cuja atuação profissional focalize novas propostas curriculares, projetos ou ações institucionais comprometidos com a democratização das relações escolares e do Ensino, portanto, urge ratificar sua importância ao oferecer para os estudantes fundamentos que lhe permitam compreender as diferentes dimensões da subjetividade, os processos de constituição do sujeito em uma sociedade, ampliando e consolidando assim, uma educação humanizada e com compromisso social.

EIXO 4 – TEXTO BASE:

Psicologia no Ensino Médio: desafios e perspectivas

Ângela Fátima Soligo(14)

Roberta Gurgel Azzi(15)

A presença da Psicologia no campo da Educação brasileira confunde-se como sua própria história de inserção no Brasil, já que é por meio da Educação que o conhecimento psicológico aporta no cenário nacional, ainda no século XIX.

Quer seja como conhecimento teórico que permite compreender os processos psicológicos, os caminhos do desenvolvimento humano, os processos de aprendizagem, quer seja como referencial que orientava as metodologias de ensino, práticas pedagógicas e procedimentos de avaliação, a psicologia foi construindo, ampliando e diversificando seus espaços no campo educativo.

14. Psicóloga, Doutora em Psicologia, Professora da Faculdade de Educação da Unicamp, São Paulo.

15. Psicóloga, Doutora em Educação, Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

No seu processo de constituição e consolidação no campo educativo, a Psicologia foi construindo formas de compreensão do sujeito histórico, cujas condutas no espaço escolar só podem ser compreendidas nas relações que nele se estabelecem, a partir dos complexos e multivetoriais condicionantes estruturais, sistêmicos e políticos (Guzzo e Wechsler, 1993; Patto, 1999).

De lugar da norma, que marcou os primórdios da Psicologia no contexto educativo, a Psicologia Escolar e Educacional foi se consolidando como lugar da compreensão, da atenção às diferenças, às subjetividades construídas na relação com a cultura e a sociedade. A escola passa a ser compreendida na sua complexidade, como instituição social que, longe de ser neutra, reproduz ideologia, mas também possibilita acesso aos conhecimentos valorizados e construção de percursos de aprendizagem. Os sistemas educativos, o currículo escolar, a relação professor/alunos, a identidade do professor, as diferenças e preconceitos, a relação escola-comunidade, passam a compor o universo da pesquisa no campo de Psicologia Escolar e Educacional.

O âmbito do Ensino é também, historicamente, um dos fortes referenciais de inserção da Psicologia na Educação. Podemos considerar, como marco da entrada da Psicologia no ensino regular, a criação da unidade programática – Psychologia, na cadeira de Filosofia, em 1850, no colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (Vechia & Lorenz, 1998). Este fato é notório e significativo, uma vez que o referido colégio foi criado, em 1834, para ser um parâmetro da Educação Secundária Nacional.

A partir de 1890, a Psicologia passaria a compor, como disciplina, o currículo das Escolas Normais (Massimi, 1993), nos programas de formação de professores, e se mantém até hoje como um dos referenciais na formação de professores, tanto no nível médio quanto na educação superior.

Na história do ensino médio do país a Psicologia teve uma trajetória marcada, ao mesmo tempo, por irregularidade e constância: irregularidade porque em diferentes momentos históricos e modalidades de formação, a psicologia aparece com maior ou menor importância. Ao mesmo tempo constância porque, aparte as oscilações no que toca ao grau de relevância reconhecida da Psicologia, ela esteve o tempo todo presente, quer seja no ensino regular, quer seja no ensino médio profissionalizante (em algumas áreas, consideradas de extrema relevância, como na saúde, na administração e na formação de professores).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1971, engendrada no período da ditadura militar, pôs fim à presença das Ciências Humanas no Ensino médio Regular, privilegiando uma formação tecnicista, voltada ao mercado de trabalho – para as classes trabalhadoras – ou para a formação universitária – para a classe média e as elites.

O processo de redemocratização do país trouxe de volta o debate sobre os rumos da educação do país e a necessidade de profundas mudanças nos sistemas educativos, bem como em toda a sociedade, culminando com a constituição de 1988 e a LDBEN de 1996.

No conjunto de mudanças advindas desse longo processo de retomada da democracia, reconhece-se a importância das Ciências Humanas na formação dos adolescentes e jovens e a LDBEN/96 incorpora as disciplinas Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. A Psicologia, embora tendo sido reconhecida sua importância como conteúdo transversal, não é incorporada como campo disciplinar.

No Estado de São Paulo(16), por exemplo, em distintos momentos desde o processo de redemocratização, importantes iniciativas marcaram a retomada do Ensino de Psicologia no Nível Médio Regular.

Nos anos 80, a partir de uma parceria entre a Coordenadoria Estadual de Normas Pedagógicas – CENP, da Secretaria de Estado da Educação e o Conselho Regional de Psicologia, foram realizadas discussões e criado um grupo de trabalho que publicou, em 1986, uma proposta para o ensino de Psicologia no Nível médio, que até hoje é referência para o ensino de Psicologia no Nível Médio. Nesta época, a Psicologia passou a figurar como disciplina obrigatória no Estado de São Paulo.

Na década de 90, ela passa ao núcleo diversificado do currículo, de caráter eletivo, mas nova iniciativa envolvendo a Secretaria de Educação e o CRP, buscando redefinir parâmetros curriculares para o Ensino Médio – em que a Psicologia figuraria como disciplina obrigatória – resultou em estudos e publicação de textos geradores, porém não se logrou a incorporação da Psicologia no Nível Médio.

Nos anos 2000, ainda no Estado de São Paulo, novamente a CENP convocou profissionais da área de Psicologia, bem como das demais áreas do conhecimento, para organização das diretrizes curriculares do Ensino Médio. Nessa proposta, a Psicologia figurava como disciplina obrigatória. A proposta jamais saiu do papel.

Em cada Estado brasileiro, pode-se narrar um processo de encolhimento do espaço da Psicologia no Ensino Médio regular, a partir da LDBEN/96, ao mesmo tempo em que seu lugar vai se consolidando nos cursos técnicos e profissionalizantes, em especial os das áreas de saúde, comunicação, administração e serviços de atendimento (Moreno, 1996).

16. Esse texto traz como exemplo a experiência do Estado de São Paulo, pois em três momentos distintos e significativos (décadas de 80, 90 e anos 2000), a inserção da Psicologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio foi objeto de reflexão e produção de documentos que são referência para a discussão atual. No entanto, não se assume aqui que a experiência de São Paulo tenha sido a única, apenas que esta está documentada e pode servir como desencadeador para reflexões mais gerais acerca da temática.

Por que psicologia no Ensino Médio

A defesa da presença da Psicologia como disciplina obrigatória do Ensino Médio parte de dois princípios fundamentais:

1. A Psicologia é um vasto campo de conhecimento que, ao longo de sua história, tem se debruçado sobre as grandes angústias e dilemas humanos e produzido referenciais teóricos que permitem a compreensão das subjetividades humanas, construídas na relação com a sociedade, a cultura, o tempo.

Questões como o sofrimento humano, a angústia, o desamparo, a busca da identidade, a inteligência e suas representações, o preconceito e a humilhação social, a aprendizagem e suas vicissitudes, os gêneros e a sexualidade, as linguagens e a comunicação, os grupos sociais, o trabalho e a alienação, entre outras, têm na Psicologia uma abordagem profunda, que permite a compreensão, reflexão e orientação de ações.

2. Cursar o ensino médio, direito que assiste a todos os jovens brasileiros, representa mais do que garantir chances no mercado de trabalho imediato ou de aprovação no vestibular. Segundo a própria LDB, a educação deve promover a reflexão, o pensamento crítico e criativo, a construção de autonomia de pensamento e cidadania. Nesse sentido, os conhecimentos, pensados de forma articulada, são considerados elementos fundamentais para a formação desse sujeito autônomo e cidadão. Ora, para construir-se como sujeito pleno, é preciso compreender a vida, nas suas possibilidades e dilemas. O acesso a um conhecimento que permita a compreensão do humano subjetivo é, portanto, um direito do aluno. A democratização desse conhecimento, por meio do ensino de Psicologia, um dever dos sistemas educativos.

Por que Disciplina

As Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, publicadas em 2006, apontam para uma proposta de superação do modelo disciplinar desarticulado que vem marcando o Ensino Médio brasileiro. Neste sentido, apontam para a necessidade do diálogo interdisciplinar, para a construção de projetos coletivos, para a formação humana que supere a mera reprodução de conhecimentos acabados, mas que mire à aprendizagem como processo constante da vida.

Assim construídas, as orientações apontam os conteúdos de natureza psicológica como componentes que passam transversalmente pelas demais áreas do conhecimento, portanto não restritos a uma única disciplina.

No entanto, cumpre-nos questionar: pode-se confundir uma área do conhecimento com temas transversais? Têm eles o mesmo status? Certamente que não. Além disso, se tomadas as questões psicológicas como temas transversais, quem as trabalharia, e a partir de que formação? Se desvincularmos, portanto, as questões da subjetividade, da área de Psicologia (mesmo que a ela não estejam restritas), corre-se o risco de dar a elas um tratamento superficial, baseado unicamente no senso comum e na experiência imediata, e portanto de se produzir e reproduzir conceitos naturalizados, estereótipos, preconceitos. Perde-se, portanto, o sentido formativo e crítico presente nas orientações.

Na perspectiva educativa que se apresenta, a inclusão da Psicologia como disciplina não vem, portanto, como contraponto à proposta de articulação de conhecimentos e da visão interdisciplinar. Ao contrário, fornece, como disciplina, uma outra possibilidade de olhar para as questões e dilemas da contemporaneidade, que faz interface com as demais áreas do conhecimento.

A volta da Psicologia ao Ensino Médio, juntamente com as demais ciências humanas, pode representar uma importante mudança de paradigma de formação dos adolescentes e jovens brasileiros, na perspectiva de superação do ensino tecnicista que marca essa etapa da escolaridade, e de formação humana que mire à autonomia, à criatividade, à diferença

compreendida e vivida para além do preconceito, das rotulações, da hostilidade. Marca, assim, um espaço significativo e relevante da Psicologia no cenário educativo.

Os conteúdos da Psicologia para o Ensino Médio – superando o dualismo teorias-temas

Ao analisarmos os conteúdos de relevância para o ensino médio, com frequência nos deparamos com a questão da organização e priorização dos conteúdos, em que ora se defende a abordagem a partir das teorias psicológicas clássicas, ora se defende a abordagem por meio de temas.

Não se pode, no entanto, cair na armadilha da oposição teorias-temas. As teorias psicológicas, como forma de compreensão da subjetividade humana, das relações entre os homens, das questões que os inquietam em distintos tempos, são plenas do sentido no cotidiano, refletem dimensões das realidades em que se inserem. Portanto, apresentam conceitos e parâmetros que orientam a pesquisa psicológica atual e permitem compreender os aspectos e problemas da contemporaneidade, representados pelos temas.

A partir das idéias de estranhamento e de desnaturalização, presentes nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, podemos destacar contribuições teóricas que representam fundamentos clássicos da área, bem como novas contribuições teóricas.

A psicanálise de Freud, em seu tempo, marcou rupturas importantes no modo de compreender a condição humana e seus determinantes. Ao postular a tese do inconsciente, veio questionar a idéia corrente de que toda conduta pode ser compreendida a partir da consciência, da razão. Os lapsos explicativos advindos do privilegiamento da razão tiveram com a psicanálise a possibilidade de uma compreensão mais profunda, que alteraram visões estreitas e mesmo preconceituosas sobre a doença mental e os sofrimentos humanos (Freud, 1997).

A postulação da sexualidade infantil, ao mesmo tempo em que colocou em cheque uma visão ingênua de infância, bem como perspectivas demonizantes (o infante selvagem) que negavam à criança sua condição de sujeito, estabeleceu um outro status para a sexualidade, na medida em que na psicanálise a sexualidade é força vital, que nos impulsiona e humaniza. Vista a partir dessa perspectiva, a sexualidade não é aquilo que nos perverte, mas sim aquilo que nos constitui, nos move para a vida e para a produção de cultura.

Também as configurações familiares e o papel dos pais têm na psicanálise locus privilegiado, na medida em que, desde o nascimento, o sujeito vai aprender a vida em sociedade e os padrões de existência no grupo social a partir das relações familiares, que vão fornecer os parâmetros de subjetividade, os valores, os tabus, os ideais que circulam no seu grupo, em uma dada cultura.

Não é difícil identificar a importância de tal abordagem, no contexto da formação dos jovens, se considerarmos que parte dos conflitos de adolescentes e jovens tem sua origem nas dificuldades de viver e compreender sua sexualidade frente aos padrões de gênero da contemporaneidade, bem como os estereótipos e preconceitos que modulam as subjetividades e sexualidades.

As novas sociabilidades e configurações familiares são também possibilidades de reflexão que têm na psicanálise interessante recorte para os jovens.

As abordagens do comportamento trazem também significativos olhares para a realidade atual. Ao questionar a idéia de liberdade que dá suporte ao pensamento contemporâneo, liberdade individual – de um indivíduo pensado de forma abstrata, desconectado da vida, das relações concretas, Skinner veio mostrar que não se pode explicar o homem fora de seu contexto. Ao eleger o comportamento como objeto, trouxe relevantes contribuições para compreendermos como o comportamento humano influencia e é influenciado pelo ambiente colocando em evidência, portanto, uma perspectiva de sujeito social. Focou sua discussão nos processos de aprendizagem e nas formas como a organização do ambiente e as condutas interindividuais favorecem ou dificultam os processos de aprendizagem (Skinner, 1983).

As abordagens recentes do comportamento, da psicologia sócio-cognitiva, trazem interessantes contribuições para pensarmos a escola e as aprendizagens, que podem fornecer subsídios para que os adolescentes/jovens apropriem-se de forma significativa de seu processo de aprendizagem. Destacam-se nessa direção os estudos sobre atribuição de causalidade e as pesquisas sobre organização do tempo e estratégias de estudo, bem como a perspectiva da autoeficácia desenvolvida por Bandura (Azzi e Polydoro, 2006).

De Piaget muitas contribuições foram incorporadas no campo da educação, mas no contexto do ensino médio destacamos a perspectiva de inteligência que se evidencia na visão construtivista. Sem dúvida, a desnaturalização do conceito de inteligência, a desconstrução de uma visão estática e biologizante que se postulou nas perspectivas psicométricas, são contribuições preciosas na visão piagetiana. A idéia de que a inteligência é uma atribuição humana, um processo que nos caracteriza a todos e que nos faz buscar o conhecimento, a partir de nossas condições e possibilidades, de que a inteligência se desenvolve na interação com o mundo, não nasce pronta nem está acabada, favorece uma compreensão de nossas possibilidades e dificuldades não como limites intransponíveis, mas como desafios a serem enfrentados e aberturas para novos caminhos (Piaget, 1970).

Em uma escola que ainda separa “bons” e “maus” alunos, que ainda rotula como não inteligentes aqueles que não obtêm sucesso nas tarefas escolares, em que o erro não é encarado como desafio, mas como impossibilidade, oferecer ao jovem a possibilidade de uma compreensão da relação inteligência – aprendizagem que ultrapasse os naturalismos e preconceitos, traz para os jovens a possibilidade de compreender seu papel e condição no contexto escolar de modo a superar a introjeção de culpa pelo fracasso que ainda marca os discursos pedagógicos oficiais e assumir uma postura ativa na busca pelo conhecimento.

Na perspectiva histórico-cultural desenvolvida por Vygotsky vamos encontrar os fundamentos para a compreensão do homem como ser social, historicamente constituído nas relações com o mundo, com a cultura. A ênfase na mediação social, em que se destaca o papel da linguagem, nos coloca diante de uma teoria que busca compreender a consciência não como faculdade humana arbitrária, mas como função humana que se desenvolve na relação sujeito-mundo, em que a linguagem, como constituída e constituinte de significados socialmente produzidos, ao mesmo tempo em que

modela os modos de pensar de uma determinada cultura, expressa as subjetividades e diferenças constituídas nessa cultura (Vygotsky, 1991).

Tal perspectiva tem, portanto, alto potencial compreensivo das distintas manifestações jovens em que a linguagem marca a diferença, seja por meio das novas mídias – Orkut, MSN e outras – seja por meio de pichações, grafites, seja por meio de manifestações culturais como a música, a poesia, o teatro.

A diferença, entendida como expressão das subjetividades constituídas na relação homem-mundo, pode ser tratada na perspectiva de superação de estereotipações e preconceitos.

As perspectivas apresentadas têm ainda, todas elas, a contribuição de trazer um foco altamente relevante sobre a afetividade, elemento constituinte do sujeito que ainda não está suficientemente incorporado nos parâmetros de compreensão de sujeito que circulam na escola.

As teorias clássicas da Psicologia têm inspirado e fundamentado grande parte dos estudos contemporâneos sobre o homem e suas relações com a escola, que ao mesmo tempo as enriquecem e relativizam, reforçam conceitos e ampliam formas de compreensão, superando suas limitações. Outras abordagens certamente trouxeram contribuições para compreensão do sujeito e de suas relações com o mundo e a realidade escolar, como o Humanismo e a Gestalt, por exemplo.

Dois outras contribuições no campo da Psicologia merecem ainda destaque: o desenvolvimento da Psicologia Escolar/Educacional no Brasil e a Psicologia Social contemporânea.

Desde meados da década de 70, começaram a surgir no Brasil estudos na área de Psicologia Escolar/Educacional que se contrapunham a uma visão clínica na escola, fundada na mensuração de características individuais e tratamento dos alunos não adaptados. A perspectiva que começava a se desenvolver, inspirada em concepções histórico-dialéticas, considerava a escola a partir de sua inserção no contexto social e político, e propunha pensar não as características do aluno como determinantes da aprendizagem, mas sim o processo ensino-aprendizagem. Processo relacional, recíproco, em que estão implicados os sujeitos da aprendizagem e os condicionantes sociais – a escola como instituição, a gestão, o projeto político pedagógico, as políticas educativas, os fatores sócio-econômicos, a cultura, o tempo histórico (Patto, 1999).

Muda, portanto, a visão de aluno, e de seu papel no processo ensino-aprendizagem. As novas concepções apontam para um aluno que é e deve ser visto como sujeito, não apenas no sentido de ser responsabilizado por sua aprendizagem, mas no sentido do direito ao conhecimento e ao reconhecimento de sua subjetividade e inserção cultural.

A Psicologia Social no Brasil, em meados dos anos 70, a partir de uma perspectiva crítica em Psicologia, fundada nos conceitos do marxismo, trouxe contribuições inegáveis às formas de compreensão do humano, na medida em que propunha pensarmos o homem nas relações concretas – não aparentes – com a realidade, o homem social, em oposição ao homem “natural” da Biologia (Lane e Codo, 1994).

Apresentou importantes conceitos, com base em conhecimentos que já vinham sendo desenvolvidos em outros contextos, que são hoje referência para pensarmos a sociedade e os sujeitos que nela circulam:

- a idéia de identidade, como expressão de uma subjetividade que se constitui nas relações sociais, mediada pela cultura, em oposição ao conceito tradicional de personalidade, que trazia um pressuposto naturalizante;
- a idéia de consciência, como processo que se desenvolve nas relações concretas e supõe reflexão, superação de modos de ver o mundo ideologicamente conformados, contrapondo-se à alienação que marca as relações capitalistas de trabalho e existência;
- o conceito de representações sociais, que deu sentido aprofundado à concepção de homem construído nas relações sociais, na medida em que foca na dialética homem-mundo a construção dos sentidos sociais e discursos que circulam na comunicação entre os homens. O mundo real é entendido como mundo representado, na medida em que os significados da realidade e da experiência não estão dados a priori, mas construídos a partir da cultura, das referências dos grupos sociais. Ao mesmo tempo, essa compreensão dinâmica das representações aponta para a mudança, na medida em que, não sendo naturais, as representações são mutáveis, cambiáveis e potencialmente transformadoras. Os estudos de representação são hoje uma interessante referência para pensarmos a relação do jovem com o mundo do trabalho e da profissão, na medida em que revelam não somente aquilo que se declara, mas principalmente as imagens sociais das profissões e do trabalho e os conflitos presentes nas representações sobre a relação educação-trabalho.
- os estudos sobre preconceito são ainda uma importante contribuição, porque indicam a forma como valores sociais estão relacionados a visões hierarquizadas de homem, de cultura e sociedade; de como essas visões, de caráter eugenista, conformam o modo como compreendemos a nós mesmos e ao outro, e como determinadas diferenças são socialmente indicadoras de rebaixamento social e discriminações (cor/etnia, idade, gênero, opção sexual e outras).

Não restam dúvidas de que essas duas áreas fornecem significativas ferramentas para que os jovens compreendam seu “lugar” na sociedade e na cultura, relativizem concepções ideologicamente orientadas, naturalizações e preconceitos que cercam sua existência.

Outro aspecto importante a salientar refere-se ao ensino e suas possibilidades. A produção de conhecimentos na área de Psicologia da Aprendizagem nos mostrou a importância do sujeito no seu processo de aprendizagem, e da necessidade de construirmos métodos e estratégias ativos de apreensão e produção de conhecimentos.

Os conteúdos que ensinamos não se desvinculam das formas como ensinamos, pois estas estão imbricadas nas práticas pedagógicas. Portanto, ensinar Psicologia implica superar a estratégia expositiva, na busca de estratégias dialógicas e ativas de construção compartilhada de conceitos e sentidos.

A Licenciatura em Psicologia: novos desafios

Ao defendermos a volta da Psicologia ao Ensino Médio regular, um desafio se impõe: pensarmos a retomada e fortalecimento dos cursos de Licenciatura em Psicologia.

As Diretrizes Curriculares para a Formação em Psicologia, embora não apresentem impedimentos à oferta das Licenciaturas, organizam os conhecimentos específicos em ênfases, e essa forma de organização precisa ser compatibilizada com as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores.

A necessidade de compatibilização entre esses dois referenciais, se por um lado apresenta-se como um grande desafio, por outro mostra um potencial formador relevante, já que permite aproximar o futuro psicólogo e professor de psicologia das questões envolvendo as políticas educativas, os sistemas, orientações curriculares e outras dimensões do processo educativo, fundamentais para a compreensão dos processos psicológicos no contexto educacional/escolar.

Essa é uma tarefa que se impõe no momento, para que possamos consolidar esse movimento: o estudo das possibilidades curriculares para a licenciatura em psicologia; a adesão das instituições formadoras a esse projeto.

Ações das entidades na luta pela Psicologia no Ensino Médio

É histórica a luta pela presença da Psicologia como componente curricular obrigatório no Ensino Médio, que nos remete aos anos 80 e à retomada da democracia no Brasil. Mesmo que de forma flutuante e distinta nas várias regiões brasileiras, esta luta sempre esteve presente e gerou conteúdos e pesquisas.

Nos últimos anos, esse movimento ganhou força com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP e o envolvimento do Conselho Federal de Psicologia – CFP, que junto com outras entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB têm assumido papel importante na condução do tema. Participação importante também tem sido realizada por Conselhos Regionais, Sindicatos dos Psicólogos e por professores e alunos nos diferentes estados, como é o caso de São Paulo, que vem atuando fortemente nesta luta.

As entidades têm mantido constante diálogo com as instâncias políticas e representativas, buscando consolidar o projeto da nossa Psicologia, como anunciado em texto do Sistema Conselhos sobre o ano da educação, 'respaldada nos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade enquanto fundamento para uma efetiva inclusão social'.

O grande desafio que se impõe a todos nós, psicólogos, professores e estudantes de psicologia, é fortalecer essa luta, mostrar nossa legitimidade e relevância no contexto da formação dos adolescentes e jovens brasileiros, narrar nossas experiências de formação nesta etapa da escolaridade e aproximarmo-nos, nas distintas regiões e realidades brasileiras, por meio dessas experiências.

Referências

- APPLE, M. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- AZZI, R. G. (Org.); POLYDORO, Soely (Org.). Auto-eficácia diferentes contextos. Campinas: Alínea, 2006. 164 p.
- BORUCHOVITCH, E.; MARTINI, M. L.. A Teoria da Atribuição da Causalidade: Contribuições para a formação e atuação de educadores. Editora Alínea, 2004. 70 p.
- CHAGAS, V. Educação Brasileira: Ensino de 1º e 2º Graus: antes, agora e depois. São Paulo: Saraiva, 1980.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO. Psicologia no Ensino de 2º Grau: uma proposta emancipadora. São Paulo: EDICON, 1986.
- ENGUITA, M.F. Educar em Tempos Incertos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FREUD, S. O mal-estar da civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GOODSON, I.F. A Construção Social das Disciplinas Escolares. In: A Construção Social do Currículo. Lisboa: Educa, 1997.
- GRAMSCI, A. Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GUZZO, R. S. L. ; WECHSLER, S. . Novos caminhos da psicologia escolar brasileira. Estudos de Psicologia (Campinas), Campinas - Sp, v. 10, n. 3, p. 21-40, 1993.
- HORN, G.B. A Presença da Filosofia no Currículo do Ensino Médio Brasileiro: Uma perspectiva Histórica. In GALLO, S. & KOHAN, W. Filosofia no Ensino Médio. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LANE, S.T.M., CODO, W. Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MASSIMI, M. Projetos de Lei Prevendo a Inserção da Psicologia nos Currículos do Ensino Superior e Secundário no Brasil no Século XIX. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, 1993, 9, (2): p.261-269.
- MEC/SEMTEC. Orientações curriculares para o Ensino Médio - Ciências Humanas e suas tecnologias. 2002.
- MEC/SEMTEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio/ Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília, 2002.
- MORENO, M.P. Ensino de Psicologia no 2º grau segundo professores (dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia. PUC-Campinas, 1996.
- MRECH, L.M. Casa de Ferreiro, Espeto de Pau: o Campo da Psicologia no Ensino Médio. Campinas: Papyrus, 2001.
- PATTO, M.S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- PIAGET, J. O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ROMANELLI, O. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, T.T. & MOREIRA, A.F.B. (orgs). Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas culturais. Petrópolis: Vozes, 2001.
SKINNER, B.V. O mito da liberdade. São Paulo: Summus, 1983.
SOLIGO, A.F. Contribuições da Psicologia Social para a formação do professor: representações sociais e atitudes. In: AZZI, R.G. e SADALLA, A.M.F.A. (Orgs). Psicologia e Formação Docente: Desafios e Conversas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
VECHIA, A. & LORENZ, K.M. (orgs). Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951. Curitiba: Editora do Autor, 1998.
VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.